

NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO NA CVM DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES:
CVM/SRE/RFD/2007/005, DE 01/02/2007.
CÓDIGO ISIN DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: BRBMITF006

PROSPECTO DE DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO

CNPJ Nº 08.610.269/0001-00

(atualizado em 24/05/2007)

Standard & Poor's: brAAf

Benchmark: 110% do CDI

CEDENTE



DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DE ATÉ 7.500 (SETE MIL E QUINHENTAS) QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE, COM VALOR UNITÁRIO INICIAL DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PERFAZENDO UM VOLUME TOTAL DA OFERTA DE QUOTAS SENIORES DE:

R\$ 75.000.000,00

ATO DE DELIBERAÇÃO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO: INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO, DATADO DE 26 DE DEZEMBRO DE 2006, REGISTRADO NO SERVIÇO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS DE PORTO ALEGRE/RS EM 28/12/2006, SOB Nº 1528481.

ESTE PROSPECTO FOI PREPARADO COM AS INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS AO ATENDIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DO CÓDIGO DE AUTO-REGULAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS BANCOS DE INVESTIMENTO - ANBID ("ANBID") PARA A INDÚSTRIA DE FUNDOS DE INVESTIMENTO, BEM COMO DAS NORMAS EMANADAS DA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS ("CVM").

A AUTORIZAÇÃO PARA FUNCIONAMENTO DO FUNDO E/OU VENDA DAS QUOTAS NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM E DA ANBID, GARANTIA DE VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DO FUNDO, DO ADMINISTRADOR E DEMAIS INSTITUIÇÕES PRESTADORAS DE SERVIÇOS AO FUNDO.

NÃO HÁ COMPROMISSO OU GARANTIA POR PARTE DO ADMINISTRADOR DE QUE O OBJETIVO DO FUNDO SERÁ ATINGIDO.

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO 'FATORES DE RISCO' DESTE PROSPECTO, NAS PÁGINAS 17 A 21.

O INVESTIMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO DE QUE TRATA ESTE PROSPECTO APRESENTA RISCOS PARA O INVESTIDOR. AINDA QUE O GESTOR DA CARTEIRA DO FUNDO MANTENHA ROTINAS E PROCEDIMENTOS DE GERENCIAMENTO DE RISCOS, NÃO HÁ GARANTIA DE COMPLETA ELIMINAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE PERDAS PARA O FUNDO E PARA OS QUOTISTAS.

ESTE FUNDO UTILIZA ESTRATÉGIAS COM DERIVATIVOS COMO PARTE INTEGRANTE DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO. TAIS ESTRATÉGIAS, DA FORMA COMO SÃO ADOTADAS, PODEM RESULTAR EM PERDAS PATRIMONIAIS PARA SEUS QUOTISTAS.

O FUNDO NÃO CONTA COM GARANTIA DE SUA ADMINISTRADORA, DO CUSTODIANTE OU DO FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC.

A RENTABILIDADE OBTIDA NO PASSADO NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA.

AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NESTE PROSPECTO ESTÃO EM CONSONÂNCIA COM O REGULAMENTO DO FUNDO, PORÉM, NÃO O SUBSTITUI. É RECOMENDADA A LEITURA CUIDADOSA TANTO DESTE PROSPECTO QUANTO DO REGULAMENTO, COM ESPECIAL ATENÇÃO ÀS CLÁUSULAS RELATIVAS AO OBJETIVO, À POLÍTICA DE INVESTIMENTO E À COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS DO FUNDO, BEM COMO ÀS DISPOSIÇÕES DESTE PROSPECTO QUE TRATAM DOS FATORES DE RISCO A QUE O FUNDO ESTÁ EXPOSTO.

TODOS OS QUOTISTAS, AO INGRESSAR NO FUNDO, DEVERÃO ATESTAR, POR MEIO DE TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO E CIÊNCIA DE RISCO, QUE RECEBEU EXEMPLAR DESTE PROSPECTO E DO REGULAMENTO DO FUNDO, QUE TOMOU CIÊNCIA DOS OBJETIVOS DO FUNDO, DE SUA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, DA COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA (INCLUSIVE QUANTO À UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DERIVATIVOS), DA TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DEVIDA AO ADMINISTRADOR, DOS RISCOS ASSOCIADOS AO SEU INVESTIMENTO NO FUNDO E DA POSSIBILIDADE DE OCORRÊNCIA DE VARIAÇÃO E PERDA NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO E, CONSEQUENTEMENTE, DE PERDA, PARCIAL OU TOTAL, DO CAPITAL INVESTIDO.

ESTE FUNDO BUSCA MANTER UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 DIAS, O QUE PODE LEVAR A UMA MAIOR OSCILAÇÃO NO VALOR DA COTA SE COMPARADA À DE FUNDOS SIMILARES COM PRAZO INFERIOR.

O TRATAMENTO TRIBUTÁRIO APLICÁVEL AOS QUOTISTAS DO FUNDO DEPENDE DO PERÍODO DE PERMANÊNCIA DOS RESPECTIVOS INVESTIMENTOS NO FUNDO, BEM COMO DA MANUTENÇÃO DE UMA CARTEIRA DE ATIVOS COM PRAZO MÉDIO SUPERIOR A 365 (TREZENTOS E SESENTA E CINCO) DIAS. ALTERAÇÕES NESSAS CARACTERÍSTICAS PODEM LEVAR A UM AUMENTO DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A RENTABILIDADE AOS QUOTISTAS E AO FUNDO, VIDE SEÇÃO "TRIBUTAÇÃO" DESTE PROSPECTO.

O REGISTRO DA PRESENTE DISTRIBUIÇÃO NÃO IMPLICA, POR PARTE DA CVM, GARANTIA DA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS OU EM JULGAMENTO SOBRE A QUALIDADE DAS QUOTAS A SEREM DISTRIBUÍDAS.

QUAISQUER OUTRAS INFORMAÇÕES OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O FUNDO E A DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA DAS QUOTAS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À ADMINISTRADORA E NA CVM.

AGÊNCIA DE RATING



CUSTÓDIA E
CONTROLADORIA



ESTRUTURAÇÃO E
DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS



Co-ESTRUTURAÇÃO



AUDITORIA





ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º
andar
Centro – São Paulo - SP

ASSESSORIA LEGAL

FREITAS e LEITE
A D V O G A D O S

DISTRIBUIÇÃO E Co-ESTRUTURAÇÃO



NÚMERO E DATA DE REGISTRO DA DISTRIBUIÇÃO NA CVM DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES:
CVM/SRE/RFD/2007/005, DE 01/02/2007.
CÓDIGO ISIN DAS COTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE: BRSBMCTF006

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	5
CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO	
PRESTADORES DE SERVIÇOS	11
CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE	11
PERFIL DO INVESTIDOR	14
POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA	14
CONDIÇÕES DE CESSÃO	15
PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS (TAXA DE DESCONTO PARA AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS)	16
CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	16
POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS	17
METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO	19
FATORES DE RISCO	
EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS	23
RESERVA DE FUNGIBILIDADE E RESERVA DE LIQUIDEZ	26
RAZÃO DE GARANTIA	26
ASSEMBLÉIA GERAL	27
EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS	29
EVENTOS DE AVALIAÇÃO	29
LIQUIDAÇÃO DO FUNDO	
TRIBUTAÇÃO	32
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO	33
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	35
CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO	36
DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS SENIORES	36
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO	37
ENCARGOS DO FUNDO	37
PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	38
PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO	38
BREVE HISTÓRICO DA SABEMI	
BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS	
INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGURADOS	43
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O INADIMPLEMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS	44
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO	44
CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA	44
DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO	45
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	45
ATENDIMENTO AO QUOTISTA	45
RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA	46
ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO	45
ANEXO II – REGULAMENTO DO FUNDO	47
ANEXO III - DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO E DO DIRETOR DO ADMINISTRADOR	87
ANEXO IV – DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400	88
ANEXO V – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR	89
ANEXO VI – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA SABEMI	90
ANEXO VII – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO	92
ANEXO VIII – TERMO RESUMO DA ESTRUTURA DO FUNDO	107

GLOSSÁRIO

1ª Série: a 1ª série de quotas seniores;

ADMINISTRADORA: a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;

Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das quotas seniores do **FUNDO**;

AGENTE DE ESCRITURAÇÃO: o Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 e inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04;

Assistência Financeira: os contratos de concessão de assistência financeira celebrados pela **SABEMI** com os Segurados;

BACEN: o Banco Central do Brasil;

BANCO: o Banco Schahin S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 2009, 1º andar e inscrito no CNPJ: 50.585.090/0001-06;

BANCO KDB: o Banco KDB do Brasil S.A., com sede na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº3.400, 15º andar e inscrito no CNPJ : 07.656.500/0001-25;.

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;

CBLC: Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 60.777.661/0001-50;

CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP;

Cedente: a SABEMI;

CETIP: Câmara de Custódia e Liquidação com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24;

Circular SUSEP 320: a Circular SUSEP nº 320, de 02 de março de 2006 e suas alterações posteriores;

Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**;

Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avencas celebrado entre o **FUNDO** e a **SABEMI**;

Contrato de Cobrança: o contrato de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos celebrado entre o **FUNDO** e a **SABEMI**;

Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** e a **SABEMI**;

Convênio Sabemi: o convênio celebrado entre a **SABEMI** e a Sabemi Previdência Privada;

COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**;

CUSTODIANTE: o Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 e inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04;

CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

Direitos Creditórios Elegíveis: os direitos creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

Direitos Creditórios Inadimplidos: os Direitos Creditórios Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

Documentos Representativos do Crédito: os convênios firmados entre a **SABEMI** e os Entes Públicos Conveniados e os contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela **SABEMI** a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.

Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais que mantenham convênio firmado com a **SABEMI** e/ou com a Sabemi Previdência Privada;

Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVIII do Regulamento;

Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XIX do Regulamento;

Eventos de Suspensão de Aquisição de Direitos Creditórios: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;

FUNDO: o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes nº 1340, 5º andar, conjunto 504 e inscrito no CNPJ sob o nº 08.610.269/0001-00;

Índice de Inadimplência acima de 30 dias: o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 30 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês;

Índice de Inadimplência acima de 90 dias: o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 90 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês;

Índice de Inadimplência acima de 180 dias: o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês;

Instrução 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;

Quotistas: os investidores que venham adquirir quotas de emissão do **FUNDO**;

Razão de Garantia: é a relação de 75% (setenta e cinco por cento) entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356;

Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das quotas seniores;

Reserva de Fungibilidade: a reserva constituída para minimizar o risco de repasse dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis pela **SABEMI** ao **FUNDO**, nos termos do Capítulo XIV do Regulamento;

Reserva de Liquidez: a reserva constituída pela **SABEMI** em favor do **FUNDO**, a fim de garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Capítulo XIV do Regulamento;

SABEMI: a SABEMI SEGURADORA S.A., com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, 1001, 10º andar e inscrita no CNPJ sob nº 87.163.234/0001-38;

Sabemi Previdência Privada: a Sabemi Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar, com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, 1001, conjunto 1003 e inscrita no CNPJ sob nº 88.747.928/0001-85;

Segurados: os titulares de seguro de pessoas e os titulares de plano de previdência privada que celebraram contrato de assistência financeira com a **SABEMI**;

SIAPÉ: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal.

CARACTERÍSTICAS GERAIS DO FUNDO

EMISSIONER DAS QUOTAS:	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sabemi Financeiro
CEDENTE DOS DIREITOS CREDITÓRIOS:	Sabemi Seguradora S.A.
TIPO DE FUNDO:	<p>O FUNDO é constituído sob a forma de condomínio fechado.</p> <p>Para os fins do “Código de Auto-Regulação da ANBID para os Fundos de Investimentos”, o FUNDO é caracterizado como fundo de investimento em direitos creditórios.</p>
OBJETIVO E POLÍTICA DE INVESTIMENTO:	Proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do FUNDO na aquisição de direitos creditórios oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela SABEMI a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.
BENCHMARK DAS QUOTAS SENIORES:	<p>110% (cento e dez por cento) da taxa do CDI. Não existe qualquer promessa do FUNDO ou da ADMINISTRADORA acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do FUNDO.</p> <p>As quotas subordinadas não possuirão padrão de rentabilidade definido.</p>
PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO:	O FUNDO tem prazo indeterminado.
PRAZO DE DURAÇÃO DA 1ª SÉRIE:	A 1ª Série terá prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data do início da primeira integralização de quotas seniores da referida série, e serão amortizadas mensalmente a partir do 13º (décimo terceiro) mês.
EXERCÍCIO SOCIAL:	O exercício social do FUNDO tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de novembro de cada ano.
CLASSIFICAÇÃO DE RISCO DAS QUOTAS SENIORES:	A 1ª Série do FUNDO obteve da Agência Classificadora de Risco a classificação de risco brAAf. A ADMINISTRADORA deverá providenciar trimestralmente, no mínimo, a atualização da classificação de risco das quotas seniores do FUNDO pela Agência Classificadora de Risco.
QUANTIDADE INICIAL DE QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE A SEREM DISTRIBUÍDAS PUBLICAMENTE:	7.500
VALOR INICIAL UNITÁRIO DAS QUOTAS:	R\$10.000,00
PATRIMÔNIO ESTIMADO:	R\$100.000.000,00
CLASSES DE QUOTAS:	As quotas do FUNDO serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Maiores informações podem ser obtidas na seção “Direitos e Obrigações Associados às Quotas e do Patrimônio do Fundo”.
RAZÃO DE GARANTIA:	75% (setenta e cinco por cento), isto quer dizer que o FUNDO deverá

manter 75% (setenta e cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas seniores e 25% (vinte e cinco por cento) representado por quotas subordinadas.

PÚBLICO ALVO:

Exclusivamente Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Exclusivo” e “Multimercado”, estes últimos desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

Para os fins do acima disposto, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir quotas do **FUNDO**, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores.

Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

VALOR MÍNIMO DE APLICAÇÃO:

O valor mínimo de subscrição de quotas seniores é de R\$ 100.000,00.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO:

O **FUNDO** aplicará parcela preponderante de seu patrimônio em Direitos Creditórios oriundos de Assistência Financeira que atendam, cumulativamente, às Condições e Critérios de Elegibilidade previstos no Regulamento. Para maiores informações, vide a seção “Política de Investimento”.

NEGOCIAÇÃO EM MERCADO SECUNDÁRIO:

A 1ª Série do **FUNDO** terá registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. Vide seção “Regras de Movimentação: Emissão, Subscrição, Integralização, Resgate e Amortização de Quotas”.

AMORTIZAÇÃO DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores do **FUNDO** representativas do Patrimônio Inicial terão seus valores amortizados mensalmente.

RESGATE DAS QUOTAS SENIORES DA 1ª SÉRIE:

O resgate das quotas seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de quotas seniores. Vide seção “Características da 1ª Série”

INÍCIO DO FUNDO:

05 de março de 2007

CONTA PARA APLICAÇÃO

Banco Itaú S.A., Agência 2001, C/C 56918-1

CÓDIGO ANBID:

Quotas seniores: 179493
Quotas subordinadas: 179264

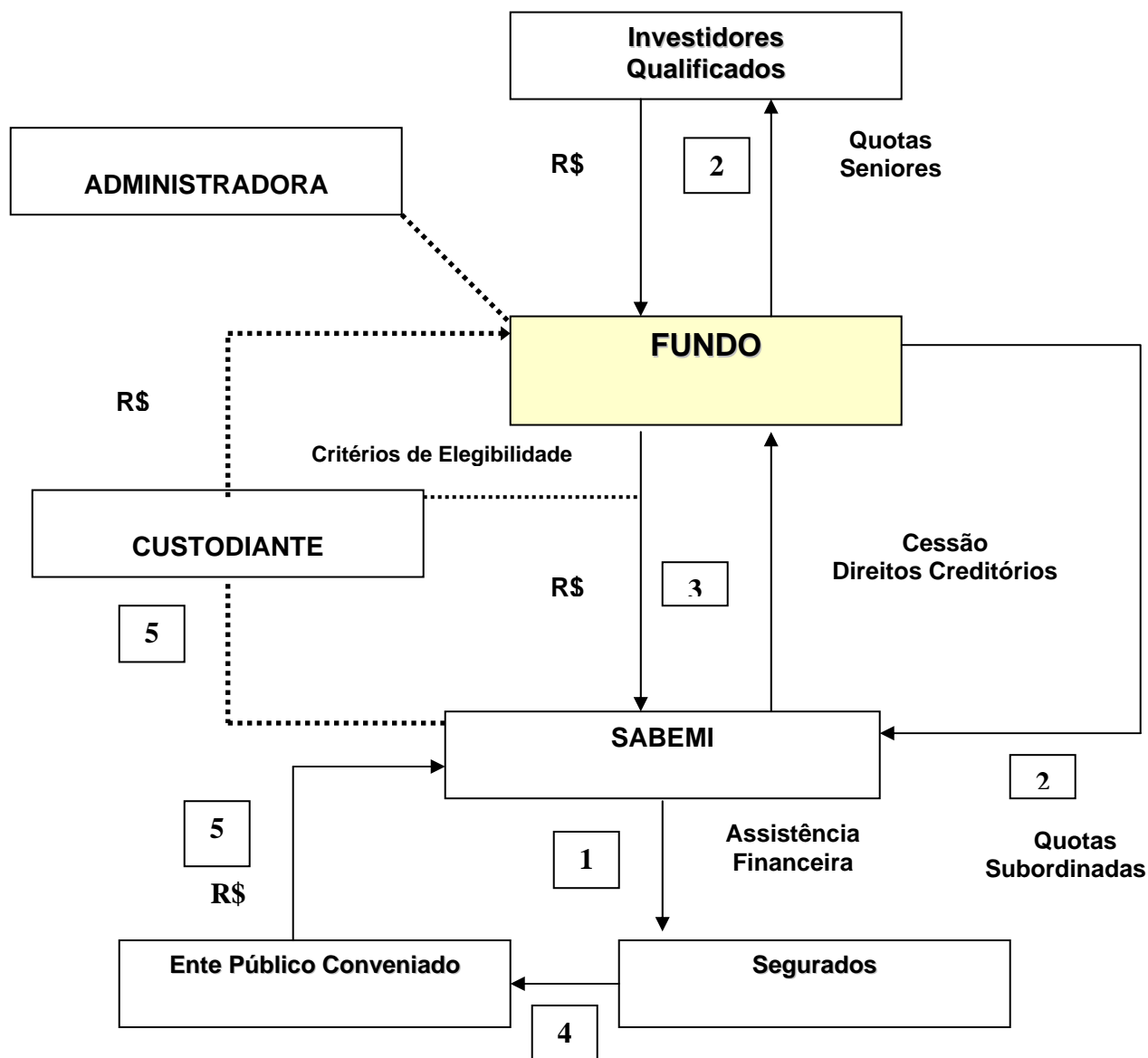
BASE LEGAL:

Resolução CMN n.º 2.907, de 29.11.2001 e Instrução CVM 356

ORIGEM E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Os Direitos Creditórios Elegíveis cedidos ao **FUNDO** são oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela **SABEMI** a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e no Regulamento.

A origem dos Direitos Creditórios Elegíveis e a formalização de sua cessão ao **FUNDO** observam o seguinte fluxograma:



1. A **SABEMI** concede a assistência financeira aos Segurados, originando os Direitos Creditórios;
2. O **FUNDO** capta recursos através da emissão e subsequente integralização de quotas seniores e subordinadas;

3. O **FUNDO** adquire Direitos Creditórios da **SABEMI** após verificação pelo **CUSTODIANTE** dos Critérios de Elegibilidade;
4. Os Entes Públicos Conveniados efetuam, no respectivo mês, o desconto em folha dos valores referentes à parcela das Assistências Financeiras vencidas no período;
5. A **SABEMI** efetua conciliação e repassa ao **FUNDO** através do **CUSTODIANTE** os valores referentes aos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do **FUNDO**.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA E GESTORA	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP CNPJ: 52.904.364/0001-08 Telefone: (11) 3241-3122
DISTRIBUIDOR LÍDER DE QUOTAS SENIORES	Banco Schahin S.A. Rua Vergueiro, nº 2009 – 1º andar São Paulo - SP CNPJ: 50.585.090/0001-06 Telefone: (11) 5576-8238
DISTRIBUIDOR DE QUOTAS SENIORES	Banco KDB do Brasil S.A. Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 15º andar São Paulo - SP CNPJ : 07.656.500/0001-25 Telefone : (11) 2138-0000
CUSTÓDIA E LIQUIDAÇÃO DE ATIVOS:	Banco Itaú S.A. Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 São Paulo - SP CNPJ: 60.701.190/0001-04 Telefone: (11) 5029-7309/ (11) 5029-1760
AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO:	Standard & Poor's Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, 1253 – 10º andar São Paulo – SP Telefone: (11) 5501-8935
ASSESSORIA JURÍDICA	Freitas e Leite Advogados Rua Pequetita, n.º 145, 3º Andar São Paulo - SP CNPJ: 61.197.240/0001-12 Telefone: (11) 3046-3250
AUDITORIA:	KPMG AUDITORES INDEPENDENTES Rua Renato Paes de Barros, 33 São Paulo – SP CNPJ: 57.755.217/0001-29 Telefone: (11) 3067-3000

CARACTERÍSTICAS DA 1ª SÉRIE

A 1ª Série terá prazo de 48 (quarenta e oito) meses, contados da data do início da primeira integralização de Quotas Seniores da 1ª Série.

A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade, no médio e longo prazo, de 110% (cento e dez por cento) da taxa dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") de 01 (um) dia - "over extragrupo", expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP.

As quotas subordinadas não terão *benchmark* de rentabilidade definido.

Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

Em relação às Quotas representativas do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, deve ser observado que:

Serão distribuídas publicamente até 7.500 (sete mil e quinhentas) Quotas Seniores, com valor unitário de R\$ 10.000,00 (dez mil reais). O valor mínimo de subscrição no período de distribuição das Quotas Seniores da 1ª Série é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais).

Eventual saldo não colocado de Quotas da 1ª Série poderá ser cancelado antes do respectivo prazo de colocação (de 180 dias) ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação do referido prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 4.000 (quatro mil) quotas seniores da 1ª Série das quotas emitidas e, conseqüentemente 800 (oitocentas) quotas subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 31 do Regulamento.

As quotas seniores representativas da 1ª Série do **FUNDO** deverão ser subscritas dentro dos prazos estabelecidos no anúncio de início de distribuição e no boletim de subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de registro de distribuição pública da respectiva Série junto à CVM.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

As quotas seniores da 1ª Série, bem como as quotas subordinadas terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Quotas da referida Série.

O preço de subscrição das quotas seniores da 1ª Série poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Não há limite máximo de subscrição por investidor.

A distribuição da 1ª Série do **FUNDO** será liderada pelo **BANCO**, em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VQS(T) \times (1/(36 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VQS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 36 (última amortização).

Observadas as disposições acima e do Suplemento da 1ª Série, segue abaixo o cronograma de amortizações e resgate das quotas do **FUNDO**:

Cronograma de Amortizações da 1ª Série do FUNDO		
Data de Subscrição Inicial	05/03/07	05/03/07

Número de Amortizações	Datas das Amortizações Cotas Seniores	Datas das Amortizações Cotas Subordinadas
1	07/04/08	07/04/08
2	07/05/08	07/05/08
3	06/06/08	06/06/08
4	07/07/08	07/07/08
5	07/08/08	07/08/08
6	05/09/08	05/09/08
7	07/10/08	07/10/08
8	07/11/08	07/11/08
9	05/12/08	05/12/08
10	08/01/09	08/01/09
11	06/02/09	06/02/09
12	06/03/09	06/03/09
13	07/04/09	07/04/09
14	08/05/09	08/05/09
15	05/06/09	05/06/09
16	07/07/09	07/07/09
17	07/08/09	07/08/09
18	08/09/09	08/09/09
19	07/10/09	07/10/09
20	09/11/09	09/11/09
21	07/12/09	07/12/09
22	08/01/10	08/01/10
23	05/02/10	05/02/10
24	05/03/10	05/03/10
25	07/04/10	07/04/10
26	07/05/10	07/05/10
27	07/06/10	07/06/10
28	07/07/10	07/07/10
29	06/08/10	06/08/10
30	08/09/10	08/09/10
31	07/10/10	07/10/10
32	08/11/10	08/11/10
33	07/12/10	7/12/2010*
34	07/01/11	
35	07/02/11	
36	Resgate Final 09/03/2011	

* Conforme Inciso I do item 8.5 do Suplemento do Regulamento, a amortização das Quotas Subordinadas, será realizada após a amortização da totalidade das Quotas Seniores prevista para aquele mês.

O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

As quotas subordinadas poderão ser amortizadas mensalmente, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 45º (quadragésimo quinto) mês, contados da data primeira integralização de quotas seniores, ressalvada a hipótese prevista no artigo 37 do Regulamento.

A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que a Razão de Garantia seja maior que 25% (vinte e cinco por cento), ressalvada a hipótese prevista no artigo 37 do Regulamento, e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das quotas seniores prevista para aquele mês, definida no Suplemento anexo ao Regulamento; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de quotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 44 do Regulamento.

As quotas subordinadas serão amortizadas e/ou resgatadas, preferencialmente, em Direitos Creditórios Inadimplidos de acordo com o valor destes direitos no ativo do **FUNDO** e desde que observados os critérios definidos acima e os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 44 do Regulamento.

O resgate das Quotas Seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data da primeira integralização de Quotas Seniores.

O pagamento das amortizações e do resgate acima mencionados corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente, sendo que o pagamento de amortização e/ou resgate das quotas subordinadas será subordinado ao pagamento de amortização e/ou resgate das quotas seniores, ressalvado o disposto no artigo 37 do Regulamento.

PERFIL DO INVESTIDOR

O **FUNDO** destina-se exclusivamente a Investidores Qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e a fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Exclusivo” e “Multimercado”, estes últimos desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

Para os fins do acima disposto, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir quotas do **FUNDO**, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores.

Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

O valor mínimo de subscrição de quotas seniores é de R\$ 100.000,00.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO E COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e no Regulamento.

Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;

- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e,
- d) certificados e recibos de depósito bancário.

Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais integrantes da carteira do **FUNDO**:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**; e

II - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**.

O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** atue como contraparte do **FUNDO**.

Com relação aos ativos previstos na alínea “d” acima, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles emitidos por instituição que obtenha classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a F1+(bra), BR-1 e/ou brA-1, respectivamente, pelas agências classificadoras de risco Fitch Ratings, Moody's América Latina e Standard & Poor's.

O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Para o efeito do acima disposto, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo Banco Central do Brasil. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º do Regulamento do **FUNDO**, alíneas “a”, “b” e “c”.

Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CONDIÇÕES DE CESSÃO

Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os direitos creditórios devem ser classificados como Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do inciso XXIV, do parágrafo 1º, do artigo 1º do Regulamento.

As Condições de Cessão serão avaliadas pela **ADMINISTRADORA** mediante validação de declaração firmada pela **SABEMI** de que os Direitos Creditórios oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I - decorram de Assistência Financeira concedida pela **SABEMI** a Segurados cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;

II - decorram de Assistência Financeira concedida pela **SABEMI** a Segurados que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, parcelas vencidas e não pagas junto à **SABEMI**;

III - tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Segurados; e

IV - devem, obrigatoriamente, contar com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao **FUNDO** em caso de morte do Segurado.

PREÇO DE AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS (TAXA DE DESCONTO PARA AQUISIÇÃO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS)

O pagamento do preço de aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis à **SABEMI** será efetuado à vista, na data da respectiva cessão de direitos creditórios e desde que os mesmos tenham observado todas as condições de cessão e critérios de elegibilidade previstos no Regulamento do **FUNDO**.

O preço de aquisição será apurado pelo **CUSTODIANTE** da seguinte forma (taxa de desconto para aquisição dos Direitos Creditórios):

$$PA = \frac{VN}{\left[1 + \left(\frac{DI \times B + S}{100} \right) \right]^{n/252}} \quad \text{onde :}$$

<i>PA</i>	Preço de aquisição do Direito Creditório Elegível;
<i>VN_i</i>	Valor nominal do Direito Creditório Elegível objeto da cessão;
<i>DI</i>	Taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de um dia, “over extra-grupo”, calculada pela CETIP, e expressa em base 252 dias úteis;
<i>B</i>	<i>Benchmark</i> de rentabilidade de 110% CDI para a 1ª Série de quotas seniores do Fundo;
<i>S</i>	Spread adicional mínimo de 2,5%;
<i>n</i>	Número de dias úteis compreendidos entre a data de pagamento e a data de vencimento do Direito Creditório Elegível objeto da aquisição, incluindo-se na contagem o primeiro dia e excluindo-se o último dia do respectivo período.

CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Custódia, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I - o prazo de duração das parcelas a serem cedidas ao **FUNDO** deve ser de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses, contados da contratação, desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da 1ª Série;

II - as parcelas a serem cedidas ao **FUNDO** devem ter valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais);

III – o valor total máximo da Assistência Financeira concedida para cada Segurado é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais); e

IV - os direitos creditórios a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o **FUNDO**.

O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido **FUNDO**, verificado pelo **CUSTODIANTE**, consta do Anexo II do Regulamento. Na hipótese de se verificar qualquer alteração no Anexo II do Regulamento, esta deverá ser submetida e aprovada pela Agência Classificadora de Risco.

Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **CUSTODIANTE** e a **ADMINISTRADORA**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

A **SABEMI** será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos

do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a **SABEMI**, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

A política de concessão de crédito aos Segurados é desenvolvida e monitorada pela **SABEMI**, e pode ser sintetizada como sendo:

I – Antes da celebração de convênios com Entes Públicos, a **SABEMI** efetua uma análise prévia do comportamento destes Entes Públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo Ente Público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação e de segurança da **SABEMI**. Caso as informações sejam positivas a **SABEMI** procura então celebrar convênio com o Ente Público analisado.

II – Após a etapa inicial, a **SABEMI**, em seu processo de análise de crédito, examina a compatibilidade entre a Assistência Financeira pretendida pelo Segurado e seus vencimentos, sempre observando que cada Ente Público Conveniado estabelece um percentual máximo de descontos a serem permitidos nos vencimentos de seus respectivos servidores.

III - A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos, a **SABEMI**, para definição da operação de Assistência Financeira, leva em consideração todos os valores – compulsórios e facultativos - que porventura já estejam sendo descontados em folha. Para isto deve o Segurado apresentar documentos que comprovem sua vinculação ao Ente Público Conveniado (informação essa que é checada no processo de análise efetuado pela **SABEMI**, através de consultas nos sites de cada Ente Público Conveniado), como, por exemplo, os holerites dos meses anteriores ao pedido de Assistência Financeira e a existência de margem suficiente para o desconto pretendido em folha de pagamento.

IV – Sendo possível a operação em questão, o passo seguinte na análise é verificar se a Assistência Financeira pretendida se encontra dentro dos parâmetros operacionais definidos pela **SABEMI** em termos de valor mínimo – R\$ 200,00 (duzentos reais) – e valor máximo – R\$ 100.000,00 (cem mil reais) – para a concessão da Assistência Financeira.

V – O prazo de duração da Assistência Financeira pretendida deve também estar dentro dos parâmetros de prazo definidos pela **SABEMI**: mínimo de 3 (três) meses e máximo de 60 (sessenta) meses.

VI – Cada Segurado é analisado em função da sua situação funcional (militar engajado, servidor ativo, cedido, excedentes à lotação, etc), porque em algumas situações não é política da **SABEMI**, mesmo estando os demais critérios em ordem, realizar a operação de Assistência Financeira (por exemplo: servidores sem vínculo), ou então a operação é feita, mas com restrições, como no caso de servidores com contrato temporário, onde o prazo de duração da Assistência Financeira deve terminar pelo menos 3 (três) meses antes do prazo de vencimento do contrato de trabalho do Segurado.

VII – Cada Segurado é também analisado em função da sua idade – existem limites diferenciados de idade máxima por Ente Público Conveniado – e existem parâmetros de valores máximos de liberação de Assistência Financeira nas faixas etárias acima de 65 anos. Além disso, sempre que o cliente tiver mais que 70 anos o departamento de crédito efetua uma análise individualizada com contato direto com o interessado.

VII – Todas as propostas de concessão de Assistência Financeira, de origem do SIAPE, antes de serem concedidas, são auditadas internamente.

A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pela **SABEMI**, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantém convênio para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento e sob a supervisão do **CUSTODIANTE**.

As etapas da cobrança consistem em:

I – Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período;

II – Os valores descontados são repassados à **SABEMI** ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;

III – O repasse mensal para a **SABEMI** ou para a Sabemi Previdência Privada pode ser, conforme o Ente Público Conveniado, realizado por uma única ou várias transferências bancárias;

IV – Ao receber os valores repassados diretamente pelos Entes Públicos Conveniados, a **SABEMI** e a Sabemi Previdência Privada os confrontam com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Entes Públicos Conveniados, informando quais Segurados terão as parcelas da Assistência Financeira descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes;

VI – Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, a **SABEMI** e/ou a Sabemi Previdência Privada questionam o Ente Público Conveniado, o próprio banco oficial ou as instituições conveniadas a estes, que podem ter determinado o repasse de valor diverso do previsto;

VII – Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VIII – Os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pela **SABEMI** e/ou pela Sabemi Previdência Privada são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas de tal recebimento.

A **SABEMI** foi contratada pelo **FUNDO** como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I - Caso as parcelas da Assistência Financeira não sejam devidamente descontadas na folha de pagamento dos Segurados pelos Entes Públicos Conveniados, seja por erro do sistema utilizado por cada Ente Público Conveniado, seja por qualquer outro motivo, a **SABEMI** e a Sabemi Previdência Privada adotam o mecanismo de débito automático diretamente da conta-corrente do Segurado. Para isto, devem ser observadas as seguintes etapas:

- (a) verificação por parte da **SABEMI** e/ou da Sabemi Previdência Privada de inadimplência de parcela da Assistência Financeira de determinado Segurado;
- (b) envio de relatório de cobrança para os bancos nos quais os Segurados inadimplentes mantêm suas contas-correntes;
- (c) os bancos que receberem os relatórios de cobrança devem acionar tal mecanismo, o qual, por meio de débito automático da conta-corrente repete a cobrança por um período de até 05 (cinco) dias úteis, garantindo maior eficiência na cobrança, pois se o Segurado não possuir saldo na primeira tentativa, ocorrerão novas tentativas dentro do mencionado prazo.

II – Após tentativa de recuperar os Direitos Creditórios Inadimplidos pelo mecanismo de débito automático em conta-corrente, a **SABEMI** e/ou a Sabemi Previdência Privada, com auxílio dos Entes Públicos Conveniados, tentarão contato telefônico com o Segurado e, no 10º (décimo) dia de atraso, desde que identificada a impossibilidade de cobrança por reinclusão da consignação em folha e débito em conta-corrente, enviará notificação ao Segurado para que este efetue o pagamento das parcelas vencidas da Assistência Financeira;

III – Sendo o atraso do pagamento de qualquer parcela da Assistência Financeira superior a 30 (trinta) dias do seu vencimento, desde que esgotadas as providências para consignação em folha e débito em conta-corrente, a conduta adotada pela **SABEMI** e/ou pela Sabemi Previdência Privada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do segurado inadimplente no banco de dados do SPC e eventual cobrança judicial da quantia devida;

IV – Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, interrompe-se o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar o seguro prestamista. O

Segurado não ficará inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, uma vez que a indenização advinda do seguro prestamista irá adimplir o saldo da Assistência Financeira a pagar; e

V – Se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto das parcelas da Assistência Financeira em folha de pagamento, busca-se renegociar a Assistência Financeira, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Segurado.

O **CUSTODIANTE** durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo à **SABEMI** realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

As quotas do **FUNDO** serão valoradas todo dia útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II – os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, co-obrigação e prazo;

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; e

c) tendo em vista que não há mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam idênticas às dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do **FUNDO**, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Segurados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído, em ordem de preferência:

a) ao montante da Reserva de Liquidez;

b) às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas.

Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no Capítulo II, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Nos primeiros 90 (noventa) dias seguintes à data em que se verificar a impontualidade de pagamentos dos direitos creditórios pelos devedores não será realizada qualquer provisão de valores em atraso. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de sua impontualidade, os Direitos Creditórios Inadimplidos terão seus valores integralmente provisionados.

Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

FATORES DE RISCO

Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha rotinas e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o Quotista.

Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (i) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- (ii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (iii) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.
- (iv) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (v) **Risco de Concentração:** A **ADMINISTRADORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em direitos creditórios cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.

- (vi) **Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pela **SABEMI**. A aquisição de direitos creditórios originados exclusivamente pela **SABEMI** pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela **SABEMI** aos Segurados e da capacidade desta originar Direitos Creditórios Elegíveis.
- (vii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (viii) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regates.
- (ix) **Riscos Associados aos Segurados:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar da Assistência Financeira apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.
- (x) **Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira contraída pelos Segurados é paga por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.
- (xi) **Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e o repasse à **SABEMI** dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a **SABEMI** ou a **ADMINISTRADORA** controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xii) **Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são realizadas pela **SABEMI**, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a **SABEMI** para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no

período e repassam os valores descontados à **SABEMI** por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado. Em seguida, tais valores são repassados pela **SABEMI** ao **FUNDO**, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado de tal recebimento. Assim, O **FUNDO** está sujeito ao risco de repasse pela **SABEMI** ao **FUNDO** dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

- (xiii) **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a **SABEMI** e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.
- (xiv) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xv) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xvi) **Risco de Resgate das Quotas do FUNDO em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- (xvii) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.
- (xviii) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A **SABEMI** poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar a guarda dos Documentos Representativos de Crédito, permanecendo a **SABEMI** como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso a **SABEMI** ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.

- (xix) **Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO** não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da **SABEMI** deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao **FUNDO** até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da **SABEMI** dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos Creditórios relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.
- (xx) **Risco de Questionamento Judicial:** A Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, a Assistência Financeira poderá ser modificada ou cancelada em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu Patrimônio Líquido.
- (xxi) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

A cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis e seus respectivos acessórios, nos termos do Contrato de Cessão e da legislação em vigor, serão válidas e existentes, sendo que os Direitos Creditórios Elegíveis e, por conseqüência, os fluxos de caixa deles advindos são cedidos pela **SABEMI** de forma perfeita e acabada ao **FUNDO**, mediante a assinatura a) do Contrato de Cessão e b) do respectivo Termo de Cessão, elaborado na forma do Anexo I do Contrato de Cessão;

A cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo é definitiva, irrevogável e irretratável.

O Contrato de Cessão, por sua vez, é revestido das solenidades previstas no parágrafo 1º do artigo 654 do Código Civil brasileiro e as cessões serão consideradas eficazes perante os sacados devedores dos Direitos Creditórios, com o registro do Contrato de Cessão e do Termo de Confirmação de Cessão de Crédito. Com exceção do fator de risco indicado no inciso XVIII acima, não há restrições de natureza legal que possam afetar adversamente a validade da constituição e da cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis ao **FUNDO**.

A eventual falência da **SABEMI** não afetará, do ponto de vista de risco de crédito, o patrimônio líquido do **FUNDO** nem ensejará a desconsideração das cessões dos Direitos Creditórios Elegíveis celebradas nos termos do Contrato de Cessão, ausentes as condições relacionadas no artigo 53 do Decreto-Lei nº 7.661, de 21 de junho de 1945 ("Lei de Falências"), no artigo 130 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005 ("Nova Lei de Falências"), nos artigos 158 e 159 do Código Civil Brasileiro e no artigo 593 do Código de Processo Civil. O patrimônio líquido do **FUNDO** não será afetado, nos termos acima dispostos, ainda, se a **SABEMI** requerer processo de recuperação judicial ou liquidação extrajudicial.

EMIÇÃO, SUBSCRIÇÃO, INTEGRALIZAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E RESGATE DE QUOTAS

As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Na emissão de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente

na conta do **FUNDO**. Para fins de amortização e resgate das quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de quotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

A critério da **ADMINISTRADORA**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados no Regulamento. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de quotas seniores concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada Série “n”, definido no Suplemento da Série “n” de quotas seniores e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Na emissão de quotas mencionadas acima, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 44 do Regulamento.

As quotas mencionadas acima deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356 para a subscrição de quotas.

O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

As Quotas do **FUNDO** terão direito de voto, sendo que cada Quota corresponderá a um voto nas Assembléias Gerais de Quotistas do **FUNDO**.

As Quotas Seniores de 1ª Série do **FUNDO** serão avaliadas trimestralmente por Agência Classificadora de Risco (de *rating*) especializada.

Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de Quotas Seniores da 1ª Série do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

A integralização, a amortização e o resgate de Quotas Seniores e de quotas subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor, não serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas.

Em vista da CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio dos mecanismos de transferência indicados acima, concomitantemente à venda, pelas Cedentes, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Será admitida a integralização total ou parcial de quotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observados as Condições

de Cessão e Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento e neste Prospecto, bem como os critérios definidos no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da quota subordinada seja parcialmente integralizado em direitos creditórios, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos direitos creditórios utilizados na referida integralização.

As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio dos mecanismos de transferência indicados acima, simultaneamente à compra, pelo quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

A **ADMINISTRADORA** deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º, do Regulamento.

I - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores;

II - 45 (quarenta e cinco) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores; e

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização das quotas seniores.

Caso a **ADMINISTRADORA** verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito acima, a **ADMINISTRADORA** deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas antes da amortização ou do resgate integral das quotas seniores caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos no Regulamento e no Suplemento da 1ª Série, especialmente à Razão de Garantia.

A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das quotas subordinadas.

Na hipótese de as quotas subordinadas representarem mais de 27% (vinte e sete por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização prevista acima; e

II - as quotas subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente ao re-equilíbrio da relação prevista no acima, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições do Capítulo XIII do Regulamento, bem como a Razão de Garantia prevista no artigo 44 do Regulamento.

A amortização das quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para a referida série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

A antecipação do início da amortização de quotas seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração da 1ª Série do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

Por ocasião do resgate acima mencionado, o **ADMINISTRADOR** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos no Capítulo XIII e no Capítulo XVIII do Regulamento.

O **FUNDO** não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do aqui disposto entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 4º do artigo 11 do Regulamento.

As quotas seniores da 1ª Série emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix.

As quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 44 do Regulamento.

RESERVA DE FUNGIBILIDADE E RESERVA DE LIQUIDEZ

Para minimizar o risco de repasse pela **SABEMI** ao **FUNDO** dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis, a **ADMINISTRADORA** constituirá, desde o momento inicial de subscrição das quotas seniores, uma Reserva de Fungibilidade no montante equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis do **FUNDO**.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade integrarão o patrimônio do **FUNDO** e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais valores recebidos pela **SABEMI** advindos dos Direitos Creditórios Elegíveis e não repassados ao **FUNDO** nos termos deste Regulamento.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade servirão exclusivamente para o pagamento de eventuais valores recebidos pela **SABEMI** advindos dos Direitos Creditórios Elegíveis e não repassados ao **FUNDO** nos termos deste Regulamento.

Os recursos da Reserva de Fungibilidade serão alocados exclusivamente para aquisição a) dos títulos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 5º do Regulamento e b) certificados e recibos de depósito bancário tratados na alínea “d” do artigo 5º do Regulamento desde que emitidos por instituição que obtenha classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a F1+(bra), BR-1 e/ou brA-1, respectivamente, pelas agências classificadoras de risco Fitch Ratings, Moody’s América Latina e Standard & Poor’s.

Para garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis, a **ADMINISTRADORA** constituirá, desde o momento inicial de subscrição das quotas seniores, uma Reserva de Liquidez no montante equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis do **FUNDO**.

Os recursos da Reserva de Liquidez integrarão o patrimônio do **FUNDO** e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis.

Os recursos da Reserva de Liquidez serão alocados exclusivamente para aquisição: a) dos títulos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 5º do Regulamento e b) certificados e recibos de depósito bancário tratados na alínea “d” do artigo 5º do Regulamento desde que emitidos por instituição que obtenha classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a F1+(bra), BR-1 e/ou brA-1, respectivamente, pelas agências classificadoras de risco Fitch Ratings, Moody’s América Latina e Standard & Poor’s.

RAZÃO DE GARANTIA

Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, com redação dada pela Instrução 393, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio

representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do *síte* da **ADMINISTRADORA** (www.concordia.com.br).

Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com quotas subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

II - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência à **SABEMI**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- a) noticiará a inobservância do percentual mencionado no *caput* e a interrupção da aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis e solicitará à **SABEMI** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- b) informará à **SABEMI** o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

III - A **SABEMI** deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I acima, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no *caput*.

IV - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II acima, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte da **SABEMI**, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II acima quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Em razão do disposto no artigo 44 do Regulamento, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XIII do Regulamento.

ASSEMBLÉIA GERAL

Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração da 1ª Série;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**; e

VI – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das quotas seniores, conforme definido no Regulamento.

O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo na **SABEMI**.

A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no jornal Valor Econômico, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Para efeito do acima disposto, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Independentemente das formalidades acima previstas, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto abaixo.

As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 45, inciso I do Regulamento serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 45, incisos II, III, IV, V, VI do Regulamento dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de Cotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das quotas emitidas com direito a voto nos termos do referido Artigo 45.

Somente podem votar na Assembléia Geral os quotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

As decisões da Assembléia Geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

As modificações aprovadas pela Assembleia Geral de quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de quotistas presentes na assembleia geral;
- II – cópia da ata da assembleia geral;
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

O **FUNDO** deverá suspender a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, na hipótese de verificação dos seguintes índices de inadimplência:

- I - Índice de Inadimplência acima de 30 dias superior a 12% (doze por cento);
- II - Índice de Inadimplência acima de 90 dias superior a 9% (nove por cento); e
- III - Índice de Inadimplência acima de 180 dias superior a 5% (cinco por cento).

Para fins de cálculo dos índices de inadimplência relacionados nos incisos I, II e III do “caput”, será utilizada a média móvel de 3 meses do respectivo índice, calculada no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

A suspensão de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo **FUNDO** permanecerá válida até o momento em que se verifique que os índices de inadimplência sejam inferiores aos respectivos limites relacionados nos incisos I, II e III do “caput”.

EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembleia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

- I – os respectivos índices de inadimplência indicados no artigo 50 do Regulamento permaneçam inalterados por 02 (dois) meses consecutivos;
- II - o Índice de Inadimplência acima de 30 dias seja superior a 13% (treze por cento);
- III - o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 10% (dez por cento);
- IV - o Índice de Inadimplência acima de 180 dias seja superior a 6% (seis por cento);
- V - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI do Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo **CUSTODIANTE**;
- VI - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;
- VII - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 17 do Capítulo VIII do Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;
- VIII - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V do Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

IX - rebaixamento da classificação de risco inicial de quotas seniores do **FUNDO** em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

X - não subscrição, por qualquer motivo, pela **SABEMI**, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 44, do Regulamento de tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;

XI - inobservância pela **SABEMI** dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificada pela **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, a **SABEMI** não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

XII - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização da 1ª Série;

XIII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às quotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XIV – se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos quotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias;

XV - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão; e

XVI - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados.

O cálculo dos índices de inadimplência relacionados nos incisos II, III e IV acima será realizado pela **ADMINISTRADORA**. Para fins de cálculo dos referidos índices inadimplência, será utilizada a média móvel de 3 meses do respectivo índice, calculada no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de quotas subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 56 do Regulamento, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - por deliberação de assembléia geral de quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 44, parágrafo 1º e artigo 16, II, “b”, ambos do Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro **FUNDO** de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;

V – se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

VI – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimentos;

VII – se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da **SABEMI**;

VIII - caso o Índice de Inadimplência acima de 30 dias seja superior a 15% (quinze por cento);

IX - caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 12% (doze por cento); e

X - caso o Índice de Inadimplência acima de 180 dias seja superior a 8,5% (oito inteiros e cinquenta centésimos de inteiro por cento).

Os índices de inadimplência relacionados nos incisos VIII, IX e X acima, serão calculados pela **ADMINISTRADORA** no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas no Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os quotistas após a constituição do referido condomínio.

Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no artigo 56 do Regulamento. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 56 do Regulamento.

Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 21 do Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos do parágrafo 2º do artigo 56 do Regulamento, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 21 do Regulamento, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 21 do Regulamento, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições do Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

TRIBUTAÇÃO

TRIBUTAÇÃO SOBRE O FUNDO:

IOF

As aplicações realizadas pelo **FUNDO** estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0% (zero por cento), sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao dia.

CPMF

As operações realizadas pelo **FUNDO**, desde que relacionadas em Portaria emitida pelo Ministro da Fazenda, incluindo a movimentação da carteira e o pagamento realizado pelo **FUNDO** no resgate das quotas, estão sujeitas à incidência de CPMF à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da carteira são isentos do Imposto de Renda.

TRIBUTAÇÃO SOBRE OS QUOTISTAS:

IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% (um por cento) ao dia sobre o valor do resgate, cessão ou repactuação das Quotas do **FUNDO**, limitado ao rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 4.494/02, sendo este limite igual a 0% (zero por cento) do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias.

CPMF

A CPMF incide nas aquisições das Quotas do **FUNDO** efetuadas com recursos detidos (i) nas contas correntes de depósito a vista, à alíquota de 0,38% (trinta e oito centésimos por cento); e (ii) nas contas investimento, à alíquota de 0% (zero por cento).

IR

Sobre os rendimentos e ganhos auferidos pelos Quotistas incide o IR-Fonte. Para os rendimentos auferidos a partir de 01 de janeiro de 2005, as alíquotas são regressivas em razão da classificação do fundo como de longo prazo (carteira com prazo médio superior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios) ou de curto prazo (carteira com prazo médio igual ou inferior a 365 dias – excluídos para esse propósito os Direitos Creditórios), e após a definição da classificação do **FUNDO** segundo este critério, a alíquota varia, ainda, de acordo com o prazo de permanência da aplicação do investidor, conforme abaixo descrito:

(i) Fundo de longo prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias;
- 20,0% - prazo da aplicação de 181 dias até 360 dias;
- 17,5% - prazo da aplicação de 361 dias até 720 dias; e
- 15,0% - prazo da aplicação acima de 720 dias.

(ii) Fundo de curto prazo:

- 22,5% - prazo da aplicação de até 180 dias; e
- 20,0% - prazo da aplicação acima de 180 dias.

Os prazos referidos acima são considerados a partir da data da aplicação.

AMORTIZAÇÃO DE QUOTAS

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, proporcionalmente aos juros amortizados, à alíquota aplicável com base no prazo médio da Carteira.

ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

As atividades de administração do **FUNDO** e de gestão de sua carteira serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

OBRIGAÇÕES DA ADMINISTRADORA

Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

- a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;
- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**; e

IX – validar as declarações firmadas pela **SABEMI** quanto ao cumprimento das condições de cessão referidas no Regulamento.

A divulgação das informações prevista no inciso IV acima pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódicos de ampla veiculação, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e do Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembleias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

VEDAÇÕES DA ADMINISTRADORA

É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

As vedações de que tratam os incisos I a III acima abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Excetuam-se do anteriormente disposto a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III do Regulamento.

É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, ressalvado o disposto no artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução CVM nº 356.

Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Nos primeiros 90 (noventa) dias do início das atividades do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO** uma taxa de administração equivalente a 0,80% a.a. (zero vírgula oitenta centésimos de inteiro por cento ao ano) incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** ou R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) fixos mensais, prevalecendo o maior valor; a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia do início das atividades do **FUNDO** será cobrada uma taxa de administração equivalente a 0,80% (zero vírgula oitenta centésimos de inteiro por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** ou R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) fixos mensais, prevalecendo o maior valor. Os valores fixos mencionados serão corrigidos anualmente, no mês de janeiro, pela variação percentual acumulada no ano anterior do IPC, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou, na sua falta ou extinção, pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Após o início da amortização de quotas do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO** exclusivamente a taxa de administração equivalente a 0,80% a.a. (zero vírgula oitenta centésimos de inteiro por cento ao ano) incidente sobre o patrimônio líquido ou o valor fixo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), prevalecendo o que for maior.

A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Para efeitos do disposto no Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Pelos serviços de escrituração de quotas do **FUNDO**, o **AGENTE DE ESCRITURAÇÃO** receberá o equivalente a 1.900,00 (um mil e novecentos reais) que será devidamente deduzida da taxa de administração devida à **ADMINISTRADORA**. A remuneração do **AGENTE DE ESCRITURAÇÃO** será paga diretamente pelo **FUNDO**.

O **FUNDO** não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** previstas no artigo 38 da Instrução CVM nº 356 serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras;

II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos no Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores;

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos; e

As atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão realizadas pelo **AGENTE DE ESCRITURAÇÃO**, nos termos do contrato de prestação de serviços de escrituração de quotas.

A **SABEMI** foi contratada pelo **CUSTODIANTE** (i) como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo **FUNDO**, conforme previsto no contrato de prestação de serviços de custódia; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis. A **SABEMI** poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.

Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, após a ocorrência de cada cessão, o lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, comunicando o resultado dessa verificação à **ADMINISTRADORA** e à agência classificadora de risco do Fundo. Independentemente do aqui disposto, o **CUSTODIANTE** poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto ao Cedente, a existência e formalização da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

Ao realizar a verificação acima referida, o **CUSTODIANTE** apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre a **SABEMI** e o respectivo Segurado relativo à contratação da Assistência Financeira, bem como de autorização por escrito para o Desconto em Folha.

SUBSTITUIÇÃO DO CUSTODIANTE E DEMAIS PRESTADORES DE SERVIÇOS

A **ADMINISTRADORA** poderá, a seu absoluto e exclusivo critério, substituir o **CUSTODIANTE**, a Agência Classificadora de Risco e demais prestadores de serviços do **FUNDO**. Para que proceda à substituição ora referida, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para adaptar o Regulamento do **FUNDO**.

DISTRIBUIÇÃO DE QUOTAS SENIORES

A distribuição da 1ª Série do **FUNDO** será realizada em regime de melhores esforços pelo **BANCO** e pelo **BANCO KDB**, nos termos dos contratos de distribuição de quotas celebrado entre as partes, que poderão contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto neste Prospecto.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO FUNDO

As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Enquanto a CVM não editar as referidas normas, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do COSIF, editado pelo BACEN.

O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de novembro de cada ano.

A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e

II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

ENCARGOS DO FUNDO

Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;

c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos quotistas;

d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de quotistas;

h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas, como representante dos quotistas; e

l) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP/BOVESPA/CBLC.

Pelos serviços de custódia e controladoria, o **CUSTODIANTE** receberá uma remuneração anual incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** de acordo com a tabela seguinte ou um valor mínimo mensal fixo equivalente a R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais), prevalecendo o maior valor:

Patrimônio Líquido do FUNDO (R\$)	REMUNERAÇÃO DO CUSTODIANTE (Porcentagem anual sobre o Patrimônio Líquido do FUNDO)
Até 75 milhões	0,36%
Acima de 75 milhões e até 150 milhões	0,31%

Acima de 150 milhões	0,27%
----------------------	-------

A remuneração do **CUSTODIANTE** será paga diretamente pelo **FUNDO**.

Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

A divulgação das informações deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que colocam quotas do **FUNDO**.

A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;

II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e

III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

PERIÓDICOS DESTINADOS ÀS PUBLICAÇÕES DO FUNDO

Publicação de Quotas, de Anúncios, Fatos Relevantes, Convocações e demais documentos: Jornal Valor Econômico.

BREVE HISTÓRICO DA SABEMI

A **SABEMI** é uma companhia de capital fechado que tem seu foco de atuação na área de Seguros de Acidentes Pessoais e Previdência Privada, e também atua na concessão de assistência financeira a seus segurados desde 2002, quando a SUSEP – Superintendência de Seguros Privados - regulamentou tal atividade para as seguradoras. Fundada em 10 de setembro de 1973, tem sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul e sucursais no Rio de Janeiro e Distrito Federal, contando ainda com o apoio logístico de representações em diversas cidades do país.

A **SABEMI** mantém convênio operacional com a Sabemi Previdência Privada, entidade de previdência complementar fundada em 01 de maio de 1976, instituição que detém forte atuação nas operações de consignação em folha de pagamento, sendo consignatária de órgãos civis da administração direta, autarquias e fundações do Governo Federal, assim como das forças militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, do Ministério da Defesa.

A **SABEMI** conquistou prêmios da revista Conjuntura Econômica da FGV em 2004 como a seguradora com a menor sinistralidade, e em 2005 como a seguradora com a melhor relação lucro/patrimônio líquido, tendo subido três posições no ranking entre as seguradoras de seguros de pessoas, passando do 36º lugar em 2005 para o 31º em 2006. O faturamento da **SABEMI** cresceu 180% de 2004 para 2005, e 35% em 2006 em relação ao ano anterior.

Os direitos creditórios oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela **SABEMI** a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320 e de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos na legislação vigente, no Regulamento e neste Prospecto, serão cedidos exclusivamente ao **FUNDO**.

BREVE HISTÓRICO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

ADMINISTRADORA/GESTORA – CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS CÂMBIO E COMMODITIES

Com 20 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia é uma das líderes em seu segmento, ocupando as primeiras colocações no ranking em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Curitiba, a Concórdia tem em seus quadros mais de 140 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BOVESPA e na BM&F, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, commodities e títulos públicos e privados, com vasta experiência em operações de hedge e swaps.

A Concórdia administra aproximadamente R\$ 3,2 bilhões em investimentos no mercado financeiro, tanto de clientes institucionais e pessoas físicas, que buscam na corretora rentabilidade e solidez para suas aplicações.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Concórdia, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos. Entre os fundos de renda fixa, um dos destaques é o Concórdia Extra FI Renda Fixa, premiado por seu desempenho, ano após ano, por publicações como o Guia Exame e Valor Investe.

A Concórdia também é reconhecida no mercado pela administração e gestão de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios, representando aproximadamente um montante de R\$ 2 bilhões.

CUSTODIANTE – BANCO ITAÚ S.A.

Introdução

O Banco Itaú S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, presta serviços no mercado de capitais brasileiro há mais de 30 anos e controla atualmente mais de R\$ 920 bilhões em ativos. É o maior custodiante do país, conforme dados da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID (dados de junho de 2005).

O Banco Itaú obteve certificação de qualidade ISO 9001 para várias modalidades de serviços de custódia. Em âmbito internacional, tal certificação foi obtida para custódia de (i) ativos de investidores não residentes; (ii) Recibos de Depósitos Americanos (ADRs); e (iii) fundos *offshore*. No âmbito doméstico, destaca-se tal certificação na prestação de serviços relacionados a (i) custódia e controladoria para fundos de investimento e carteiras administradas; e (ii) operações envolvendo fundos de investimento em direitos creditórios.

Histórico

O Custodiante tem uma tradição de mais 30 anos na prestação de serviços para o mercado de capitais. No serviço de custódia e controladoria para fundos e carteiras (serviços para terceiros) o Custodiante atua há 6 anos, sendo um dos pioneiros no desenvolvimento deste segmento. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais faz parte da Área de Mercado de Capitais do Banco Itaú e é voltada à prestação de serviços de back-office das mais diversas modalidades. O Custodiante tem realizado nos últimos anos contínuos investimentos em tecnologia, processos e pessoas com o objetivo de ampliar e aprimorar a prestação de serviços ao mercado de capitais.

Atualmente, o Custodiante controla mais de R\$ 920 bilhões em ativos de terceiros com mais de 1.300 contratos firmados, e é líder na prestação de serviços de custódia e controladoria para fundos de investimento e fundações, com cerca de 7.000 fundos/carteiras patrimoniais de clientes processadas diariamente. Além disso, controla mais de 4.860 mil indivíduos/empresas entre acionistas, debenturistas e

quotistas e detêm aproximadamente 90% do mercado de custódia local de ADRs – American Depositary Receipts. Na prestação de serviços relacionados à operações com direitos creditórios (servicer), o Custodiante tem sob sua responsabilidade mais de R\$ 9 bilhões em ativos.

Colaboradores e política de recursos humanos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais conta atualmente com mais de 500 funcionários dedicados integralmente à atividade de custódia e controladoria, não incluindo analistas e programadores de sistemas nem tampouco empresas fornecedoras de softwares utilizados na prestação dos serviços.

Tecnologia e sistemas

O Custodiante possui uma estrutura tecnológica que reduz consideravelmente os custos administrativos, técnicos e operacionais, e, ao mesmo tempo, proporciona rapidez, exatidão e sigilo das informações registradas. A aplicação dessa experiência na área de serviços para o mercado de capitais procura minimizar a execução de atividades manuais. A interação com os clientes processa-se tanto pela digitação em seus sistemas quanto pela integração em tempo real.

A área de prestação de serviços para o mercado de capitais tem estrutura independente de processamento, tanto em termos de equipe quanto em termos de ambiente de sistemas de informação. A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais subcontrata a área de tecnologia do Grupo Itaú, representada pelo Centro Técnico e Operacional (“CTO”), para alguns processos e desenvolvimento de sistemas. O CTO mantém equipes e ambientes de tecnologia segregados para os sistemas relativos à prestação de serviços para o mercado de capitais.

Os aplicativos de uso corporativo (normalmente em ambiente de grande porte) contam com estrutura de segregação de acesso. Desta forma, os usuários da área de serviços a terceiros não acessam informações referentes aos fundos de investimento e carteiras sob a gestão do Banco Itaú S.A. e/ou suas Partes Relacionadas e vice-versa. Além disso, os aplicativos de uso mais específico normalmente trabalham em estrutura de servidores de banco de dados independentes.

Sistemas de back-up

O Custodiante utiliza-se de recursos de back-up baseados em softwares empresariais, utilizando fitotecas e robôs automatizados, com políticas de retenção adequadas a cada necessidade, incluindo cofre predial resistente a catástrofes. Nos ambientes críticos existe estrutura de disaster recovery on-line, utilizando duplicidade de hardware e software e replicação online de dados.

Existe um ambiente de contingência (endereço distinto tanto dos escritórios de operações, quanto do grupo de sistemas) para alocação de pessoal, com recursos de hardware e software dedicados para uma situação emergencial. Tanto a estrutura de back-up como a de disaster recovery estão montadas de forma a apresentar o menor tempo possível de latência. O plano de disaster recovery consiste em servidores replicados que ficam em ambiente fisicamente distante do site normal, garantindo a continuidade do funcionamento dos sistemas respectivos em situações limite.

Políticas de compliance e controles internos

A Diretoria de Serviços para o Mercado de Capitais possui uma gerência de compliance própria que também está subordinada à estrutura do compliance corporativo do Custodiante (para o estabelecimento de diretrizes e normas corporativas), bem como as normas aplicáveis definidas pelo Bacen.

Os processos de custódia e controladoria de fundos de investimento foram recentemente re-certificados pela norma ISO9000. Os processos de gestão contínua e revisão de procedimentos e respectivos manuais são realizados regularmente, sendo alvo de auditoria trimestral.

ESTRUTURADOR – BANCO SCHAHIN S.A.

O Grupo Schahin iniciou suas atividades no ano de 1966, na área de construção civil e empreendimentos imobiliários, através da Schahin Cury Engenharia e Comércio Ltda. Em 1977 o Grupo ingressou no segmento financeiro com a fundação da Schahin Cury CCVM. A expansão das atividades do Grupo para outros segmentos que não apenas o de construção, a partir da década de 80, através da diversificação dos

negócios, culminou com a compra da participação da família Cury nas empresas, pela família Schahin em 1997.

O Banco Schahin S.A., banco múltiplo, foi fundado em 29 de março de 1989, originado da Corretora Schahin Cury, constituindo a empresa financeira do Grupo Schahin. Como já mencionado, o Grupo também diversificou as suas atividades para outros campos de atuação, passando a investir em setores como petróleo, gás, telecomunicações e, mais recentemente, no setor elétrico, através de concessões de linhas de transmissão.

Fundado em 1989, o Banco Schahin S.A. está constituído sob a forma de banco múltiplo, com a autorização para operar as carteiras comercial (incluindo câmbio) e de investimentos. O Banco Schahin S.A. detém o controle das seguintes empresas:

- Schahin Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (Schahin Corretora)
- CIFRA S.A. Crédito, Financiamento e Investimento (CIFRAFinanceira)

O controle do Banco Schahin S.A. encontra-se dividido da seguinte forma:

Acionistas	Participação
HBF Participações Ltda. (*)	84,04%
Habitécnica Empreendimentos (*)	14,84%
Milton Taufic Schahin	0,40%
Rubens Taufic Schahin	0,20%
Salim Taufic Schahin	0,20%
Outros	0,32%
(*) Controlada pela família Schahin	

A alta administração do Banco Schahin S.A. é exercida por sete membros estatutários: Presidente e seis Diretores Executivos, juntamente com dois Diretores responsáveis pelas áreas de Captação/Relações com o Mercado, Crédito e Tesouraria.

As decisões estratégicas são tomadas em reuniões de Comitê de Crédito e Tesouraria realizados semanalmente, incluindo os membros acima descritos, Presidente, Diretores Estatutários e Diretores de Área.

O Banco Schahin S.A. fundamenta sua estratégia em operações de crédito incluindo pessoa física e jurídica. Para pessoa jurídica realiza empréstimos de curto prazo garantidos por recebíveis (principalmente capital de giro e conta garantida) às pequenas e médias empresas; operações mais longas para empresas de maior porte são feitas principalmente através de repasses do BNDES e Resolução nº 63, de 21 de agosto de 1967.

Nestes últimos anos, dentro do seu posicionamento estratégico, o Banco Schahin S.A. tem procurado expandir a carteira direcionada à pessoa física, através de CDC Veículos (CIFRA Veículo), Crédito Pessoal (CIFRA Pessoal), CDC Empregador a Funcionários Públicos e Aposentados e Pensionistas do INSS (CIFRA a Jato), e Financiamento de débitos e despesas de veículos como IPVA, multas, licenciamento e outros débitos (CIFRA Fácil).

A Schahin Corretora funciona como uma prestadora de serviços para seus clientes e como um canal de entrada de novos clientes no banco, através de seus produtos (BM&F, BOVESPA).

O Banco Schahin S.A. possui relacionamentos com outros bancos, e por apresentar alta liquidez, é doador de recursos no mercado interbancário.

Na pessoa jurídica, o Banco Schahin S.A. opera com repasses do BNDES e empréstimos com garantia de recebíveis. Através de uma política conservadora, a classificação das operações considera o risco do tomador associado às garantias ofertadas.

BREVE HISTÓRICO DO BANCO KDB DO BRASIL S.A.

O Banco KDB do Brasil S.A. (KDB Brasil) é uma subsidiária do The Korea Development Bank “KDB”, instituição financeira do governo coreano. O KDB é o banco comercial líder no mercado financeiro coreano e exerce um papel fundamental no crescimento econômico da Coreia e no avanço da indústria coreana.

Em 2004 apresentou um lucro líquido recorde de aproximadamente US\$ 962.000 mil o que melhorou sua estrutura financeira e, consequentemente, diminuiu o índice NPL de 26,96% para 1,59%, e aumentou o índice BIS de 16,22% para 18,08%.

O KDB Brasil tem como objetivo principal o financiamento, a curto e longo prazo, do comércio e da indústria em geral, incluindo financiamento da atividade produtiva para suprimento de capital fixo e de giro, financiamento de projetos do tipo “project finance” e Social Overhead Capital (SOC) projects: projetos relativos a infra-estrutura de áreas públicas, tais como rodovias, portos, aeroportos, metrô, sistemas de energia elétrica e redes de água e esgoto.

BREVE HISTÓRICO DA GAINVEST DO BRASIL ASSET MANAGEMENT LTDA

A Gainvest do Brasil Asset Management Ltda., empresa fundada em 2003, pertence ao Grupo López León, o qual iniciou suas atividades em 1980, na Argentina.

O Grupo López León atua em duas grandes áreas: Intermediação Financeira Especializada e Asset Management/Mercado de Capitais e possui empresas localizadas na Argentina, no Brasil, no Chile e no Uruguai.

A Gainvest do Brasil Asset Management Ltda. é uma empresa de consultoria financeira com forte participação em operações de securitização, tendo destacada atuação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

AGÊNCIA DE RATING - STANDARD & POOR'S

A Standard & Poor's, uma divisão da The McGraw-Hill Companies (NYSE:MHP), é a maior provedora mundial de ratings, índices, avaliação de risco, pesquisas de investimento, dados e avaliações, e vem contribuindo para a criação de transparência nos mercados de capitais desde sua fundação em 1860.

Atualmente, a Standard & Poor's atua nos mercados de capitais mundiais por meio de uma rede global de mais de 5.000 funcionários localizados em 20 países e é uma das principais fornecedoras mundiais de cotações de ações e de conteúdo financeiro para sites na Internet.

Líder global no fornecimento de informações objetivas, *insight* e análises para clientes nos mercados de ações, renda fixa, câmbio e fundos mútuos.

Investidores de todo o mundo consultam os ratings de crédito da Standard & Poor's em busca de análises objetivas e criteriosas sobre a capacidade e a disposição de governos, empresas e outras entidades para pagarem, completa e pontualmente, os trilhões de dólares em dívidas avaliadas no mercado global.

A Standard & Poor's atribuiu seu primeiro rating para instituições brasileiras em 1992, e em novembro de 1994, após a implementação do Plano Real, o primeiro rating à República Federativa do Brasil.

Em 1998, a Standard & Poor's inaugurou seu escritório no Brasil, localizado em São Paulo e, nesse mesmo ano, lançou sua escala nacional de ratings, a Escala Nacional Brasil. Atualmente, a Standard & Poor's no Brasil conta com 30 funcionários para atender as demandas do mercado local.

Entre 2000 e 2004, a Standard & Poor's ampliou significativamente o número de ratings de empresas brasileiras. Em dezembro de 2003, a Escala Nacional Brasil e a escala global de ratings da Standard & Poor's, registravam 590 e 186 ratings atribuídos a emissores e emissões, respectivamente.

AUDITORIA – KPMG AUDITORES INDEPENDENTES

A KPMG é uma empresa com presença mundial, prestando serviços da mais alta qualidade em diversas áreas, por meio de seus departamentos de Serviços de Auditoria, Assessoria Tributária, Assessoria em Serviços Financeiros e Assessoria em Gestão de Recursos Humanos.

A KPMG foi constituída no Brasil em 1º de julho de 1987, a partir da fusão de três empresas com grande tradição na comunidade de negócios: (i) a Peat Marwick & Mitchell, que posteriormente tornou-se Peat Marwick International ("PMI"), com atuação no Brasil desde 1915; (ii) a Klynveld Main Goerdeler, presente no país desde 1982; e (iii) a Roberto Dreyfuss, empresa brasileira fundada em 1943.

Em 1987, a KPMG e a PMI fizeram a primeira megafusão do mercado de serviços de auditoria, passando todas as firmas associadas a elas a utilizar o nome KPMG. A KPMG atua no Brasil por meio de mais de 1.000 profissionais, em uma rede de nove escritórios operacionais, cada um liderado por um sócio.

Possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Campinas, Curitiba, Porto Alegre, São Carlos e Jaraguá do Sul.

A KPMG presta serviços nas áreas de auditoria e contabilidade, impostos, fusões e incorporações, investigações especiais, treinamento, avaliações empresariais e assessoria em gestão de recursos humanos.

ASSESSOR LEGAL – FREITAS E LEITE ADVOGADOS

Escritório de advocacia empresarial formado em 1989, conta com ampla experiência e tradição nas áreas de mercado financeiro e de capitais. Freitas e Leite busca fornecer uma assessoria legal de qualidade, compreensiva e ágil, para seus clientes no Brasil e no exterior. O escritório tem, dentre seus clientes, dezenas de instituições financeiras, assemelhadas e outros participantes do mercado, como companhias abertas e fundos de investimento. Freitas e Leite é um assessor jurídico com forte participação em operações de securitização, tendo destacada participação na estruturação de fundos de investimento em direitos creditórios.

INFORMAÇÕES SOBRE OS SEGURADOS

Os Segurados, devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis, são pessoas físicas vinculadas aos Entes Públicos Conveniados. Neste sentido os Segurados são, em linhas gerais, servidores públicos federais. De acordo com a classificação da **SABEMI**, os Segurados se subdividem em:

I - SERVIDORES ATIVOS: são aqueles servidores que têm estabilidade;

II - SERVIDORES CEDIDOS: são aqueles servidores que são de um determinado Ente Público Conveniado, mas por necessidade do Estado, são cedidos para trabalhar em outro Ente Público Conveniado;

III - SERVIDORES CELETISTAS (EMPREGO PÚBLICO): são aqueles servidores contratados sobre os ditames da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT);

IV - SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO: são aqueles que possuem contrato de trabalho temporário com o Ente Público Conveniado;

V - SERVIDORES EXCEDENTES À LOTAÇÃO: são aqueles servidores concursados por um determinado Ente Público Conveniado e que, por haver excesso de pessoal neste Ente Público Conveniado, são lotados em outro Ente Público Conveniado;

VI - SERVIDORES COM EXERCÍCIO DESCENTRALIZADO DE CARREIRA: são aqueles que exercem um cargo de gestão nos Entes Públicos Conveniados;

VII - SERVIDORES ANISTIADOS: são aqueles servidores demitidos no mandato do Presidente Collor que retornaram aos Entes Públicos Conveniados por anistia, ou também, os anistiados políticos que são pensionistas anistiados.

VIII – PENSIONISTAS: são aqueles servidores que recebem pensão dos Entes Públicos Conveniados; e

IX – MILITAR ENGAJADO: são os servidores públicos vinculados ao Exército, à Marinha ou à Aeronáutica, cujo tempo de serviço é maior ou igual a 10 (dez) anos.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SOBRE O INADIMPLEMENTO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

A tabela contendo as informações estatísticas sobre o inadimplemento dos direitos creditórios consta no Relatório da Agência Classificadora de Risco, parte integrante do Prospecto como Anexo VII.

Não há situações em que ocorra o pré-pagamento dos Direitos Creditórios Elegíveis.

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS CELEBRADOS PELO FUNDO

Destacamos abaixo um sumário descrevendo os principais contratos firmados pelo **FUNDO**.

CONTRATO DE CESSÃO

É o principal contrato celebrado pelo **FUNDO**, celebrado por este por meio de sua **ADMINISTRADORA**, e a **SABEMI**, na qualidade de Cedente, para a aquisição de Direitos Creditórios. A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, transferindo para o **FUNDO**, em caráter definitivo, a plena titularidade dos Direitos Creditórios, sem direito de regresso contra o a Cedente, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos (inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CONTRATO DE CUSTÓDIA E CONTROLADORIA

Contrato celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, por conta e ordem do **FUNDO**, a **SABEMI** e o **CUSTODIANTE**, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações com relação à prestação dos serviços de custódia qualificada e controladoria dos Direitos Creditórios e Ativos Financeiros integrantes da Carteira do **FUNDO**, que consistem na liquidação física e financeira dos Direitos Creditórios e dos outros Ativos Financeiros integrantes da carteira, bem como sua guarda, além da supervisão, monitoramento, avaliação patrimonial e outras atividades de controle do ativo e passivo do **FUNDO**.

CONTRATO DE COBRANÇA DE DIREITOS CREDITÓRIOS INADIMPLIDOS

Contrato celebrado entre o **FUNDO** e a **SABEMI** para a prestação de serviços de cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos, estabelecendo os procedimentos, direitos e obrigações inerentes à cobrança destes direitos.

CRONOGRAMA DAS ETAPAS DA OFERTA

DATA DE INÍCIO DA DISTRIBUIÇÃO: 05 DE MARÇO DE 2007

DATA DE ENCERRAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO: A distribuição da 1ª série deverá ser integralmente subscrita no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar de 10 de janeiro de 2007.

POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE DISTRIBUIÇÃO: A CVM, em virtude de solicitação fundamentada, a seu exclusivo critério, poderá prorrogar o prazo previsto acima por outro período, no máximo igual ao prazo inicial.

FORMA DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA: via WEB e publicação no Jornal Valor Econômico.

ALTERAÇÃO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA: Havendo alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro de distribuição, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos do Fundo e inerentes à própria oferta, será solicitada à CVM a alteração ou revogação da oferta de distribuição pública de quotas do Fundo.

A alteração e/ou revogação da oferta de distribuição de quotas do Fundo será imediatamente comunicada aos investidores através de correio eletrônico e publicação no Jornal Valor Econômico.

O investidor deverá comunicar a sua discordância com a alteração da oferta no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a divulgação da alteração da oferta, sendo que o silêncio do investidor será considerado como

aceitação da alteração da oferta. O investidor que manifestar sua discordância em relação à alteração da oferta será restituído dos valores investidos no Fundo, na forma e no prazo a serem informados no anúncio de alteração da oferta.

A revogação da oferta acarretará a restituição ao investidor da quantia aplicada no Fundo, a qual se dará na forma e no prazo informado no anúncio de revogação da oferta.

DEMONSTRATIVO DE CUSTO E DISTRIBUIÇÃO

DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE	
1) (*) Percentagem em relação ao valor total de Quotas Seniores	2,13%
2) Comissão de Colocação, pagos diretamente pela SABEMI :	R\$ 375.000,00
3) Outras Comissões (especificar):	Não há
4) Custo Unitário de Distribuição:	R\$ 213,49
5) Despesas decorrentes dos Registros: Registro CVM e Registro CRTD	R\$ 91.878,00
6) Outros custos relacionados:	Na há
a) Estruturação e Assessoria Legal, pagos diretamente pela SABEMI	R\$ 1.070.000,00
b) Auditoria	R\$ 15.000,00
c) (**) Classificação de risco pagos diretamente pelo FUNDO	R\$ 49.290,00
Total	R\$ 1.601.168,00

(*) Considerando-se a distribuição da totalidade de Quotas Seniores

(**) O montante de US\$ 23.000,00, foi convertido pelo valor de R\$ 2,1429, cotação de fechamento do dia 04/01/07.

Os honorários aumentarão de acordo com a tabela a seguir:

- anos 11 a 15: o montante equivalente em reais a US\$ 28.000,00 ao ano;
- anos 16 a 20: o montante equivalente em reais a US\$ 33.000,00 ao ano;
- anos 21 e posteriores: o montante equivalente em reais a US\$ 38.000,00 ao ano.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Antes de efetuar a aplicação no **FUNDO**, aos investidores ou potenciais investidores deverão ler atentamente o Regulamento e o Prospecto do **FUNDO**. O histórico da performance do **FUNDO** poderá ser obtido junto ao Serviço de Atendimento ao Cotista descrito abaixo.

O Serviço de Atendimento ao Cotista também poderá disponibilizar informações adicionais sobre o **FUNDO**, inclusive informações acerca de regras de aplicação e resgate, demonstrativos financeiros, relatórios sobre a administração do **FUNDO**, bem como receber críticas e sugestões.

EXEMPLARES DO PROSPECTO

Os Investidores ou potenciais investidores poderão obter exemplares, em cópia física ou eletrônica, deste Prospecto nos seguintes endereços:

Administradora

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities
Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP.
Telefone: (11) 3241-3122
Internet: www.concordia.com.br

Comissão de Valores Mobiliários - CVM

Rio de Janeiro
Rua Sete de Setembro, 111
2º, 3º, 5º, 6º (parte), 23º, 26º ao 34º andares
CEP 20050-901 - Rio de Janeiro – RJ

São Paulo
Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares
Edifício Delta Plaza
CEP 01333-010 – São Paulo - SP

Tel.: (21) 3233-8686
Internet: www.cvm.gov.br

Tel.: (11) 2146-2000

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA

Rua XV de Novembro, 275
01013-001 - São Paulo - SP
Tel.: (11) 3233-2000
Internet: www.bovespa.com.br

Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP

São Paulo
Rua Líbero Badaró, 425, 24º andar
01009-000 - São Paulo – SP
Tel.: (11) 3111-1400 / 3365-4925
Fax: (11) 3111-1563
www.cetip.com.br

Rio de Janeiro
Av. República do Chile, 230, 11º andar
20031-170 – Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474 / 2223-6464
Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

ATENDIMENTO AO QUOTISTA

Para solicitar maiores informações sobre o **FUNDO**, bem como realizar consultas sobre os demonstrativos financeiros e os relatórios da administração do **FUNDO**, potenciais investidores e os Quotistas poderão entrar em contato com a **ADMINISTRADORA** por meio do seguinte endereço, telefone de atendimento, fax e e-mail:

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Endereço: Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP.

Telefone: (11) 3241-3122

Fax: (11) 3107-7902 Internet: www.concordia.com.br

E-mail: fundos@concordia.com.br

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre o **FUNDO** e a presente distribuição poderão ser obtidas junto ao Administrador, Distribuidor Líder e à CVM.

Distribuidor Líder

Banco Schahin S.A.

A/C: Sr. Francisco Costa de Oliveira e/ ou Maria Ângela Mora Cabral

Endereço: Rua Vergueiro, nº 2009 – 1º andar

São Paulo - SP

Telefone: (11) 5576-8238

Fax: (11) 5576-8055

Internet: www.bancoschahin.com.br

E-mail: fslima@bancoschahin.com.br

RELACIONAMENTO ENTRE AS PARTES ENVOLVIDAS COM O FUNDO E/OU COM A OFERTA

As partes envolvidas com a estruturação do **FUNDO** e/ou com a oferta são sociedades individualizadas e distintas e não pertencem ao mesmo grupo econômico, podendo guardar, no entanto, quaisquer relacionamentos comerciais sem que se configure algum outro tipo de relação jurídica entre elas.

A **ADMINISTRADORA** é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição de quotas seniores do **FUNDO**.

FORO

Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação do Regulamento.

ANEXO I – INSTRUMENTO DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO

Por este Instrumento Particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, neste ato, por seus representantes legais, constitui um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS, nos termos da Instrução CVM nº 356, de 17.12.2001, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - Sob a denominação de **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO** (“FUNDO”), com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes nº 1340, 5º andar, conjunto 504, fica constituído um FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS nos termos das Instruções CVM nº 356, de 17.12.2001, e nº 393, de 22.07.2003, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;

II - A administração do **FUNDO** será efetuada pela **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, já qualificada;

III - Seu regulamento é ora aprovado e promulgado conforme anexo.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 06 (seis) vias de igual teor, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Porto Alegre, de _____ de _____.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Testemunhas:

1. _____
Nome: _____
RG: _____
CPF: _____

2. _____
Nome: _____
RG: _____
CPF: _____

ANEXO II – REGULAMENTO

REGULAMENTO

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO

CAPÍTULO I - DO FUNDO, DEFINIÇÕES E PÚBLICO ALVO

Artigo 1º: O **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO** é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo indeterminado de duração, regido pelo presente Regulamento e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no presente Regulamento e nas disposições legais e regulamentares que lhe são aplicáveis, considera-se:

I - 1ª Série: a 1ª série de quotas seniores;

II - **ADMINISTRADORA:** a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08;

III - Agência Classificadora de Risco: a agência classificadora de risco das quotas seniores do **FUNDO**;

IV – **AGENTE DE ESCRITURAÇÃO:** o Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 e inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04;

V - Assistência Financeira: os contratos de concessão de assistência financeira celebrados pela **SABEMI** com os Segurados;

VI - BACEN: o Banco Central do Brasil;

VII - **BANCO:** o Banco Schahin S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Vergueiro, nº 2009, 1º andar e inscrito no CNPJ: 50.585.090/0001-06;

VIII - BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 02.584.094/0001-19;

IX - CBLC: Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua XV de Novembro, nº 275 e inscrita no CNPJ sob nº 60.777.661/0001-50;

X - CDI: Certificado de Depósito Interbancário de 01 (um) dia - “over extragrupo”, expresso na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculado e divulgado pela Câmara de Liquidação e Custódia – CETIP;

XI - CETIP: Câmara de Custódia e Liquidação com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile nº 230, 10º e 11º andares e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 28.719.664/0001-24;

XII - Circular SUSEP 320: a Circular SUSEP nº 320, de 02 de março de 2006 e suas alterações posteriores;

XIII - Condições de Cessão: as condições de cessão de direitos creditórios ao **FUNDO**;

XIV - Contrato de Cessão: o Contrato de Promessa de Cessão de Direitos de Crédito sem Coobrigação e Outras Avencas celebrado entre o **FUNDO** e a **SABEMI**;

XV - Contrato de Cobrança: o contrato de cobrança de Direitos Creditórios Inadimplidos celebrado entre o **FUNDO** e a **SABEMI**;

XVI - Contrato de Custódia: o contrato de prestação de serviços de custódia qualificada e controladoria de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios celebrado entre a **ADMINISTRADORA**, o **CUSTODIANTE** e a **SABEMI**;

XVII – Convênio Sabemi: o convênio celebrado entre a **SABEMI** e a Sabemi Previdência Privada;

XVIII - COSIF: Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional;

XIX - CPMF: Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira;

XX - Critérios de Elegibilidade: os critérios de elegibilidade dos direitos creditórios cedidos ao **FUNDO**;

XXI - **CUSTODIANTE**: o Banco Itaú S.A., com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 e inscrito no CNPJ sob o nº 60.701.190/0001-04;

XXII - CVM: a Comissão de Valores Mobiliários;

XXIII - Default: os riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos, entre outros.

XXIV - Direitos Creditórios Elegíveis: os direitos creditórios que atendam às Condições de Cessão e aos Critérios de Elegibilidade e que sejam cedidos ao **FUNDO** nos termos do Contrato de Cessão;

XXV - Direitos Creditórios Inadimplidos: os Direitos Creditórios Elegíveis que não forem devidamente pagos na data de seus respectivos vencimentos;

XXVI - Documentos Representativos do Crédito: os convênios firmados entre a **SABEMI** e os Entes Públicos Conveniados e os contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela **SABEMI** a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320.

XXVII - Entes Públicos Conveniados: pessoas jurídicas de direito público federais que mantenham convênio firmado com a **SABEMI** e/ou com a Sabemi Previdência Privada;

XXVIII - Eventos de Avaliação: as situações descritas no Capítulo XVIII do Regulamento;

XXIX - Eventos de Liquidação: as situações descritas no Capítulo XIX do Regulamento;

XXX - Eventos de Suspensão de Aquisição de Direitos Creditórios: as situações descritas no Capítulo XVII do Regulamento;

XXXI - **FUNDO**: o FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Avenida Carlos Gomes nº 1340, 5º andar, conjunto 504;

XXXII - Índice de Inadimplência acima de 30 dias: o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 30 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vincendos no mês;

XXXIII - Índice de Inadimplência acima de 90 dias: o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 90 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vincendos no mês;

XXXIV - Índice de Inadimplência acima de 180 dias: o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vincendos no mês;

XXXV - Instrução 356: a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001 e suas alterações;

XXXVI - Quotistas: os investidores que venham adquirir quotas de emissão do **FUNDO**;

XXXVII - Razão de Garantia: é a relação de 75% (setenta e cinco por cento) entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 24, inciso XV, da Instrução CVM 356;

XXXVIII – Reserva de Amortização: a reserva constituída para o pagamento das amortizações das quotas seniores;

XXXIX – Reserva de Fungibilidade: a reserva constituída para minimizar o risco de repasse dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis pela **SABEMI** ao **FUNDO**, nos termos do Capítulo XIV deste Regulamento;

XXXX – Reserva de Liquidez: a reserva constituída pela **SABEMI** em favor do **FUNDO**, a fim de garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do Capítulo XIV deste Regulamento;

XXXXI - **SABEMI**: a SABEMI SEGURADORA S.A., com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, 1001, 10º andar e inscrita no CNPJ sob nº 87.163.234/0001-38;

XXXXII – Sabemi Previdência Privada: a Sabemi Previdência Privada, entidade aberta de previdência complementar, com sede Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua dos Andradas, 1001, conjunto 1003 e inscrita no CNPJ sob nº 88.747.928/0001-85;

XXXXIII - Segurados: os titulares de seguro de pessoas e os titulares de plano de previdência privada que celebraram contrato de assistência financeira com a **SABEMI**;

XXXXIV – SIAPE: Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos do Poder Executivo Federal.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** poderá apresentar séries de quotas seniores com prazos e regras de amortização distintas.

Parágrafo 3º: A 1ª série de quotas do **FUNDO** terá prazo de 48 (quarenta e oito) meses, conforme descrito no Suplemento da 1ª Série deste Regulamento, nos termos do Anexo I.

Parágrafo 4º: O **FUNDO** destina-se exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do artigo 109 da Instrução CVM nº 409/04, e a fundos de investimento classificados como “Renda Fixa” e “Multimercado”, nos termos do inciso II do Artigo 91 da Instrução CVM nº 409/04, que sejam habilitados a adquirir quotas de emissão de fundos de investimento em direitos creditórios e fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como “Exclusivo” e “Multimercado”, estes últimos desde que destinados exclusivamente a investidores qualificados, nos termos do parágrafo 6º do artigo 112 da Instrução CVM nº 409/04.

Parágrafo 5º: Para os fins do disposto no parágrafo 4º acima, qualquer investidor qualificado, quer seja pessoa física ou pessoa jurídica, poderá adquirir quotas do **FUNDO**, não havendo critérios diferenciadores aplicáveis aos investidores.

Parágrafo 6º: Investidores não residentes poderão adquirir quotas do **FUNDO**, desde que devidamente registrados perante a CVM, nos termos da Resolução nº 2.689, de 26 de janeiro de 2000 do Conselho Monetário Nacional e desde que se enquadrem como investidores qualificados nos termos da regulamentação da CVM.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO FUNDO

Artigo 2º: É objetivo do **FUNDO** proporcionar aos quotistas a valorização de suas quotas, através da aplicação preponderante dos recursos do **FUNDO** na aquisição de direitos creditórios oriundos de contratos de concessão de assistência financeira, concedidos pela **SABEMI** a Segurados, devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente e neste Regulamento.

Parágrafo 1º: A **SABEMI** mantém convênio com Entes Públicos Conveniados para que os valores concedidos a título de Assistência Financeira aos Segurados sejam consignados para desconto em folha de pagamento.

Parágrafo 2º: As séries de quotas seniores do **FUNDO** buscarão atingir rentabilidade (*benchmark*) prevista no Suplemento de cada série “n” de quotas seniores, nos termos do Anexo I. O *benchmark* aplica-se somente às quotas seniores, sendo que não há *benchmark* predeterminado para as quotas subordinadas. A aquisição de quotas do **FUNDO** não representa qualquer garantia ou promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** e da **SABEMI** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

CAPÍTULO III - DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

Artigo 3º: Visando atingir o objetivo proposto, o **FUNDO** alocará seus recursos preponderantemente na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, de ativos financeiros e/ou modalidades operacionais disponíveis no âmbito do mercado financeiro, observados os limites e as restrições previstas na legislação vigente e neste Regulamento.

Artigo 4º: Após 90 (noventa) dias do início das atividades, o **FUNDO** deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seus recursos na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis.

Artigo 5º: A parcela do patrimônio líquido do **FUNDO** que não estiver alocada em Direitos Creditórios Elegíveis poderá ser aplicada, isolada ou cumulativamente, em:

- a) títulos de emissão do Tesouro Nacional;
- b) títulos de emissão do Banco Central do Brasil;
- c) créditos securitizados pelo Tesouro Nacional; e,
- d) certificados e recibos de depósito bancário.

Parágrafo 1º - Relativamente aos ativos financeiros e/ou modalidades operacionais relacionados nas alíneas “a” a “d” do *caput*:

I - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma pessoa jurídica, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**; e

II - o total de emissão e/ou co-obrigação de uma mesma instituição financeira, de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum não pode exceder a 20% (vinte por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, podendo excepcionalmente alcançar a totalidade do patrimônio líquido do **FUNDO** nos primeiros 90 (noventa) dias iniciais de funcionamento do **FUNDO**.

Parágrafo 2º - O **FUNDO** poderá realizar operações em que a **ADMINISTRADORA** atue como contraparte do **FUNDO**.

Parágrafo 3º - Com relação aos ativos previstos na alínea “d” do “caput” acima, somente poderão ser adquiridos pelo **FUNDO** aqueles emitidos por instituição que obtenha classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a F1+(bra), BR-1 e/ou brA-1, respectivamente, pelas agências classificadoras de risco Fitch Ratings, Moody’s América Latina e Standard & Poor’s.

Parágrafo 4º - O **FUNDO** não poderá adquirir direitos creditórios da **ADMINISTRADORA** e/ou de sua coobrigação, bem como de seu controlador, de sociedades por ela direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum.

Artigo 6º: O **FUNDO** poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações em mercados de derivativos, exclusivamente com o objetivo de proteger posições detidas à vista, até o limite destas.

Parágrafo 1º: Para o efeito do disposto no “caput”, as operações com derivativos podem ser realizadas tanto em mercados administrados por bolsas de mercadorias e de futuros, quanto no de balcão, nesse caso desde que devidamente registradas em sistemas de registro e de liquidação financeira de ativos autorizados pelo BACEN. Adicionalmente, devem ser considerados, para efeito de cálculo de Patrimônio Líquido do **FUNDO**, os dispêndios efetivamente incorridos a título de prestação de margens de garantia em espécie, ajustes diários, prêmios e custos operacionais, decorrentes da manutenção de posições em mercados organizados de derivativos, inclusive os valores líquidos das operações.

Parágrafo 2º: As operações em mercado de derivativos serão realizadas somente na modalidade “com garantia”.

Artigo 7º: O **FUNDO** poderá, ainda, alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu patrimônio líquido em operações compromissadas, desde que tais operações tenham como lastro os ativos previstos no artigo 5º acima, alíneas “a”, “b” e “c”.

Artigo 8º: Todos os resultados auferidos pelo **FUNDO** serão incorporados ao seu patrimônio.

CAPÍTULO IV – DAS CONDIÇÕES DE CESSÃO

Artigo 9º: Para que possam ser adquiridos para a carteira do **FUNDO**, os direitos creditórios devem ser classificados como Direitos Creditórios Elegíveis, nos termos do inciso XXIV, do parágrafo 1º, do artigo 1º deste Regulamento.

Parágrafo 1º: As Condições de Cessão serão avaliadas pela **ADMINISTRADORA** mediante validação de declaração firmada pela **SABEMI** de que os Direitos Creditórios oferecidos à cessão atendem integralmente às regras abaixo relacionadas:

I - decorram de Assistência Financeira concedida pela **SABEMI** a Segurados cujas parcelas tenham valor nominal pré-fixado e sejam amortizadas mensalmente;

II - decorram de Assistência Financeira concedida pela **SABEMI** a Segurados que não apresentem, na data de aquisição pelo **FUNDO**, parcelas vencidas e não pagas junto à **SABEMI**;

III - tenham seu pagamento efetivado através de desconto em folha de pagamento dos Segurados; e

IV - devem, obrigatoriamente, contar com cobertura por apólice de seguro de vida que garanta o pagamento da Assistência Financeira ao **FUNDO** em caso de morte do Segurado.

CAPÍTULO V – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Artigo 10: Os Critérios de Elegibilidade serão validados pelo **CUSTODIANTE**. Para fins do disposto na legislação, no Regulamento e no Contrato de Custódia, são considerados Critérios de Elegibilidade as seguintes regras:

I - o prazo de duração das parcelas a serem cedidas ao **FUNDO** deve ser de, no máximo, 48 (quarenta e oito) meses, contados da cessão desde que o vencimento da última parcela não seja posterior ao prazo de duração da respectiva Série “n” de quotas seniores emitida;

II - as parcelas a serem cedidas ao **FUNDO** devem ter valor mínimo de R\$ 100,00 (cem reais);

III - o limite máximo de cessão para o **FUNDO** é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) de parcelas cedidas de uma mesma Assistência Financeira;e

IV - os direitos creditórios a serem cedidos não poderão estar vencidos e pendentes de pagamento no momento da cessão para o **FUNDO**.

Parágrafo 1º: O limite máximo de concentração por Ente Público Conveniado em termos percentuais, com relação ao patrimônio líquido **FUNDO**, verificado pelo **CUSTODIANTE**, consta do Anexo II. Na hipótese de se verificar qualquer alteração no Anexo II, esta deverá ser submetida e aprovada pela Agência Classificadora de Risco.

Parágrafo 2º: Na hipótese do Direito Creditório Elegível perder qualquer condição de elegibilidade após sua aquisição pelo **FUNDO**, não haverá direito de regresso contra o **CUSTODIANTE** e a **ADMINISTRADORA**, salvo na existência de má-fé, culpa ou dolo.

Parágrafo 3º: A **SABEMI** será responsável pela existência, certeza, liquidez, exigibilidade, conteúdo, exatidão, veracidade, legitimidade e correta formalização dos Direitos Creditórios que comporão a Carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 295 do Código Civil Brasileiro, não havendo por parte do **CUSTODIANTE** e da **ADMINISTRADORA** qualquer responsabilidade a esse respeito.

Parágrafo 4º: A cessão dos Direitos Creditórios será irrevogável e irretratável, com a transferência, para o **FUNDO**, em caráter definitivo e sem direito de regresso contra a **SABEMI**, da plena titularidade dos Direitos Creditórios, juntamente com todos os direitos

(inclusive direitos reais de garantia), privilégios, preferências, prerrogativas e ações a estes relacionadas, bem como reajustes monetários, juros e encargos.

CAPÍTULO VI - DA ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO

Artigo 11: As atividades de administração do **FUNDO** e de gestão de sua carteira serão exercidas pela **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 1º: Nos primeiros 90 (noventa) dias do início das atividades do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO** uma taxa de administração equivalente a 0,80% a.a. (zero vírgula oitenta centésimos de inteiro por cento ao ano) incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** ou R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) fixos mensais, prevalecendo o maior valor; a partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia do início das atividades do **FUNDO** será cobrada uma taxa de administração equivalente a 0,80% (zero vírgula oitenta centésimos de inteiro por cento) ao ano incidente sobre o patrimônio líquido do **FUNDO** ou R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) fixos mensais, prevalecendo o maior valor. Os valores fixos mencionados neste parágrafo serão corrigidos anualmente, no mês de janeiro, pela variação percentual acumulada no ano anterior do IPC, da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, ou, na sua falta ou extinção, pelo IGP-M, da Fundação Getúlio Vargas.

Parágrafo 2º: Após o início da amortização de quotas do **FUNDO**, a **ADMINISTRADORA** receberá pelos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO** exclusivamente a taxa de administração equivalente a 0,80% a.a. (zero vírgula oitenta centésimos de inteiro por cento ao ano) incidente sobre o patrimônio líquido ou o valor fixo de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), prevalecendo o que for maior.

Parágrafo 3º: A remuneração da **ADMINISTRADORA** é calculada e apropriada por dia útil, com base no percentual referido nos parágrafos 1º e 2º acima sobre o valor diário do patrimônio líquido do **FUNDO**, e será paga mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo 4º: Para efeitos do disposto neste Regulamento, entende-se por dia útil segunda a sexta-feira, exceto feriados no Estado de São Paulo, na Cidade de São Paulo, feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro.

Parágrafo 5º: A **ADMINISTRADORA** pode estabelecer que parcelas da taxa de administração sejam pagas diretamente pelo **FUNDO** aos prestadores de serviço contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da taxa de administração.

Parágrafo 6º: O **FUNDO** não possui taxa de ingresso, de performance e/ou taxa de saída.

Artigo 12: Incluem-se entre as obrigações da **ADMINISTRADORA**:

I - manter atualizados e em perfeita ordem:

a) a documentação relativa às operações do **FUNDO**;

- b) o registro dos quotistas;
- c) o livro de atas de Assembléias Gerais;
- d) o livro de presença de quotistas;
- e) o Prospecto do **FUNDO**;
- f) os demonstrativos trimestrais do **FUNDO**;
- g) o registro de todos os fatos contábeis referentes ao **FUNDO**; e
- h) os relatórios do auditor independente.

II - receber quaisquer rendimentos ou valores do **FUNDO** diretamente ou por meio de instituição contratada;

III - entregar ao quotista, gratuitamente, exemplar do Regulamento do **FUNDO**, bem como cientificá-lo do nome do periódico utilizado para divulgação de informações e da taxa de administração praticada;

IV - divulgar, diariamente, no periódico utilizado para divulgações do **FUNDO**, além de manter disponíveis em sua sede e agências e nas instituições que coloquem quotas desse, o valor do patrimônio líquido do **FUNDO**, o valor da quota, as rentabilidades acumuladas no mês e no ano civil a que se referirem, e os relatórios da agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO**;

V - custear as despesas de propaganda do **FUNDO**;

VI - fornecer anualmente aos quotistas documento contendo informações sobre os rendimentos auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de quotas de sua propriedade e respectivo valor;

VII - sem prejuízo da observância dos procedimentos relativos às demonstrações financeiras, previstas na regulamentação em vigor, manter, separadamente, registros analíticos com informações completas sobre toda e qualquer modalidade de negociação realizada entre a **ADMINISTRADORA** e o **FUNDO**;

VIII - providenciar trimestralmente a atualização da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**; e

IX - validar as declarações firmadas pela **SABEMI** quanto ao cumprimento das condições de cessão referidas neste Regulamento.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações prevista no inciso IV deste artigo pode ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação, devidamente indicado no Prospecto do **FUNDO**, observada a responsabilidade da **ADMINISTRADORA** pela regularidade na prestação destas informações.

Parágrafo 2º: A **ADMINISTRADORA**, observadas as limitações legais e da Instrução 356 e deste Regulamento, terá poderes para praticar todos os atos necessários à administração do **FUNDO**, bem como para exercer todos os direitos inerentes aos ativos que o integrem, inclusive o de ação e o de comparecer em assembléias gerais ou especiais atinentes aos ativos que compõem a carteira do **FUNDO**.

Artigo 13: É vedado à **ADMINISTRADORA**:

I - prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma nas operações praticadas pelo **FUNDO**, inclusive quando se tratar de garantias prestadas às operações realizadas em mercados de derivativos;

II - utilizar ativos de sua própria emissão ou co-obrigação como garantia das operações praticadas pelo **FUNDO**; e

III - efetuar aportes de recursos no **FUNDO**, de forma direta ou indireta, a qualquer título, ressalvada a hipótese de aquisição de quotas deste.

Parágrafo 1º: As vedações de que tratam os incisos I a III deste artigo abrangem os recursos próprios das pessoas físicas e das pessoas jurídicas controladoras da **ADMINISTRADORA**, das sociedades por elas direta ou indiretamente controladas e de coligadas ou outras sociedades sob controle comum, bem como os ativos integrantes das respectivas carteiras e os de emissão ou co-obrigação dessas.

Parágrafo 2º: Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior a utilização de títulos de emissão do Tesouro Nacional, títulos de emissão do Banco Central do Brasil e créditos securitizados pelo Tesouro Nacional, integrantes da carteira do **FUNDO**, para cobertura de margem de garantia de operações de que tratam o Capítulo III deste Regulamento.

Artigo 14: É vedado à **ADMINISTRADORA**, em nome do **FUNDO**:

I – prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer outra forma, exceto quando se tratar de margens de garantia em operações realizadas em mercados de derivativos;

II – realizar operações e negociar com ativos financeiros ou modalidades de investimento não previstos na Instrução 356;

III – aplicar recursos diretamente no exterior;

IV – adquirir quotas do próprio **FUNDO**;

V – pagar ou ressarcir-se de multas impostas em razão do descumprimento de normas previstas na Instrução 356, bem como no Regulamento;

VI – vender quotas do **FUNDO** a prestação;

VII – vender quotas do **FUNDO** a instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil cedentes de direitos creditórios, exceto quando se tratar de quotas subordinadas;

VIII – prometer rendimento predeterminado aos quotistas;

IX – fazer, em sua propaganda ou em outros documentos apresentados aos investidores, promessas de retiradas ou de rendimentos, com base em seu próprio desempenho, no desempenho alheio ou no de ativos financeiros ou modalidades de investimento disponíveis no âmbito do mercado financeiro;

X – delegar poderes de gestão da carteira do **FUNDO**, nos termos do artigo 39, inciso II, da Instrução 356;

XI – obter ou conceder empréstimos/financiamentos, admitindo-se a constituição de créditos e a assunção de responsabilidade por débitos em decorrência de operações realizadas em mercados de derivativos;

XII – efetuar locação, empréstimo, penhor ou caução dos direitos e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**, exceto quando se tratar de sua utilização como margem de garantia nas operações realizadas em mercados de derivativos.

CAPÍTULO VII - SUBSTITUIÇÃO DA ADMINISTRADORA

Artigo 15: A **ADMINISTRADORA**, mediante aviso divulgado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado no Prospecto, ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista, pode renunciar à administração do **FUNDO**, desde que convoque, no mesmo ato, Assembléia Geral de quotistas para decidir sobre sua substituição ou sobre a liquidação desse, nos termos da Instrução 356.

Parágrafo Único: Nas hipóteses de substituição da **ADMINISTRADORA** e de liquidação do **FUNDO**, aplicam-se, no que couberem, as normas em vigor sobre responsabilidade civil ou criminal de administradores, diretores e gerentes de instituições financeiras, independentemente das que regem a responsabilidade civil da própria **ADMINISTRADORA**.

Artigo 16: No caso de Regime de Administração Especial Temporária, intervenção ou liquidação extrajudicial da **ADMINISTRADORA**, deve automaticamente ser convocada assembléia geral de quotistas, no prazo de 05 (cinco) dias, contados de sua decretação, para: I - nomeação de Representante de quotistas; e II - deliberação acerca de: a) substituição da **ADMINISTRADORA**, no exercício das funções de administração do **FUNDO**; ou b) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

CAPÍTULO VIII - DA CUSTÓDIA, CONTROLADORIA E ESCRITURAÇÃO

Artigo 17: As atividades de custódia e controladoria do **FUNDO** prevista no artigo 38 da Instrução 356 serão exercidas pelo **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 1º: O **CUSTODIANTE** é responsável pelas seguintes atividades:

I - receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos direitos creditórios representados por operações financeiras;

II - validar os direitos creditórios em relação aos Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento;

III - realizar a liquidação física e financeira dos direitos creditórios, evidenciados pelo instrumento de cessão de direitos e documentos comprobatórios da operação;

IV - fazer a custódia, administração, cobrança e/ou guarda dos documentos relativos aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira do **FUNDO**;

V - diligenciar para que seja mantida, às suas expensas, atualizada e em perfeita ordem, a documentação dos direitos creditórios, com metodologia preestabelecida e de livre acesso para auditoria independente, agência classificadora de risco contratada pelo **FUNDO** e órgãos reguladores; e

VI - cobrar e receber, por conta e ordem de seus clientes, pagamentos, resgate de títulos ou qualquer outra renda relativa aos títulos custodiados, depositando os valores recebidos na conta de depósitos dos mesmos.

Parágrafo 2º - As atividades de escrituração de quotas do **FUNDO** serão realizadas pelo **AGENTE DE ESCRITURAÇÃO**, nos termos do contrato de prestação de serviços de escrituração de quotas.

Parágrafo 3º - A **SABEMI** foi contratada pelo **CUSTODIANTE** (i) como fiel depositária dos Documentos Representativos dos Créditos a serem adquiridos pelo **FUNDO**, conforme previsto no Contrato de Custódia; e (ii) como agente de cobrança dos Direitos Creditórios Elegíveis. A **SABEMI** poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar os serviços descritos neste parágrafo.

Parágrafo 4º - Em decorrência da expressiva diversificação de devedores e significativo volume de créditos cedidos, o **CUSTODIANTE** verificará, trimestralmente, o lastro dos Direitos Creditórios por amostragem, comunicando o resultado desta verificação à **ADMINISTRADORA** e à agência classificadora de risco do **FUNDO**. Independentemente do disposto neste parágrafo, o **CUSTODIANTE** poderá verificar a qualquer momento e desde que nos horários normais de funcionamento, junto à **SABEMI**, a existência e formalização dos Documentos Representativos dos Créditos e o cumprimento com relação à guarda e organização destes documentos, tudo nos termos do Contrato de Custódia.

Parágrafo 5º - Ao realizar a verificação referida no parágrafo 4º acima, o **CUSTODIANTE** apurará a existência física de contrato celebrado por escrito entre a **SABEMI** e o respectivo Segurado relativo à contratação da Assistência Financeira, bem como de autorização por escrito para o Desconto em Folha.

CAPÍTULO IX - DA DISTRIBUIÇÃO

Artigo 18: A distribuição das quotas do **FUNDO** será realizada em regime de melhores esforços pelo **BANCO**, nos termos do contrato de distribuição de quotas celebrado entre as partes, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Suplemento de cada Série “n” de quotas do **FUNDO** e no Prospecto.

CAPÍTULO X - POLÍTICA DE CONCESSÃO E COBRANÇA DE CRÉDITOS

Artigo 19: A política de concessão de crédito aos Segurados é desenvolvida e monitorada pela **SABEMI**, e pode ser sintetizada como sendo:

I – Antes da celebração de convênios com Entes Públicos, a **SABEMI** efetua uma análise prévia do comportamento destes Entes Públicos, buscando identificar eventuais problemas operacionais e financeiros no repasse dos descontos efetuados em folha em operações conveniadas. São também verificadas as condições exigidas pelo Ente Público para a celebração de convênios, para se avaliar a compatibilidade das exigências com os padrões de operação e de segurança da **SABEMI**. Caso as informações sejam positivas a **SABEMI** procura então celebrar convênio com o Ente Público analisado.

II – Após a etapa inicial, a **SABEMI**, em seu processo de análise de crédito, examina a compatibilidade entre a Assistência Financeira pretendida pelo Segurado e seus vencimentos, sempre observando que cada Ente Público Conveniado estabelece um percentual máximo de descontos a serem permitidos nos vencimentos de seus respectivos servidores.

III - A partir da definição dos percentuais máximos de descontos permitidos, conforme determinado pelos Entes Públicos, a **SABEMI**, para definição da operação de Assistência Financeira, leva em consideração todos os valores – compulsórios e facultativos - que porventura já estejam sendo descontados em folha. Para isto deve o Segurado apresentar documentos que comprovem sua vinculação ao Ente Público Conveniado (informação essa que é checada no processo de análise efetuado pela **SABEMI**, através de consultas nos sites de cada Ente Público Conveniado), como, por exemplo, os holerites dos meses anteriores ao pedido de Assistência Financeira e a existência de margem suficiente para o desconto pretendido em folha de pagamento.

IV – Sendo possível a operação em questão, o passo seguinte na análise é verificar se a Assistência Financeira pretendida se encontra dentro dos parâmetros operacionais definidos pela **SABEMI** em termos de valor mínimo – R\$ 200,00 (duzentos reais) – e valor máximo – R\$ 100.000,00 (cem mil reais) – para a concessão da Assistência Financeira.

V – O prazo de duração da Assistência Financeira pretendida deve também estar dentro dos parâmetros de prazo definidos pela **SABEMI**: mínimo de 3 (três) meses e máximo de 60 (sessenta) meses.

VI – Cada Segurado é analisado em função da sua situação funcional (militar engajado, servidor ativo, cedido, excedentes à lotação, etc), porque em algumas situações não é política da **SABEMI**, mesmo estando os demais critérios em ordem, realizar a operação de Assistência Financeira (por exemplo: servidores sem vínculo), ou então a operação é feita mas com restrições, como no caso de servidores com contrato temporário, onde o prazo de duração da Assistência Financeira deve terminar pelo menos 3 (três) meses antes do prazo de vencimento do contrato de trabalho do Segurado.

VII – Cada Segurado é também analisado em função da sua idade – existem limites diferenciados de idade máxima por Ente Público Conveniado – e existem parâmetros de valores máximos de liberação de Assistência Financeira nas faixas etárias acima de 65 anos. Além disso, sempre que o cliente tiver mais que 70 anos o departamento de crédito efetua uma análise individualizada com contato direto com o interessado.

VII – Todas as propostas de concessão de Assistência Financeira, de origem do SIAPE, antes de serem concedidas, são auditadas internamente.

Artigo 20: A cobrança e coleta dos pagamentos dos direitos creditórios serão realizadas pela **SABEMI**, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados com quem mantém convênio para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento e sob a supervisão do **CUSTODIANTE**.

Parágrafo 1º: As etapas da cobrança consistem em:

I – Os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período;

II – Os valores descontados são repassados à **SABEMI** ou à Sabemi Previdência Privada, conforme o caso, por meio do banco oficial dos Entes Públicos Conveniados, ou instituição conveniada a estes;

III – O repasse mensal para a **SABEMI** ou para a Sabemi Previdência Privada pode ser, conforme o Ente Público Conveniado, realizado por uma única ou várias transferências bancárias;

IV – Ao receber os valores repassados diretamente pelos Entes Públicos Conveniados, a **SABEMI** e a Sabemi Previdência Privada os confrontam com planilhas previamente elaboradas e enviadas pelos Entes Públicos Conveniados, informando quais Segurados terão as parcelas da Assistência Financeira descontadas de seus vencimentos e quais ficarão inadimplentes;

VI – Havendo diferenças entre os valores previstos e os recebidos, a **SABEMI** e/ou a Sabemi Previdência Privada questionam o Ente Público Conveniado, o próprio banco oficial ou as instituições conveniadas a estes, que podem ter determinado o repasse de valor diverso do previsto;

VII – Apurada a razão da diferença, é procedido, conforme o caso, o depósito da quantia faltante ou a restituição da quantia excedente; e

VIII – Os valores decorrentes dos direitos creditórios recebidos pela **SABEMI** e/ou pela Sabemi Previdência Privada são, por fim, repassados ao **FUNDO**, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contadas de tal recebimento.

Parágrafo 2º: A **SABEMI** foi contratada pelo **FUNDO** como agente de cobrança extrajudicial e judicial dos Direitos Creditórios Inadimplidos, conforme descrito no Contrato de Cobrança. A cobrança dos Direitos Creditórios Inadimplidos observará os seguintes procedimentos:

I - Caso as parcelas da Assistência Financeira não sejam devidamente descontadas na folha de pagamento dos Segurados pelos Entes Públicos Conveniados, seja por erro do sistema utilizado por cada Ente Público Conveniado, seja por qualquer outro motivo, a **SABEMI** e a Sabemi Previdência Privada adotam o mecanismo de débito automático diretamente da conta-corrente do Segurado. Para isto, devem ser observadas as seguintes etapas:

- (d) verificação por parte da **SABEMI** e/ou da Sabemi Previdência Privada de inadimplência de parcela da Assistência Financeira de determinado Segurado;
- (e) envio de relatório de cobrança para os bancos nos quais os Segurados inadimplentes mantêm suas contas-correntes;
- (f) os bancos que receberem os relatórios de cobrança devem acionar tal mecanismo, o qual, por meio de débito automático da conta-corrente repete a cobrança por um período de até 05 (cinco) dias úteis, garantindo maior eficiência na cobrança, pois se o Segurado não possuir saldo na primeira tentativa, ocorrerão novas tentativas dentro do mencionado prazo.

II – Após tentativa de recuperar os Direitos Creditórios Inadimplidos pelo mecanismo de débito automático em conta-corrente, a **SABEMI** e/ou a Sabemi Previdência Privada, com auxílio dos Entes Públicos Conveniados, tentarão contato telefônico com o Segurado e, no 10º (décimo) dia de atraso, desde que identificada a impossibilidade de cobrança por reinclusão da consignação em folha e débito em conta-corrente, enviará notificação ao Segurado para que este efetue o pagamento das parcelas vencidas da Assistência Financeira;

III – Sendo o atraso do pagamento de qualquer parcela da Assistência Financeira superior a 30 (trinta) dias do seu vencimento, desde que esgotadas as providências para consignação em folha e débito em conta-corrente, a conduta adotada pela **SABEMI** e/ou pela Sabemi Previdência Privada é a de informar o fato ao Serviço de Proteção ao Crédito - SPC, para inscrição do segurado inadimplente no banco de dados do SPC e eventual cobrança judicial da quantia devida;

IV – Se a causa da inadimplência é a morte do Segurado, interrompe-se o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar o seguro prestamista. O Segurado não ficará inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, uma vez que a indenização advinda do seguro prestamista irá adimplir o saldo da Assistência Financeira a pagar; e

V – Se a causa da inadimplência é a falta de margem para desconto das parcelas da Assistência Financeira em folha de pagamento, busca-se renegociar a Assistência Financeira, de modo que as parcelas sejam condizentes com a nova margem do Segurado.

Parágrafo 3º: O **CUSTODIANTE** durante o exercício de suas atividades, em nenhuma hipótese será o responsável pela indicação de Direitos Creditórios ao protesto ou pela inserção de nome de devedores de Direitos Creditórios em órgãos responsáveis pelo apontamento de descumprimento de obrigações pecuniárias, cabendo à **SABEMI**, se julgar necessário e de acordo com as práticas adotadas pelo mercado, realizar tais atividades e assumir a integral responsabilidade e os eventuais ônus dessa decisão.

CAPÍTULO XI – DA AVALIAÇÃO DOS ATIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO FUNDO

Artigo 21: As quotas do **FUNDO** serão valoradas todo dia útil, com base na divisão do valor do patrimônio líquido pelo número de quotas do **FUNDO**, apurados ambos no início do dia, isto é, no horário de abertura dos mercados em que o **FUNDO** atua.

Parágrafo 1º: Os ativos integrantes da carteira do **FUNDO** serão avaliados todo dia útil, de acordo com critérios consistentes e passíveis de verificação, amparados por informações externas e internas que levem em consideração aspectos relacionados ao devedor, aos seus garantidores e às características da correspondente operação, conforme a seguinte metodologia de apuração do valor dos direitos creditórios e dos demais ativos financeiros integrantes da carteira:

I - Os ativos adquiridos com a intenção de serem mantidos até o respectivo vencimento deverão ser classificados como “títulos mantidos até o vencimento”. Os demais ativos deverão ser classificados na categoria “títulos para negociação”;

II – os ativos que têm valor de mercado serão marcados a mercado, nos termos da legislação em vigor, observado que:

a) a verificação do valor de mercado dos ativos do **FUNDO** terá como referência os preços praticados em operações realizadas com ativos e mercados semelhantes aos dos ativos do **FUNDO**, levando em consideração volume, co-obrigação e prazo;

b) na precificação dos ativos deverá ser computada a valorização ou desvalorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período; e

c) tendo em vista que não há mercado ativo de direitos creditórios cujas características sejam idênticas às dos Direitos Creditórios Elegíveis integrantes da carteira do **FUNDO**, estes terão seu valor calculado, todo dia útil, pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos no período e deduzidas as provisões relativas à eventual inadimplência dos mesmos.

III - Os ativos do **FUNDO** classificados na categoria “títulos mantidos até o vencimento” serão avaliados pelos respectivos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período.

Parágrafo 2º: O descumprimento de qualquer obrigação originária dos Direitos Creditórios Elegíveis pelos Sacados e demais ativos componentes da carteira do **FUNDO** será atribuído, em ordem de preferência:

- a) ao montante da Reserva de Liquidez;
- b) às quotas subordinadas, até o limite equivalente à somatória do valor total das mesmas.

Uma vez excedido os recursos de que trata este parágrafo, a inadimplência dos Direitos Creditórios Elegíveis de titularidade do **FUNDO** será atribuída às quotas seniores.

Parágrafo 3º: Por outro lado, na hipótese do **FUNDO** atingir o *benchmark* definido no Capítulo II, toda a rentabilidade a ele excedente será atribuída somente às quotas subordinadas, razão pela qual estas quotas poderão apresentar valores diferentes das quotas seniores.

Parágrafo 4º: Nos primeiros 90 (noventa) dias seguintes à data em que se verificar a impontualidade de pagamentos dos direitos creditórios pelos devedores não será realizada qualquer provisão de valores em atraso. A partir do 91º (nonagésimo primeiro) dia de sua impontualidade, os Direitos Creditórios Inadimplidos terão seus valores integralmente provisionados.

Artigo 22: Entender-se-á por patrimônio líquido do **FUNDO** a soma do disponível mais o valor da carteira, mais os valores a receber, menos as exigibilidades.

Artigo 23: Para efeito da determinação do valor da carteira, devem ser observadas as normas e os procedimentos previstos na legislação em vigor.

CAPÍTULO XII – DOS FATORES DE RISCO

Artigo 24: Não obstante a diligência da **ADMINISTRADORA** em colocar em prática a política de investimento delineada, os investimentos do **FUNDO** estão, por sua natureza, sujeitos a flutuações típicas do mercado, risco de crédito, risco sistêmico, condições adversas de liquidez e negociação atípica nos mercados de atuação e, mesmo que a **ADMINISTRADORA** mantenha rotina e procedimentos de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o **FUNDO** e para o quotista.

Parágrafo Único: Os recursos que constam na carteira do **FUNDO** e os quotistas estão sujeitos aos seguintes fatores de riscos, de forma não exaustiva:

- (xxii) **Risco de Crédito:** consiste no risco de inadimplemento ou atraso no pagamento de juros e/ou principal pelos emissores dos ativos ou pelas contrapartes das operações do **FUNDO**, podendo ocasionar, conforme o caso, a redução de ganhos ou mesmo perdas financeiras até o valor das operações contratadas e não liquidadas. Alterações e equívocos na avaliação do risco de crédito do emissor podem acarretar em oscilações no preço de negociação dos títulos que compõem a carteira do **FUNDO**;
- (xxiii) **Risco de Liquidez:** consiste no risco de redução ou inexistência de demanda pelos ativos integrantes do **FUNDO** nos respectivos mercados em que são negociados, devido a condições específicas atribuídas a esses ativos ou aos próprios mercados em que são negociados. Em virtude de tais riscos, a **ADMINISTRADORA** poderá encontrar dificuldades para liquidar posições ou negociar os referidos ativos pelo preço e no tempo desejados, de acordo com a estratégia de gestão adotada para o **FUNDO**, o qual permanecerá exposto, durante o respectivo período de falta de liquidez, aos riscos associados aos referidos ativos e às posições assumidas em mercados de derivativos, se for o caso, que podem, inclusive, obrigar a **ADMINISTRADORA** a aceitar descontos nos seus respectivos preços, de forma a realizar sua negociação em mercado. Estes fatores podem prejudicar o pagamento de resgates e/ou amortizações aos quotistas do **FUNDO**, nos valores solicitados e nos prazos contratados.
- (xxiv) **Risco de Derivativos:** consiste no risco de distorção de preço entre o derivativo e seu ativo objeto, o que pode ocasionar aumento da volatilidade do **FUNDO**, limitar as possibilidades de retornos adicionais nas operações, não

produzir os efeitos pretendidos, bem como provocar perdas aos quotistas. Mesmo para o **FUNDO**, que utiliza derivativos exclusivamente para proteção das posições à vista, existe o risco da posição não representar um “hedge” perfeito ou suficiente para evitar perdas ao **FUNDO**.

- (xxv) **Risco de Mercado:** consiste no risco de flutuações nos preços e na rentabilidade dos ativos do **FUNDO**, os quais são afetados por diversos fatores de mercado, como liquidez, crédito, alterações políticas, econômicas e fiscais. Esta constante oscilação de preços pode fazer com que determinados ativos sejam avaliados por valores diferentes ao de emissão e/ou contabilização, podendo acarretar volatilidade das quotas e perdas aos quotistas.
- (xxvi) **Risco de Concentração:** A **ADMINISTRADORA** buscará diversificar a carteira do **FUNDO**. O risco associado às aplicações do **FUNDO** é diretamente proporcional à concentração das aplicações. Quanto maior a concentração das aplicações do **FUNDO** em um único emissor de títulos, ou em direitos creditórios cujo devedor seja um único Segurado, maior será a vulnerabilidade do **FUNDO** em relação ao risco de crédito desse emissor ou Segurado.
- (xxvii) **Risco de Concentração em um Único Cedente:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão cedidos exclusivamente pela **SABEMI**. A aquisição de direitos creditórios originados exclusivamente pela **SABEMI** pode comprometer a continuidade do **FUNDO**, em função da não continuidade da concessão de Assistência Financeira pela **SABEMI** aos Segurados e da capacidade desta originar Direitos Creditórios Elegíveis.
- (xxviii) **Risco de Descasamento:** Os direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO** são contratados a taxas prefixadas. A incorporação dos resultados auferidos pelo **FUNDO** para as quotas tem como parâmetro a taxa média do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), conforme previsto no Regulamento. Por esta razão, a **ADMINISTRADORA**, sempre que possível, contratará operações de *swap* de taxas prefixadas por CDI - over. No entanto, há a possibilidade de a **ADMINISTRADORA** não conseguir contratar tais operações de *swap* ou, ainda, de a outra parte não cumprir o contratado. Nestes casos, se, de maneira excepcional, a taxa de remuneração do CDI se elevar substancialmente, os recursos do **FUNDO** poderão se tornar insuficientes para assegurar parte ou a totalidade da rentabilidade almejada para as quotas, inclusive seniores.
- (xxix) **Risco Relacionado a Fatores Macroeconômicos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA** tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro e/ou de capitais brasileiro, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda e de mudanças legislativas, poderão resultar em (a) perda de liquidez dos ativos que compõem a carteira do **FUNDO** e (b) inadimplência dos emissores dos ativos e/ou Segurados. Tais

fatos poderão acarretar prejuízos para os quotistas e atrasos nos pagamentos das amortizações e/ou dos regastes.

- (xxx) **Riscos Associados aos Segurados:** Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo **FUNDO** serão descontados pelo Ente Público Conveniado dos vencimentos do Segurado devedor. A capacidade de pagamento do Segurado poderá ser afetada se, por força de decisão judicial, este for obrigado a pagar pensão alimentícia, a qual tem preferência em relação à Assistência Financeira para fins de desconto em folha de pagamento. Ainda, a morte do Segurado interrompe o desconto em folha automático das parcelas devidas da Assistência Financeira, respondendo pelo saldo a pagar da Assistência Financeira apenas o patrimônio deixado pelo "de cujus", que pode se mostrar insuficiente. Em qualquer dos casos, o Segurado pode ficar inadimplente com suas obrigações decorrentes da Assistência Financeira contraída, o que pode afetar a rentabilidade do **FUNDO**, até mesmo na hipótese de cobertura do seguro de vida, uma vez que a indenização advinda do mesmo pode se mostrar insuficiente.
- (xxxi) **Risco Operacional dos Entes Públicos Conveniados:** A Assistência Financeira contraída pelos Segurados é paga por meio de desconto em folha realizado pelo Ente Público Conveniado a que o Segurado é vinculado. É possível a ocorrência de atrasos ou não pagamento dos vencimentos dos Segurados. Nesta hipótese, a carteira do **FUNDO** pode ser prejudicada, pois não receberá automaticamente os recursos decorrentes dos direitos creditórios.
- (xxxii) **Risco Operacional de Sistemas:** O desconto em folha de pagamento das parcelas da Assistência Financeira e o repasse à **SABEMI** dos direitos creditórios são processados por sistema de controle do banco oficial do Ente Público Conveniado ou de instituição conveniada com este, não tendo a **SABEMI** ou a **ADMINISTRADORA** controle sobre tal processamento. Assim, qualquer falha ou alteração neste sistema pode atrasar ou reduzir o desconto dos vencimentos dos Segurados ou seu repasse ao **FUNDO**. Nesta hipótese, a rentabilidade e o patrimônio do **FUNDO** podem ser afetados negativamente enquanto persistir o problema no sistema, ou até que todos os valores sejam devidamente repassados.
- (xxxiii) **Risco Operacional de Cobrança, do Originador e de Fluxo Financeiro:** A cobrança e a coleta dos pagamentos dos direitos creditórios são realizadas pela **SABEMI**, com o auxílio dos Entes Públicos Conveniados que mantêm convênio com a **SABEMI** para que as parcelas da Assistência Financeira concedida aos Segurados sejam descontadas em folha de pagamento. Desta forma, os Entes Públicos Conveniados descontam dos vencimentos dos Segurados, no respectivo mês, os valores referentes à(s) parcela(s) da Assistência Financeira vencida(s) no período e repassam os valores descontados à **SABEMI** por meio de instituição conveniada com o Ente Público Conveniado. Em seguida, tais valores são repassados pela **SABEMI** ao **FUNDO**, no prazo de até 72 (setenta e duas) horas, contado de tal recebimento. Assim, o **FUNDO** está sujeito ao risco de repasse pela **SABEMI** ao **FUNDO** dos valores recebidos. Este mesmo risco é verificado na hipótese

de recebimento de indenização advinda do seguro de vida nos casos de morte do Segurado.

- (xxxiv) **Risco do Convênio:** O desconto em folha de pagamento das parcelas dos empréstimos concedidos aos Segurados é viabilizado por convênios celebrados entre a **SABEMI** e os Entes Públicos Conveniados, diretamente ou por intermédio de associações a estes conveniados. As partes devem observar certas regras para manutenção do convênio, cujo descumprimento poderá levar ao seu rompimento. Além disso, alterações normativas, alheias ao controle dos conveniados podem afetar e/ou inviabilizar a manutenção do acordo. Havendo o rompimento do convênio, a sistemática de cobrança dos direitos creditórios (desconto em folha de pagamento) poderá ser comprometida, havendo necessidade de adoção de nova sistemática, que pode não ser tão eficaz ou até mostrar-se, na prática, inadequada ou com elevados custos de operação. Tais ocorrências podem levar a perdas patrimoniais para o **FUNDO**, na medida em que este deixará de receber, definitiva ou provisoriamente, parte ou totalidade dos recursos decorrentes dos direitos creditórios. Adicionalmente, o rompimento do convênio restringe as origens de direitos creditórios componentes da carteira do **FUNDO**, o que lhe pode ser prejudicial.
- (xxxv) **Riscos do Mercado Secundário:** O **FUNDO** é constituído sob a forma de condomínio fechado, assim, o resgate das quotas seniores só poderá ser feito ao término do prazo de duração de cada série, razão pela qual se, por qualquer motivo, antes de findo tal prazo, o investidor resolva desfazer-se de suas quotas, ele terá que aliená-las no mercado secundário de quotas de fundos de investimento, mercado esse que, no Brasil, não apresenta alta liquidez, o que pode acarretar dificuldades na alienação dessas quotas e/ou ocasionar a obtenção de um preço de venda que cause perda patrimonial ao investidor.
- (xxxvi) **Risco da Cobrança Judicial e Extrajudicial:** Em se verificando a inadimplência nas obrigações dos pagamentos dos créditos cedidos ao **FUNDO**, poderá haver cobrança judicial e/ou extrajudicial dos valores devidos. Não há, contudo, garantia de que, em qualquer uma dessas hipóteses, as referidas cobranças atingirão os resultados almejados, nem de que o **FUNDO** recuperará a totalidade dos valores inadimplidos, o que poderá implicar perdas patrimoniais ao **FUNDO**.
- (xxxvii) **Risco de Resgate das Quotas do FUNDO em Direitos Creditórios:** Conforme previsto no Regulamento, poderá haver a liquidação do **FUNDO** em situações predeterminadas. Se uma dessas situações se verificar, há previsão no Regulamento de que as quotas seniores poderão ser resgatadas em direitos creditórios. Nessa hipótese, os quotistas poderão encontrar dificuldades para vender os Direitos Creditórios recebidos do **FUNDO** ou para administrar/cobrar os valores devidos pelos devedores dos Direitos Creditórios Elegíveis;
- (xxxviii) **Risco de Atraso no Pagamento do Resgate:** Poderá haver atraso no pagamento do resgate, uma vez que os Direitos Creditórios são classificados

no ativo do **FUNDO** como títulos mantidos até o vencimento e os mesmos podem ainda não ter vencido produzindo uma temporária falta de liquidez.

- (xxxix) **Risco de irregularidades na documentação comprobatória dos Direitos Creditórios:** O **CUSTODIANTE** realizará a verificação da regularidade da Documentação Comprobatória dos Direitos Creditórios por meio de auditoria trimestral e por amostragem. Considerando que tal auditoria é realizada tão somente após a cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO**, a carteira do **FUNDO** poderá conter Direitos Creditórios cuja documentação apresente irregularidades, o que poderá obstar o pleno exercício pelo **FUNDO** das prerrogativas decorrentes da titularidade dos Direitos Creditórios. A **SABEMI** poderá contratar terceiros devidamente habilitados e qualificados para realizar a guarda dos Documentos Representativos de Crédito, permanecendo a **SABEMI** como fiel depositário dos Documentos Representativos do Crédito. Neste caso a **SABEMI** ou o terceiro contratado têm a obrigação de permitir ao **CUSTODIANTE** e à **ADMINISTRADORA** ou terceiros por eles indicados livre acesso à referida documentação. Todavia, a guarda de tais documentos por terceiro contratado pode representar dificuldade adicional à verificação da devida formalização dos Direitos Creditórios cedidos ao **FUNDO**.
- (xl) **Ausência de Notificação aos Segurados:** A cessão dos Direitos Creditórios ao **FUNDO** não será notificada previamente aos Segurados. Na hipótese da **SABEMI** deixar de exercer a função de agente de cobrança, os Segurados não estarão obrigados a realizar qualquer pagamento diretamente ao **FUNDO** até que sejam devidamente notificados da cessão. Ao **CUSTODIANTE** não é imputada qualquer responsabilidade pelo não repasse por parte da **SABEMI** dos créditos recebidos pelos Segurados, seja em momento pré ou pós a notificação. Caso haja necessidade de notificação, e o **FUNDO**, por qualquer motivo, não consiga efetuar a notificação de todos os Segurados, os Direitos Creditórios relativos aos Segurados não notificados poderão não ser recebidos, ou ser recebidos com atraso, o que afetará negativamente a rentabilidade do **FUNDO**.
- (xli) **Risco de Questionamento Judicial:** A Assistência Financeira pode ser questionada judicialmente tanto no que se refere à formalização da Assistência Financeira quanto nas taxas aplicadas e na forma de cobrança da Assistência Financeira concedida, inclusive em função das disposições estabelecidas no Código de Defesa do Consumidor. Nestes casos, a Assistência Financeira poderá ser modificada ou cancelada em virtude de decisão judicial o que poderá acarretar perdas para o **FUNDO** e, conseqüentemente, poderá afetar negativamente a rentabilidade de seu Patrimônio Líquido.
- (xlii) **Demais Riscos:** O **FUNDO** também poderá estar sujeito a outros riscos advindos de motivos alheios ou exógenos ao controle da **ADMINISTRADORA**, tais como moratória, inadimplemento de pagamentos mudança nas regras aplicáveis aos ativos financeiros, mudanças impostas aos ativos financeiros integrantes da carteira, alteração na política monetária, aplicações ou resgates significativos.

Artigo 25: As aplicações realizadas no **FUNDO** não contam com garantia da **ADMINISTRADORA**, do **CUSTODIANTE** ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

CAPÍTULO XIII – DA EMISSÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DO RESGATE DE QUOTAS

Artigo 26: As quotas do **FUNDO** serão de classe sênior ou subordinada, não havendo divisão em subclasses para ambos os casos. Todas as quotas serão escriturais e serão mantidas em contas de depósito em nome de seus titulares. Esta conta de depósito caracteriza a qualidade de quotista. Observado o abaixo disposto, as características, os direitos e obrigações das quotas seniores e subordinadas serão idênticos.

Parágrafo Único: Apenas as quotas seniores da Série “n” serão publicamente distribuídas, observadas as condições de subscrição e pagamento constantes do anúncio de início de distribuição da respectiva Série “n”, ao passo que as quotas subordinadas serão subscritas pela **SABEMI**, nos termos dos Boletins de Subscrição e Integralização.

Artigo 27: As quotas seniores da Série “n” do **FUNDO** são avaliadas por agência classificadora de risco (de *rating*) especializada, conforme detalhado no Prospecto do **FUNDO**. Esta avaliação é feita periodicamente a cada trimestre.

Parágrafo Único: Caso ocorra o rebaixamento do *rating* das classes de quotas do **FUNDO**, serão adotados os seguintes procedimentos:

I – comunicação a cada quotista das razões do rebaixamento, através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** indicado no Prospecto ou através de correio eletrônico; e

II – envio a cada quotista de correspondência ou correio eletrônico contendo relatório da empresa de classificação de risco.

Artigo 28: A integralização, a amortização e o resgate de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** podem ser efetuados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio de documento de ordem de crédito ou transferência eletrônica disponível.

Parágrafo 1º: Para o cálculo do número de quotas a que tem direito o investidor quando da aplicação, serão deduzidas do valor entregue à **ADMINISTRADORA** quaisquer taxas ou despesas previstas neste Regulamento.

Parágrafo 2º: Em vista da CPMF, as aplicações em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a integralização de quotas deverá ser realizada por meio dos mecanismos de transferência indicados no “caput”, concomitantemente à venda, pela **SABEMI**, de direitos creditórios em valor correspondente ao líquido integralizado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Parágrafo 3º: Será admitida a integralização total ou parcial de quotas subordinadas do **FUNDO**, com direitos creditórios que se enquadrem na política de investimento do **FUNDO**. Nesta hipótese, serão observadas as Condições de Cessão e os Critérios de Elegibilidade estabelecidos neste Regulamento, bem como os critérios definidos no

Anúncio de Início de Distribuição de Quotas e no Boletim de Subscrição, ficando, desde já definido, que a integralização das quotas deverá ser realizada nos termos da legislação aplicável ao caso. Caso o valor da quota subordinada seja parcialmente integralizado em direitos creditórios, o valor restante deverá ser integralizado em moeda corrente nacional, subtraindo-se o preço de aquisição dos direitos creditórios utilizados na referida integralização.

Parágrafo 4º: As quotas subordinadas poderão, ainda, ser amortizadas e/ou resgatadas em direitos creditórios. Em vista da CPMF, as amortizações e resgates em direitos creditórios devem observar o seguinte procedimento: a amortização e o resgate de quotas serão efetivados somente em débito e crédito em conta corrente, por meio dos mecanismos de transferência indicados no “caput”, simultaneamente à compra, pelo quotista, de direitos creditórios, em valor correspondente ao líquido amortizado ou resgatado, observadas as demais disposições legais aplicáveis.

Artigo 29: Na emissão de quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor no mesmo dia ao da efetiva disponibilidade dos recursos depositados pelo investidor diretamente na conta do **FUNDO**. Para fins de amortização e resgate das quotas seniores e subordinadas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor do dia do pagamento da amortização respectiva.

Parágrafo 1º: As quotas seniores da Série “n”, bem como as quotas subordinadas da Série “n” terão Valor Unitário de Emissão idêntico na primeira Data de Emissão das Quotas da respectiva Série.

Parágrafo 2º: O preço de subscrição das quotas seniores de cada Série “n” poderá contemplar ágio ou deságio sobre o valor previsto para amortização, desde que uniformemente aplicado para todos os subscritores e apurado através de procedimento de descoberta de preço em mercado organizado.

Artigo 30: No ato da subscrição das quotas, o subscritor assinará boletim de subscrição que será autenticado pela **ADMINISTRADORA**. Do boletim de subscrição constarão as seguintes informações: I - nome e qualificação do subscritor; II – quantidade e classe de quotas subscritas; e III - preço de subscrição e condições para sua integralização.

Artigo 31: A critério da **ADMINISTRADORA**, novas quotas do **FUNDO**, de qualquer classe e independentemente de aprovação dos quotistas, poderão ser emitidas, desde que observados os procedimentos exigidos pela Instrução 356 e os limites estipulados neste Regulamento. Assim sendo, o **FUNDO** poderá distribuir e manter séries distintas de quotas seniores concomitantemente em circulação, com Valor Unitário de Emissão, na 1ª Data de Emissão das Cotas de cada Série “n”, definido no Suplemento da Série “n” de quotas seniores, nos termos do Anexo I e em quantidades e condições previamente estabelecidas em seu respectivo Suplemento, no Prospecto e no Anúncio de Início de Distribuição de Quotas Seniores, nos termos do artigo 20, parágrafo 3º, da Instrução 356.

Parágrafo 1º: Não haverá direito de preferência para os quotistas da 1ª Série do **FUNDO**, ou para os quotistas de quaisquer das séries subseqüentes à 1ª Série, na aquisição de quotas de eventuais novas séries de quotas que possam vir a ser emitidas pelo **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Na emissão de quotas mencionadas no *caput*, a **ADMINISTRADORA** deverá emitir tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para que seja observada a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, nos termos do artigo 44 deste Regulamento.

Parágrafo 3º: As quotas mencionadas no *caput* deverão ser subscritas e integralizadas dentro dos prazos estabelecidos no aviso de Início de Distribuição de Quotas Seniores respectivo e no Boletim de Subscrição, observado o prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar do protocolo na CVM dos documentos referidos no artigo 20, parágrafo 1º, da Instrução 356 para a subscrição de quotas.

Parágrafo 4º: O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no parágrafo supra ou a **ADMINISTRADORA** solicitará prorrogação deste prazo à CVM, nos termos do disposto na legislação.

Artigo 32: As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** terão registro para negociação no mercado secundário na Bolsa de Valores de São Paulo - BOVESPA, no ambiente de negociação Bovespa Fix, na Sociedade Operadora do Mercado de Ativos S.A. - SOMA, no ambiente de negociação Soma Fix. A critério da **ADMINISTRADORA**, poderá, adicionalmente, ser providenciado o registro junto à Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP, cabendo aos intermediários assegurar que a aquisição de quotas somente seja feita por investidores qualificados.

Artigo 33: As quotas seniores de quaisquer das Séries emitidas pelo **FUNDO** não poderão ser alienadas fora do âmbito de bolsas de valores e mercado de balcão organizado, excetuadas as hipóteses de transmissão decorrente de lei ou de decisão judicial.

Artigo 34: As amortizações de cada Série de quotas seniores serão realizadas nas datas de amortização definidas no respectivo Suplemento da Série "n", conforme Anexo I deste Regulamento, cujos valores e condições de remuneração constarão do referido Suplemento.

Parágrafo Único: Enquanto existirem quotas seniores em circulação, o **FUNDO** obrigatoriamente deverá observar a Razão de Garantia tratada no artigo 44 deste Regulamento.

Artigo 35: A **ADMINISTRADORA** deverá constituir Reserva de Amortização, de acordo com a estrutura abaixo descrita, destinando os recursos recebidos das liquidações dos Direitos Creditórios Elegíveis da carteira para os ativos relacionados no artigo 5º, deste Regulamento.

I - 60 (sessenta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores;

II - 45 (quarenta e cinco) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor estimado da amortização das quotas seniores; e

III - 30 (trinta) dias antes de qualquer amortização prevista, devem estar alocados na Reserva de Amortização ativos em valor equivalente a 100% do valor estimado da amortização das quotas seniores.

Parágrafo Único - Caso a **ADMINISTRADORA** verifique não ser possível a formação da Reserva de Amortização de acordo com o descrito no “caput”, a **ADMINISTRADORA** deverá interromper a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis até que a respectiva Reserva de Amortização seja devidamente constituída.

Artigo 36: As quotas subordinadas somente poderão ser amortizadas ou resgatadas caso o **FUNDO** atenda a todos os índices e parâmetros previstos neste Regulamento e no Suplemento da Série “n” de quotas seniores, especialmente à Razão de Garantia, ressalvadas a hipótese prevista no artigo 37.

Parágrafo Único: A **ADMINISTRADORA** poderá suspender a qualquer momento e a seu exclusivo critério a amortização das quotas subordinadas previstas neste artigo.

Artigo 37: Na hipótese de as quotas subordinadas representarem mais de 27% (vinte e sete por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO**, estas poderão ser amortizadas, observados os seguintes critérios:

I - a partir da data da primeira integralização de quotas do **FUNDO**, mensalmente a **ADMINISTRADORA** fará a verificação da ocorrência ou não da hipótese de amortização prevista neste artigo; e

II - as quotas subordinadas serão amortizadas visando exclusivamente ao re-equilíbrio da relação prevista no “caput” deste artigo, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados. Deverão ser observadas, no que couber, as demais disposições deste Capítulo, bem como a Razão de Garantia prevista no artigo 44 deste Regulamento.

Artigo 38: A amortização das quotas seniores de quaisquer das séries do **FUNDO** poderá ocorrer antes dos respectivos prazos de amortização de quotas previstos para cada série, na impossibilidade de enquadramento do **FUNDO** à sua política de investimentos, em razão da impossibilidade de adquirir Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo Único: A antecipação do início da amortização de quotas seniores do **FUNDO** poderá ser operacionalizada mediante comunicação através de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico com 15 (quinze) dias de antecedência em relação à data da efetivação da amortização.

Artigo 39: O pagamento das amortizações das quotas seniores obedecerá às condições, datas, percentuais e valores previstos no Suplemento da respectiva Série “n”.

Artigo 40: Não haverá resgate de quotas, a não ser pelo término do prazo de duração de cada série do **FUNDO**, amortização de quotas ou de sua liquidação.

Parágrafo 1º: Por ocasião do resgate de que trata o *caput*, a **ADMINISTRADORA** observará, no que for cabível, os procedimentos definidos neste Capítulo e no Capítulo XVIII deste Regulamento.

Parágrafo 2º: O **FUNDO** não efetuará amortizações, resgates e aplicações em sábados, domingos, ou em dias não úteis. Se a data de amortização ou resgate ocorrer em dia não útil, o pagamento da amortização ou do resgate será efetuado no primeiro dia útil subsequente. Para fins do disposto neste parágrafo entende-se por dia útil aquele definido no parágrafo 3º do artigo 11 deste Regulamento.

CAPÍTULO XIV - DA RESERVA DE FUNGIBILIDADE E DA RESERVA DE LIQUIDEZ

Artigo 42: Para minimizar o risco de repasse pela **SABEMI** ao **FUNDO** dos valores recebidos advindos do adimplemento dos Direitos Creditórios Elegíveis, a **ADMINISTRADORA** constituirá, desde o momento inicial de subscrição das quotas seniores de cada série “n”, uma Reserva de Fungibilidade no montante equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: Os recursos da Reserva de Fungibilidade integrarão o patrimônio do **FUNDO** e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais valores recebidos pela **SABEMI** advindos dos Direitos Creditórios Elegíveis e não repassados ao **FUNDO** nos termos deste Regulamento.

Parágrafo 2º: Os recursos da Reserva de Fungibilidade serão alocados exclusivamente para aquisição a) dos títulos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 5º deste Regulamento e b) certificados e recibos de depósito bancário tratados na alínea “d” do artigo 5º deste Regulamento desde que emitidos por instituição que obtenha classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a F1+(bra), BR-1 e/ou brA-1, respectivamente, pelas agências classificadoras de risco Fitch Ratings, Moody’s América Latina e Standard & Poor’s.

Artigo 43: Para garantir o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis, a **ADMINISTRADORA** constituirá, desde o momento inicial de subscrição das quotas seniores de cada série “n”, uma Reserva de Liquidez no montante equivalente a 1,5% (um e meio por cento) da carteira de Direitos Creditórios Elegíveis do **FUNDO**.

Parágrafo 1º: Os recursos da Reserva de Liquidez integrarão o patrimônio do **FUNDO** e constituirão uma provisão para o pagamento de eventuais inadimplências dos Direitos Creditórios Elegíveis.

Parágrafo 2º: Os recursos da Reserva de Liquidez serão alocados exclusivamente para aquisição a) dos títulos previstos nas alíneas “a”, “b” e “c” do artigo 5º deste Regulamento e b) certificados e recibos de depósito bancário tratados na alínea “d” do artigo 5º deste Regulamento desde que emitidos por instituição que obtenha classificação de risco, em escala nacional, igual ou superior a F1+(bra), BR-1 e/ou brA-1, respectivamente, pelas agências classificadoras de risco Fitch Ratings, Moody’s América Latina e Standard & Poor’s.

CAPÍTULO XV - DA RAZÃO DE GARANTIA

Artigo 44: Em conformidade com o artigo 24, inciso XV, da Instrução 356, a relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO** será de 75% (setenta e cinco por cento). Isto quer dizer que o **FUNDO** deverá ter 25% (vinte e cinco por cento) de seu patrimônio representado por quotas subordinadas. Esta relação será apurada diariamente e será acessível aos quotistas do **FUNDO**, mensalmente, através do *site* da **ADMINISTRADORA** (www.concordia.com.br).

Parágrafo 1º: Na hipótese de inobservância do percentual mencionado no *caput*, com quotas subordinadas representando menos que 25% (vinte e cinco por cento) do patrimônio líquido do **FUNDO** serão adotados os seguintes procedimentos:

I - A **ADMINISTRADORA** imediatamente interromperá a aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis.

II - A **ADMINISTRADORA** comunicará, imediatamente, tal ocorrência à **SABEMI**, através do envio de correspondência ou de correio eletrônico, pela qual:

- c) noticiará a inobservância do percentual mencionado no *caput* e a interrupção da aquisição de novos Direitos Creditórios Elegíveis e solicitará à **SABEMI** que providencie o restabelecimento da relação mínima dentro de um prazo de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento da comunicação, e;
- d) informará à **SABEMI** o número mínimo de quotas subordinadas e os respectivos valores para subscrição, que deverão ser subscritas para que se possa restabelecer o percentual fixado no *caput*.

III - A **SABEMI** deverá subscrever, dentro do prazo mencionado no inciso I deste parágrafo, tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a relação mínima entre patrimônio líquido e quotas seniores mencionada no *caput*.

IV - Na hipótese de a **ADMINISTRADORA** verificar que, decorrido o prazo do inciso II deste parágrafo, não se alcançou o restabelecimento da relação entre o valor das quotas seniores e o patrimônio líquido do **FUNDO**, quer em virtude da não subscrição, por parte da **SABEMI**, de um número de quotas subordinadas suficientes para atender ao disposto no inciso II deste parágrafo quer por qualquer outro motivo, deverá convocar a Assembléia Geral de Quotistas para deliberar sobre: a) providências a serem tomadas pela **ADMINISTRADORA**; b) substituição da **ADMINISTRADORA** no exercício das funções em relação ao **FUNDO**; e/ou c) pela liquidação antecipada do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Em razão do disposto no “*caput*”, a **ADMINISTRADORA** poderá providenciar a emissão de quotas subordinadas do **FUNDO** a qualquer tempo, a fim de re-estabelecer a relação patrimonial prevista no aludido artigo, as quais poderão ser subscritas em dinheiro, ou nos moldes do previsto no Capítulo XIII deste Regulamento.

CAPÍTULO XVI - DA ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 45: Será de competência privativa da Assembléia Geral de quotistas do **FUNDO**:

I - tomar anualmente, no prazo máximo de 04 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas do **FUNDO** e deliberar sobre as demonstrações financeiras desse;

II - alterar o regulamento do **FUNDO**, inclusive para prorrogar o prazo de duração da Série “n” do **FUNDO**;

III - deliberar sobre a substituição da **ADMINISTRADORA**;

IV - deliberar sobre a elevação da taxa de administração praticada pela **ADMINISTRADORA**, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução;

V - deliberar sobre incorporação, fusão, cisão, liquidação ou prorrogação do **FUNDO**; e

VI – deliberar sobre a alteração da remuneração alvo das quotas seniores, conforme definido neste Regulamento.

Parágrafo Único: O Regulamento do **FUNDO** poderá ser alterado, independentemente de Assembléia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento às exigências de normas legais ou regulamentares ou de determinação da CVM, devendo ser providenciada, no prazo de 30 (trinta) dias, a necessária comunicação aos quotistas.

Artigo 46: A Assembléia Geral pode, a qualquer momento, nomear um ou mais representantes para exercerem as funções de fiscalização e de controle gerencial das aplicações do **FUNDO**, em defesa dos direitos e dos interesses dos quotistas.

Parágrafo Único: Somente pode exercer as funções de representante de quotistas pessoa física ou jurídica que atenda aos seguintes requisitos:

I - ser quotista ou profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas;

II - não exercer cargo ou função na **ADMINISTRADORA**, em seu controlador, em sociedades por ele direta ou indiretamente controladas e em coligadas ou outras sociedades sob controle comum; e

III - não exercer cargo na **SABEMI**.

Artigo 47: A convocação da Assembléia Geral de Quotistas do **FUNDO** far-se-á mediante anúncio publicado no(s) periódico(s) indicados no Prospecto, por meio de carta com aviso de recebimento endereçado a cada quotista ou por correio eletrônico, do qual constarão, obrigatoriamente, o dia, hora e local em que será realizada a Assembléia e ainda, de forma sucinta, os assuntos a serem tratados.

Parágrafo 1º: A convocação da Assembléia Geral deve ser feita com 10 (dez) dias de antecedência, no mínimo, contado o prazo da data de publicação do primeiro anúncio ou do envio de carta com aviso de recebimento ou do correio eletrônico aos quotistas.

Parágrafo 2º: Não se realizando a Assembléia Geral, será publicado novo anúncio de segunda convocação ou novamente providenciado o envio de carta com aviso de recebimento ou correio eletrônico aos quotistas, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

Parágrafo 3º: Salvo motivo de força maior, a Assembléia Geral realizar-se-á no local onde a **ADMINISTRADORA** tiver a sede; quando houver necessidade de efetuar-se em outro lugar, os anúncios cartas ou correios eletrônicos endereçados aos quotistas indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que, em nenhum caso, poderá ser fora da localidade da sede da **ADMINISTRADORA**.

Parágrafo 4º: Independentemente das formalidades previstas neste artigo, será considerada regular a Assembléia Geral a que comparecerem todos os quotistas.

Parágrafo 5º: Para efeito do disposto no parágrafo 2º, admite-se que a segunda convocação da Assembléia Geral seja providenciada juntamente com o anúncio, a carta ou correio eletrônico de primeira convocação.

Artigo 48: Além da reunião anual de prestação de contas, a Assembléia Geral de quotistas pode reunir-se por convocação da **ADMINISTRADORA** ou de quotistas possuidores de quotas que representem isoladamente ou em conjunto, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total das quotas emitidas.

Artigo 49: Na Assembléia Geral, a ser instalada com a presença de pelo menos um quotista, as deliberações devem ser tomadas pelo critério da maioria de quotas dos quotistas presentes, correspondendo a cada quota um voto, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo.

Parágrafo 1º: As deliberações relativas às matérias previstas no artigo 45, inciso I serão tomadas em primeira convocação pela maioria das quotas emitidas e, em segunda convocação, pela maioria das quotas dos presentes.

Parágrafo 2º: As deliberações sobre as matérias indicadas no Artigo 45, incisos II, III, IV, V, VI, dependerão de aprovação, em Assembléia Geral, de quotistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das quotas emitidas.

Parágrafo 3º: Somente podem votar na Assembléia Geral os quotistas do **FUNDO**, seus representantes legais ou procuradores legalmente constituídos há menos de um ano.

Parágrafo 4º: Não têm direito a voto na assembléia geral a **ADMINISTRADORA** e seus empregados.

Artigo 50: As decisões da assembléia geral devem ser divulgadas aos quotistas no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua realização.

Parágrafo Único: A divulgação referida no *caput* deve ser providenciada mediante anúncio publicado no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

Artigo 51: As modificações aprovadas pela Assembléia Geral de quotistas passam a vigorar a partir da data do protocolo na CVM dos seguintes documentos:

- I – lista de quotistas presentes na assembléia geral;
- II – cópia da ata da assembléia geral;
- III – exemplar do regulamento, consolidando as alterações efetuadas, devidamente registrado em cartório de títulos e documentos; e
- IV – modificações procedidas no prospecto.

CAPÍTULO XVII – EVENTOS DE SUSPENSÃO DE AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS

Artigo 52: O **FUNDO** deverá suspender a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, na hipótese de verificação dos seguintes índices de inadimplência:

- I - Índice de Inadimplência acima de 30 dias superior a 12% (doze por cento);
- II - Índice de Inadimplência acima de 90 dias superior a 9% (nove por cento); e
- III - Índice de Inadimplência acima de 180 dias superior a 5% (cinco por cento).

Parágrafo 1º: Para fins de cálculo dos índices de inadimplência relacionados nos incisos I, II e III do “caput”, será utilizada a média móvel de 3 meses do respectivo índice, calculada no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Parágrafo 2º: A suspensão de aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo **FUNDO** permanecerá válida até o momento em que se verifique que os índices de inadimplência sejam inferiores aos respectivos limites relacionados nos incisos I, II e III do “caput”.

CAPÍTULO XVIII – EVENTOS DE AVALIAÇÃO

Artigo 53: Na hipótese de ocorrência das situações a seguir descritas, caberá à **ADMINISTRADORA**, ao **CUSTODIANTE**, ou aos quotistas interessados, convocar uma Assembléia Geral de Quotistas para que esta, após apresentação das situações da carteira pela **ADMINISTRADORA**, delibere sobre a continuidade do **FUNDO** ou sua liquidação antecipada, e conseqüente definição de cronograma de pagamentos dos quotistas:

- I – os respectivos índices de inadimplência indicados no artigo 52 deste Regulamento permaneçam inalterados por 02 (dois) meses consecutivos;
- II - o Índice de Inadimplência acima de 30 dias seja superior a 13% (treze por cento);
- III - o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 10% (dez por cento);
- IV - o Índice de Inadimplência acima de 180 dias seja superior a 6% (seis por cento);
- V - inobservância pela **ADMINISTRADORA** de seus deveres e obrigações previstas no Capítulo VI deste Regulamento, que não seja um Evento de Liquidação Antecipada, verificada pelo **CUSTODIANTE**;
- VI - renúncia da **ADMINISTRADORA** à administração do **FUNDO**;

VII - inobservância pelo **CUSTODIANTE** de seus deveres e obrigações previstos no parágrafo 1º do artigo 17 do Capítulo VIII deste Regulamento, desde que, notificado pela **ADMINISTRADORA** para sanar ou justificar o descumprimento, não o faça no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da referida notificação;

VIII - aquisição, pelo **FUNDO**, de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade, conforme exposto no Capítulo V deste Regulamento, verificada pelo **CUSTODIANTE**;

IX - rebaixamento da classificação de risco inicial de quotas seniores do **FUNDO** em um nível, considerando-se a tabela da Agência Classificadora de Risco;

X - não subscrição, por qualquer motivo, pela **SABEMI**, uma vez decorrido o prazo de que trata o inciso I, do parágrafo 1º, do artigo 44, de tantas quotas subordinadas quantas sejam necessárias para restabelecer a Razão de Garantia;

XI - inobservância pela **SABEMI** dos deveres e das obrigações previstas no Contrato de Custódia e no Contrato de Cobrança com relação à cobrança dos Direitos Creditórios, desde que, se notificada pela **CUSTODIANTE** para sanar ou justificar o descumprimento, a **SABEMI** não o fizer no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da referida notificação;

XII - não pagamento, nas datas de amortização, do valor integral da amortização de qualquer Série das quotas seniores;

XIII - caso a Agência Classificadora de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às quotas seniores por prazo igual ou superior a 60 (sessenta) dias;

XIV – se houver resilição do Contrato de Custódia e não tenha sido deliberado pelos quotistas, reunidos em Assembléia Geral, a escolha de um novo custodiante para o **FUNDO** no prazo de 30 (trinta) dias;

XV - ocorrência de qualquer evento de rescisão do Contrato de Cessão; e

XVI - existência ou evidência concreta, irrefutável e comprovada documentalmente de que os Direitos Creditórios não foram regularmente e devidamente formalizados.

Parágrafo 1º: O cálculo dos índices de inadimplência relacionados nos incisos II, III e IV do “caput” será realizado pela **ADMINISTRADORA**. Para fins de cálculo dos referidos índices inadimplência, será utilizada a média móvel de 3 meses do respectivo índice, calculada no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Parágrafo 2º: Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, a **ADMINISTRADORA** suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de quotas subordinadas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que seja avaliado o grau de comprometimento do **FUNDO**. Caso a Assembléia Geral decida que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de

Liquidação, a **ADMINISTRADORA** deverá implementar os procedimentos definidos no artigo 56, incluindo a convocação de nova Assembléia Geral.

Artigo 54: Na hipótese de liquidação do **FUNDO**, os titulares de quotas seniores terão o direito de partilhar o patrimônio na proporção dos valores previstos para amortização ou resgate da respectiva série e no limite desses mesmos valores, na data de liquidação, sendo vedado qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de quotas seniores.

CAPÍTULO XIX – LIQUIDAÇÃO DO FUNDO

Artigo 55: Cada Série “n” de quotas seniores do **FUNDO** será liquidada por ocasião do término do seu prazo de duração.

Artigo 56: O **FUNDO** será liquidado única e exclusivamente nas seguintes hipóteses:

I - por deliberação de assembléia geral de quotistas, nas hipóteses descritas no artigo 44, parágrafo 1º e artigo 16, II, “b”, ambos deste Regulamento;

II - se o **FUNDO** mantiver patrimônio líquido médio inferior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), pelo período de 03 (três) meses consecutivos e não for incorporado a outro **FUNDO** de Investimento em Direitos Creditórios;

III - caso seja deliberado em Assembléia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Liquidação;

IV - caso o Contrato de Cessão seja, por qualquer motivo, resilido;

V – se houver amortização de quotas subordinadas em desacordo com o disposto no Regulamento;

VI – impossibilidade do **FUNDO** adquirir direitos creditórios admitidos por sua política de investimentos;

VII – se houver decretação de falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da **SABEMI**;

VIII - caso o Índice de Inadimplência acima de 30 dias seja superior a 15% (quinze por cento);

IX - caso o Índice de Inadimplência acima de 90 dias seja superior a 12% (doze por cento); e

X - caso o Índice de Inadimplência acima de 180 dias seja superior a 8,50% (oito inteiros e cinquenta centésimos de inteiro por cento).

Parágrafo 1º: Os índices de inadimplência relacionados nos incisos VIII, IX e X do “caput”, serão calculados pela **ADMINISTRADORA** no 10º (décimo) dia útil do mês calendário.

Parágrafo 2º: Nas hipóteses do inciso I supra, se a decisão Assembléia Geral for a de não liquidação do **FUNDO**, fica desde já assegurado o resgate das quotas seniores dos quotistas dissidentes que o solicitarem, pelo valor das mesmas.

Parágrafo 3º: Na liquidação antecipada do **FUNDO**, não havendo a disponibilidade de recursos, os quotistas do **FUNDO** poderão receber Direitos Creditórios Elegíveis constantes da carteira do **FUNDO**, como pagamento dos seus direitos, em dação em pagamento.

Parágrafo 4º: Na hipótese da Assembléia Geral de Quotistas não chegar a acordo comum referente aos procedimentos de dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Ativos Financeiros para fins de pagamento de resgate das quotas, os Direitos Creditórios e os Ativos Financeiros serão dados em pagamento aos quotistas, mediante a constituição de um condomínio, cuja fração ideal de cada quotista será calculada de acordo com a proporção de quotas detida por cada titular sobre o valor total das quotas em circulação à época. Após a constituição do condomínio acima referido, a **ADMINISTRADORA** estará desobrigada em relação às responsabilidades estabelecidas neste Regulamento, ficando autorizado a liquidar o **FUNDO** perante as autoridades competentes.

Parágrafo 5º: A **ADMINISTRADORA** deverá notificar os quotistas, (i) para que os mesmos elejam um administrador para o referido condomínio de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros, na forma do Artigo 1.323 do Código Civil Brasileiro, (ii) informando a proporção de Direitos Creditórios e Ativos Financeiros a que cada quotista fará jus, sem que isso represente qualquer responsabilidade da **ADMINISTRADORA** perante os quotistas após a constituição do referido condomínio.

Parágrafo 6º: Caso os titulares das quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio referido nos parágrafos acima, essa função será exercida pelo titular de quotas seniores que detenha a maioria das quotas seniores em circulação.

Artigo 57: Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Liquidação, independentemente de qualquer procedimento adicional, a **ADMINISTRADORA** deverá i) notificar os Quotistas, ii) suspender imediatamente o pagamento de qualquer resgate em andamento, se houver, e os procedimentos de aquisição de direitos creditórios; e iii) dar início aos procedimentos de liquidação antecipada de quotas do **FUNDO** definidos no artigo 56 acima. A **ADMINISTRADORA** deverá convocar, no prazo de 05 (cinco) dias, uma Assembléia Geral, a ser realizada num prazo não superior a 20 (vinte) dias, para que os quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, observando o direito de resgate dos quotistas dissidentes de que trata o parágrafo 1º do artigo 56 supra.

Artigo 58: Após o pagamento das despesas e encargos do **FUNDO**, será pago aos titulares de quotas seniores, se o patrimônio do **FUNDO** assim permitir, o valor apurado conforme o artigo 21 deste Regulamento, em vigor na própria data de liquidação, proporcionalmente ao valor das quotas. O total do eventual excedente, após o pagamento aos titulares das quotas seniores, será pago aos titulares de quotas subordinadas, conforme a respectiva quantidade de quotas de cada titular, observando-se:

I - os quotistas poderão receber tal pagamento em direitos creditórios, nos termos do parágrafo 2º do artigo 56, cujo valor deverá ser apurado com observância ao disposto no artigo 21, desde que assim deliberado em Assembléia Geral convocada para este fim, e;

II – que **ADMINISTRADORA** poderá ainda alienar parte ou a totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do **FUNDO**, pelo respectivo valor, apurado com observância ao que dispõe o artigo 21, acrescido de todos os custos e despesas necessários para a liquidação e extinção do **FUNDO**, devendo utilizar os recursos da eventual alienação no resgate das quotas seniores e quotas subordinadas.

Artigo 59: A liquidação do **FUNDO** será gerida pela **ADMINISTRADORA**, observando: i) as disposições deste Regulamento ou o que for deliberado na Assembléia Geral, e; ii) que cada quota de determinada classe será conferido tratamento igual ao conferido às demais quotas de mesma classe.

CAPÍTULO XX - DOS ENCARGOS DO FUNDO

Artigo 60: Constituem encargos do **FUNDO**, além da remuneração dos serviços de administração e de gestão da carteira do **FUNDO**, as seguintes despesas, que podem ser debitadas pela **ADMINISTRADORA**:

a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do **FUNDO**;

b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;

c) despesas com correspondências de interesse do **FUNDO**, inclusive comunicações aos quotistas;

d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras e das contas do **FUNDO** e da análise de sua situação e da atuação da **ADMINISTRADORA**;

e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do **FUNDO**;

f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do **FUNDO**, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;

g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do **FUNDO** ou à realização de Assembléia Geral de quotistas;

h) taxas de custódia de ativos do **FUNDO**;

i) despesas com a contratação de agência classificadora de risco;

j) despesas com o profissional especialmente contratado para zelar pelos interesses dos quotistas, como representante dos quotistas; e

l) despesa com a taxa de registro e anuidade na CETIP/BOVESPA/CBLC.

Parágrafo Único: Quaisquer outras não previstas como encargos do **FUNDO** devem correr por conta da **ADMINISTRADORA**.

CAPÍTULO XXI - DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

Artigo 61: A **ADMINISTRADORA** irá divulgar, ampla e imediatamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao **FUNDO**, tal como a eventual alteração da classificação de risco do **FUNDO** ou dos direitos creditórios e demais ativos integrantes da respectiva carteira, de modo a garantir a todos os quotistas acesso às informações que possam, direta ou indiretamente, influir em suas decisões quanto à respectiva permanência no mesmo, se for o caso.

Parágrafo 1º: A divulgação das informações previstas neste artigo deve ser feita por meio de publicação no periódico utilizado para a divulgação de informações do **FUNDO** ou através de correio eletrônico e mantida disponível para os quotistas na sede e agências da **ADMINISTRADORA** e nas instituições que coloquem quotas do **FUNDO**.

Parágrafo 2º: Em caso de substituição do periódico indicado pela **ADMINISTRADORA** no Prospecto do **FUNDO**, os quotistas serão avisados sobre a referida substituição mediante publicação no periódico anteriormente utilizado, por correio eletrônico ou carta com aviso de recebimento endereçada a cada quotista.

Artigo 62: A **ADMINISTRADORA** deve, no prazo máximo de 10 (dez) dias após o encerramento de cada mês, colocar à disposição dos quotistas, em sua sede e dependências, informações sobre:

- I - o número de quotas de propriedade de cada um e o respectivo valor;
- II - a rentabilidade do **FUNDO**, com base nos dados relativos ao último dia do mês; e
- III - o comportamento da carteira de direitos creditórios e demais ativos do **FUNDO**, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e o realizado.

Artigo 63: A **ADMINISTRADORA** deve colocar as demonstrações financeiras do **FUNDO** à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:

- I - de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- II - de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

Artigo 64: As demonstrações financeiras do **FUNDO** estarão sujeitas às normas de escrituração expedidas pela CVM e serão auditadas por auditor independente registrado na CVM.

Parágrafo 1º: O exercício social do **FUNDO** tem duração de 01 (um) ano, com início em 1º de novembro de cada ano.

Parágrafo 2º: Enquanto a CVM não editar as normas referidas no *caput*, aplicam-se ao **FUNDO** as disposições do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, editado pelo Banco Central do Brasil.

CAPÍTULO XXII – DO FORO

Artigo 65: Fica eleito o foro da comarca da Capital do Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para propositura de quaisquer ações judiciais relativas ao **FUNDO** ou a questões decorrentes da aplicação deste Regulamento.

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,
CÂMBIO E COMMODITIES**

ANEXO I - SUPLEMENTO

SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE

Suplemento nº 01 referente à 1ª Série emitida nos termos do regulamento do “FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO”, registrado sob o nº 1528481 no Cartório de Títulos e Documentos da cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, do qual este Suplemento é parte integrante, inscrito no CNPJ sob o nº 08.610.269/0001-00 e administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities. Os documentos necessários ao registro da 1ª Distribuição, definidas na Instrução CVM, foram devidamente protocolados pela **ADMINISTRADORA** na CVM em 10 de janeiro de 2007.

1. PRAZO. O prazo de duração da 1ª Série é de 48 meses, contados da data da primeira integralização de quotas seniores.

2. BENCHMARK. A 1ª Série, representativa do Patrimônio Inicial do **FUNDO**, possui um *benchmark* de rentabilidade correspondente a 110% (cento e dez por cento) da taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros – DI de 1 (um) dia, “over extra grupo”, expressa na forma de percentual ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, calculada e divulgada pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (“CETIP”), no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (www.cetip.com.br) e no jornal Gazeta Mercantil, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação. As quotas subordinadas não possuirão *benchmark* de rentabilidade definido.

2.1. Não obstante o acima disposto, não existe qualquer promessa do **FUNDO**, da **ADMINISTRADORA** ou do **CUSTODIANTE** acerca da rentabilidade das aplicações dos recursos do **FUNDO**.

3. AVALIAÇÃO DE RISCO – RATING. A 1ª Série obteve da Standard & Poors a classificação de risco brAAf.

4. QUANTIDADE. Serão emitidas até 10.000 (dez mil) quotas, com um valor inicial, na Data de Emissão das Cotas da 1ª Série, de R\$10.000,00 (dez mil reais) cada, sendo até (i) 7.500 (sete mil e quinhentas) quotas seniores; e (ii) até 2.500 (duas mil e quinhentas) quotas subordinadas.

5. VALOR DE EMISSÃO. O valor mínimo de subscrição de quotas seniores e subordinadas no período de distribuição da 1ª Série é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), não havendo limite máximo de subscrição por investidor.

6. VALOR DE SUBSCRIÇÃO. Na subscrição de quotas do **FUNDO** deve ser utilizado o valor de abertura da quota em vigor de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências, conforme definido no Boletim de Subscrição.

6.1. Na subscrição de quotas do **FUNDO** que ocorrer em data diferente da Data de Integralização definida no Boletim de Subscrição, será utilizado o valor de abertura da quota de mesma classe do mesmo dia da efetiva disponibilidade dos recursos confiados pelo investidor à **ADMINISTRADORA**, em sua sede ou dependências.

7. DISTRIBUIÇÃO. A distribuição da 1ª Série de quotas seniores do **FUNDO**, ofertadas publicamente, será liderada pelo **BANCO** em regime de melhores esforços, que poderá contratar terceiros devidamente habilitados para prestar tais serviços sempre em conformidade com o disposto no Prospecto da 1ª Série.

7.1. A critério da **ADMINISTRADORA**, atingido o patamar mínimo de distribuição de 4.000 (quatro mil) quotas seniores da 1ª Série das quotas emitidas e, conseqüentemente 800 (oitocentas) quotas subordinadas, poderá se dar por encerrado o período de distribuição de quotas do **FUNDO**. O saldo não colocado poderá ser cancelado antes do prazo mencionado no Artigo 31 deste Regulamento.

7.2. A **ADMINISTRADORA** deverá observar, inclusive na hipótese acima, a Razão de Garantia, definida no Artigo 44 deste Regulamento.

8. AMORTIZAÇÃO E RESGATE. A partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da data da primeira integralização de quotas seniores, as quotas seniores da 1ª Série do **FUNDO** terão seus valores de principal investido amortizados mensalmente conforme a proporção abaixo, de acordo com a seguinte fórmula:

$$VAMT = VQS(T) \times (1/(36 - (M - 1)))$$

VAMT é o valor de amortização das Cotas Seniores.

VQS(T) é o valor unitário da Cota Sênior na data da amortização (T).

M é o número do mês em que a amortização será feita, sendo que M variará entre 1 (primeira amortização) e 36 (última amortização).

8.1. O pagamento das amortizações deverá ser feito no 5º (quinto) dia útil de cada mês. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.2. O resgate das quotas seniores ocorrerá no 48º (quadragésimo oitavo) mês, contados da data do início da distribuição pública das quotas seniores.

8.3. O pagamento das amortizações e do resgate mencionados nos itens 8.1 e 8.2, acima, corresponderá ao pagamento proporcional de principal e rendimentos e deverá ser feito no quinto dia útil do mês a que se referir a respectiva parcela de amortização. Se a data prevista para pagamento da amortização cair em dia não útil na praça em que a **ADMINISTRADORA** está sediada, tal pagamento será efetivado no primeiro dia útil subsequente.

8.4. As quotas subordinadas poderão ser amortizadas mensalmente, após comunicação e concordância dos quotistas subordinados, no período compreendido entre o 13º (décimo terceiro) mês e o 45º (quadragésimo quinto) mês, contados da data do início da distribuição pública de cada Série “n” de quotas seniores, ressalvada a hipótese prevista no artigo 37 do Regulamento.

8.5. A amortização das quotas subordinadas somente será realizada se o Patrimônio Líquido do **FUNDO** assim o permitir e uma vez verificado pela **ADMINISTRADORA** que a relação entre o valor das quotas subordinadas e o patrimônio líquido do **FUNDO** seja maior que 25% (vinte e cinco por cento), ressalvada a hipótese prevista no artigo 37 do Regulamento, e desde que:

I - seja realizada após a amortização da totalidade das quotas seniores prevista para aquele mês, definida neste Suplemento; e

II – considerada, *pro forma*, a amortização de quotas subordinadas pretendida, o **FUNDO** atenda, concomitantemente a manutenção de todos os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 44 deste Regulamento.

8.6. As quotas subordinadas serão amortizadas e/ou resgatadas, preferencialmente, em Direitos Creditórios Inadimplidos de acordo com o valor destes direitos no ativo do **FUNDO** e desde que observados os critérios definidos nos itens 8.4 e 8.5 deste Suplemento e os parâmetros de enquadramento definidos no artigo 44 deste Regulamento.

Termos e condições definidos no Regulamento terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste Suplemento.

O presente Suplemento deverá ser registrado no Serviço de Registro de Títulos e Documentos da Comarca de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 26 de Dezembro de 2006.

FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO

**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS,
CÂMBIO E COMMODITIES**

**ANEXO II – LIMITE MÁXIMO DE CONCENTRAÇÃO POR ENTE PÚBLICO FEDERAL
CONVENIADO, EM TERMOS PERCENTUAIS, COM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO
LÍQUIDO DO FUNDO**

Ente Público Federal Conveniado	Limite Máximo em relação ao Patrimônio Líquido
Exército Brasileiro	50%
Marinha do Brasil	50%
Aeronáutica	50%
Demais Entes Públicos Federais Conveniados	50% (com limite individual de 5% por Ente Público Federal Conveniado inserido nesta categoria)

**ANEXO III – DECLARAÇÃO DO DIRETOR RESPONSÁVEL PELO FUNDO
E DO DIRETOR DA ADMINISTRADORA**

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, neste ato devidamente representada de acordo com o seu Estatuto Social, na qualidade de instituição responsável pela administração do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [] (“**FUNDO**”); e

Antônio Joel Rosa, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.203.496, inscrito no CPF/MF sob o nº 530.431.978-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, na qualidade de diretor responsável pelo **FUNDO**;

DECLARAM que o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da oferta de quotas do **FUNDO**, das suas características, situação econômico-financeira, os riscos inerentes ao **FUNDO**, entre outras informações relevantes, bem como que o presente Prospecto foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, ____ de ____ de 2007.

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

ANEXO IV - DECLARAÇÃO REFERENTE AO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

Antônio Joel Rosa, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.203.496, inscrito no CPF/MF sob o nº 530.431.978-87, com endereço comercial na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, na qualidade de diretor responsável do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [] (**"FUNDO"**), administrado pela **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08, **DECLARA** que é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição das quotas do **FUNDO**.

São Paulo, ____ de ____ de 2007.

Antônio Joel Rosa

ANEXO V – DECLARAÇÃO DO DISTRIBUIDOR

DECLARAÇÃO

BANCO SCHAHIN S.A., com sede na Capital do Estado de São Paulo na Rua Vergueiro, 2009 - 1º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 50.585.090/0001-06, na qualidade de Instituição Líder da Distribuição de Quotas Seniores do **FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [...] (“**FUNDO**”), neste ato representada por seu Diretor **[nome e qualificação]**, **DECLARA** que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta. Ademais, as informações fornecidas ao mercado durante o prazo de distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas e que venham a integrar o prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta.

São Paulo, [...] de [...] de 2007.

BANCO SCHAHIN S.A.

[diretor responsável]



ATIVO	30/09/2006	30/09/2005
CIRCULANTE	34.187.823	11.498.431
Depósitos em Bancos	1.291.483	686.889
Caixa e Bancos	1.291.483	686.889
Aplicações no Mercado Aberto	1.433	23.432
APLICAÇÕES	27.579.348	7.647.770
Títulos de Renda Fixa	1.098.163	338.703
Títulos de Renda Variável	466.767	336.115
Assistência Financeira a		
Participantes	23.698.955	2.992.348
Quotas Fundos Investimentos	1.596.210	1.554
Outras Aplicações	(1.237.363)	(102.957)
OUTROS DEBITOS	1.104	1.104
Seguros e Resseguros	3.748.168	2.734.395
Operações com Resseguradoras	30.729	2.848
(1) Provisão para Riscos de Crédito	(49.274)	576
RECEBER	1.619.813	946.527
Títulos e Créditos a receber	292.210	81.361
Créditos Tributários e Previdenciários	1.426.150	865.234
Outros Créditos	(84.000)	60
COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDA	9	10
Seguros e Resseguros	9	10

REALIZAVEL A LONGO PRAZO	23.231.181	10.415.334
APLICAÇÕES	23.231.181	10.415.334
Títulos de Renda Fixa	1.098.163	338.703
Assistência Financeira a		
Participantes	23.231.181	10.415.334
(1) Provisão para Riscos de Crédito	(110.476)	(356.905)
OUTROS DEBITOS A RECEBER	1.104	1.104
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.250.244	357.012

PERMANENTE	1.934.518	1.100.338
Investimentos	34.339	34.339
Participações Societárias	300.320	353.228
Outros Investimentos	1.563.859	1.031.771
MOBILIZADO	1.172.585	688.587
Bens Móveis	1.104	1.104
Outras Imobilizações	110.334	132.051
(1) Depreciação	(102.284)	(60.2)
DIFERIDO	37.561	94.432
Despesas Organizacionais, Implantação e Instalação	37.561	94.432
(1) Amortizações	(217.460)	(159.177)

TOTAL DO ATIVO	59.330.522	22.990.973
-----------------------	-------------------	-------------------

Discriminação	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Total
SALDOS ANTERIORES EM 01/01/05	4.928.023	2.251.377	245.380	646.514	197.259	8.311.573
AUMENTO DE CAPITAL	928.183	(928.183)	-	-	-	-
AGIUNDO DE CAPITAL	928.183	(928.183)	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL (Em Aprovação)	928.183	(928.183)	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALUAÇÃO	-	-	245.380	245.380	245.380	736.140
SALDOS ANTERIORES EM 30/09/05	5.856.206	3.242.933	646.514	317.902	1.970.839	11.034.594
SALDOS ANTERIORES EM 01/01/06	5.856.206	3.242.933	646.514	317.902	1.970.839	11.034.594
AUMENTO DE CAPITAL (Em Aprovação)	928.183	(928.183)	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALUAÇÃO	-	-	245.380	245.380	245.380	736.140
SALDOS ANTERIORES EM 30/09/06	6.784.389	2.314.750	891.894	563.282	2.216.219	12.770.534

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30/09/2006 (Em R\$ 1.000,00)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Sabemi Seguradora S.A. opera no ramo de Seguros Vida e Previdência Complementar, com sede na Rua da Andrade, 1001, entre 1000 e 1001, no bairro de São José, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Sabemi Seguradora S.A. é uma companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 06.920.020/0001-00, sob o regime de tributação do lucro líquido ajustado.

A Sabemi Seguradora S.A. é uma companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 06.920.020/0001-00, sob o regime de tributação do lucro líquido ajustado.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Depreciação

Representam os saldos existentes em caixa e bancos, e as aplicações financeiras no mercado aberto com liquidez imediata, incluindo os rendimentos e encargos auferidos e incorridos até a data do balanço.

b) Aplicações

A Sabemi Seguradora S.A., de acordo com a legislação vigente, classifica as suas aplicações financeiras como "títulos mantidos até o vencimento", ou seja, os saldos são mantidos até o vencimento, exceto os rendimentos auferidos e incorridos até a data do balanço.

c) Assistência Financeira a Participantes

Foi concedido pela companhia assistência financeira a titulares de planos de previdência complementar conforme dispõe a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Señores Ações

Submetemos a aprovação dos V. S. os presentes Relatórios das Demonstrações Contábeis, em conformidade com o que dispõe o Regulamento das Demonstrações Contábeis, e o Relatório de Auditoria Independente, relativos ao semestre encerrado em 30 de junho de 2006, na forma das determinações legais e estatutárias.

Contexto Institucional e Operacional

A Sabemi Seguradora S.A. fundada em 1973, é hoje reconhecida por seu pioneirismo e especialização no segmento de capitalização em vida e previdência complementar, com atuação em todo o Brasil.

Resultados do Período

O Patrimônio Líquido em 30/09/2006, de R\$ 11.034.594,00, (Título e moedas, noventa e sete mil e quatrocentos e sessenta e sete reais) e o Lucro Líquido do Período, de R\$ 2.214.750,00 (Dois milhões, quatrocentos e sessenta e sete reais e trinta e sete centavos), correspondendo a um aumento de 19,9% sobre o Patrimônio Líquido e de 10,7% sobre o Lucro Líquido do Período, em relação ao mesmo período do ano anterior.

ATIVO	30/09/2006	30/09/2005
CIRCULANTE	34.187.823	11.498.431
Depósitos em Bancos	1.291.483	686.889
Caixa e Bancos	1.291.483	686.889
Aplicações no Mercado Aberto	1.433	23.432
APLICAÇÕES	27.579.348	7.647.770
Títulos de Renda Fixa	1.098.163	338.703
Títulos de Renda Variável	466.767	336.115
Assistência Financeira a		
Participantes	23.698.955	2.992.348
Quotas Fundos Investimentos	1.596.210	1.554
Outras Aplicações	(1.237.363)	(102.957)
OUTROS DEBITOS	1.104	1.104
Seguros e Resseguros	3.748.168	2.734.395
Operações com Resseguradoras	30.729	2.848
(1) Provisão para Riscos de Crédito	(49.274)	576
RECEBER	1.619.813	946.527
Títulos e Créditos a receber	292.210	81.361
Créditos Tributários e Previdenciários	1.426.150	865.234
Outros Créditos	(84.000)	60
COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDA	9	10
Seguros e Resseguros	9	10

REALIZAVEL A LONGO PRAZO	23.231.181	10.415.334
APLICAÇÕES	23.231.181	10.415.334
Títulos de Renda Fixa	1.098.163	338.703
Assistência Financeira a		
Participantes	23.231.181	10.415.334
(1) Provisão para Riscos de Crédito	(110.476)	(356.905)
OUTROS DEBITOS A RECEBER	1.104	1.104
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.250.244	357.012

PERMANENTE	1.934.518	1.100.338
Investimentos	34.339	34.339
Participações Societárias	300.320	353.228
Outros Investimentos	1.563.859	1.031.771
MOBILIZADO	1.172.585	688.587
Bens Móveis	1.104	1.104
Outras Imobilizações	110.334	132.051
(1) Depreciação	(102.284)	(60.2)
DIFERIDO	37.561	94.432
Despesas Organizacionais, Implantação e Instalação	37.561	94.432
(1) Amortizações	(217.460)	(159.177)

TOTAL DO ATIVO	59.330.522	22.990.973
-----------------------	-------------------	-------------------

Discriminação	Capital Social	Aumento de Capital	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Total
SALDOS ANTERIORES EM 01/01/05	4.928.023	2.251.377	245.380	646.514	197.259	8.311.573
AUMENTO DE CAPITAL	928.183	(928.183)	-	-	-	-
AGIUNDO DE CAPITAL	928.183	(928.183)	-	-	-	-
AUMENTO DE CAPITAL (Em Aprovação)	928.183	(928.183)	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALUAÇÃO	-	-	245.380	245.380	245.380	736.140
SALDOS ANTERIORES EM 30/09/05	5.856.206	3.242.933	646.514	317.902	1.970.839	11.034.594
SALDOS ANTERIORES EM 01/01/06	5.856.206	3.242.933	646.514	317.902	1.970.839	11.034.594
AUMENTO DE CAPITAL (Em Aprovação)	928.183	(928.183)	-	-	-	-
RESERVA DE REAVALUAÇÃO	-	-	245.380	245.380	245.380	736.140
SALDOS ANTERIORES EM 30/09/06	6.784.389	2.314.750	891.894	563.282	2.216.219	12.770.534

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 30/09/2006 (Em R\$ 1.000,00)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Sabemi Seguradora S.A. opera no ramo de Seguros Vida e Previdência Complementar, com sede na Rua da Andrade, 1001, entre 1000 e 1001, no bairro de São José, no município de São Paulo, Estado de São Paulo.

A Sabemi Seguradora S.A. é uma companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 06.920.020/0001-00, sob o regime de tributação do lucro líquido ajustado.

A Sabemi Seguradora S.A. é uma companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 06.920.020/0001-00, sob o regime de tributação do lucro líquido ajustado.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Depreciação

Representam os saldos existentes em caixa e bancos, e as aplicações financeiras no mercado aberto com liquidez imediata, incluindo os rendimentos e encargos auferidos e incorridos até a data do balanço.

b) Aplicações

A Sabemi Seguradora S.A., de acordo com a legislação vigente, classifica as suas aplicações financeiras como "títulos mantidos até o vencimento", ou seja, os saldos são mantidos até o vencimento, exceto os rendimentos auferidos e incorridos até a data do balanço.

c) Assistência Financeira a Participantes

Foi concedido pela companhia assistência financeira a titulares de planos de previdência complementar conforme dispõe a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

Assistência Financeira a Participantes

Garantia de Averbização

As despesas de Capitalização, de acordo com a Circular SUSEP nº 300/05, e os valores apropriados a longo prazo, estão demonstrados a seguir.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aborda a gestão da empresa, assim como, os resultados, para o ano de 2006, e as perspectivas para o ano de 2007, e as ações tomadas para a melhoria da gestão.

O Índice Contábil Ampliado foi de 0,81, demonstrando eficiência na gestão.

A Sabemi Seguradora S.A. é uma companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 06.920.020/0001-00, sob o regime de tributação do lucro líquido ajustado.

A Sabemi Seguradora S.A. é uma companhia aberta, inscrita no CNPJ nº 06.920.020/0001-00, sob o regime de tributação do lucro líquido ajustado.

ATIVO	30/09/2006	30/09/2005
CIRCULANTE	34.187.823	11.498.431
Depósitos em Bancos	1.291.483	686.889
Caixa e Bancos	1.291.483	686.889
Aplicações no Mercado Aberto	1.433	23.432
APLICAÇÕES	27.579.348	7.647.770
Títulos de Renda Fixa	1.098.163	338.703
Títulos de Renda Variável	466.767	336.115
Assistência Financeira a		
Participantes	23.698.955	2.992.348
Quotas Fundos Investimentos	1.596.210	1.554
Outras Aplicações	(1.237.363)	(102.957)
OUTROS DEBITOS	1.104	1.104
Seguros e Resseguros	3.748.168	2.734.395
Operações com Resseguradoras	30.729	2.848
(1) Provisão para Riscos de Crédito	(49.274)	576
RECEBER	1.619.813	946.527
Títulos e Créditos a receber	292.210	81.361
Créditos Tributários e Previdenciários	1.426.150	865.234
Outros Créditos	(84.000)	60
COMERCIALIZAÇÃO DIFERIDA	9	10
Seguros e Resseguros	9	10

REALIZAVEL A LONGO PRAZO	23.231.181	10.415.334
APLICAÇÕES	23.231.181	10.415.334
Títulos de Renda Fixa	1.098.163	338.703
Assistência Financeira a		
Participantes	23.231.181	10.415.334
(1) Provisão para Riscos de Crédito	(110.476)	(356.905)
OUTROS DEBITOS A RECEBER	1.104	1.104
Depósitos Judiciais e Fiscais	1.250.244	357.012

PERMANENTE	1.934.518	1.100.338
Investimentos	34.339	34.339
Participações Societárias	300.320	353.228
Outros Investimentos	1.563.859	1.031.771
MOBILIZADO	1.172.585	688.587
Bens Móveis	1.104	1.104
Outras Imobilizações	110.334	132.051
(1) Depreciação	(102.284)	(60.2)
DIFERIDO	37.561	94.432
Despesas Organizacionais, Implantação e Instalação	37.561	94.432
(1) Amortizações	(217.460)	(159.177)

TOTAL DO ATIVO	59.330.522	22.990.973
-----------------------	-------------------	-------------------

29.526	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259	1.250	3.333	3.333
197.259			

ANEXO VII – RELATÓRIO DA AGÊNCIA CLASSIFICADORA DE RISCO

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sabemi Financeiro

Analistas de Crédito: Pedro Gazoni, São Paulo (55) 11 5501-8648, pedro_gazoni@standardandpoors.com; Juan De Molleín, Nova York (1) 212-438-2536, Juan_demollein@standardandpoors.com

Perfil**Data prevista para o início do Fundo:** Janeiro de 2006**Ativos Subjacentes:** Direitos creditórios oriundos de contratos de concessão de assistência financeira originados pela Sabemi Seguradora S.A., os quais possuem as mesmas características dos empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento e que são devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente**Administrador do Fundo:** Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities**Originador dos direitos creditórios:** Sabemi Seguradora S.A.**Custodiante:** Banco Itaú S.A.**Fundo de Investimento em Direitos Creditórios**

Este relatório baseia-se em informações obtidas até 15 de janeiro de 2007. O rating atribuído é preliminar. Este relatório não constitui uma recomendação para compra, venda ou retenção de quaisquer títulos. Quaisquer informações subsequentes poderão resultar na atribuição de um rating diferente do preliminar.

Rating Preliminar em 15 de janeiro de 2006			
Instrumento	Rating Preliminar*	Montante Preliminar (em R\$ milhões)	Vencimento Final Legal**
Cotas Seniores	brAAf	75 (75%)	4 anos (48 meses) após a emissão
Cotas Subordinadas	Não classificadas	25 (25% de nível mínimo)	4 anos (48 meses) após a emissão

* Os ratings atribuídos a cada classe de cotas são preliminares e estão sujeitos a mudanças a qualquer momento. ** Como o veículo é um fundo, não há promessa de resgate de cotas no período de tempo especificado.

Fundamentos

A Standard & Poor's Ratings Services atribuiu o rating preliminar 'brAAf', em sua Escala Nacional Brasil, ao Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Sabemi Financeiro (FIDC Sabemi Financeiro). Os ativos subjacentes do FIDC Sabemi Financeiro são: direitos creditórios oriundos de contratos de concessão de assistência financeira originados pela Sabemi Seguradora S.A. – os quais possuem as mesmas características dos empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento, e que são devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente –, bem como por caixa e outros investimentos específicos.

Os empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento possuem características específicas que tendem a reduzir suas taxas de inadimplência. O fato de as prestações de pagamento dos empréstimos serem deduzidas diretamente do salário do devedor, a estabilidade de emprego dos servidores públicos, e o fato de as entidades públicas serem menos afetadas por condições adversas de mercado contribuem para o bom desempenho dessas carteiras de empréstimos.

O FIDC Sabemi Financeiro será um condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Entretanto, a primeira série de cotas seniores será resgatada em quatro anos, 48 meses após sua emissão. O administrador do Fundo poderá incluir recebíveis de crédito e outros títulos de renda fixa em sua carteira, com base em critérios de elegibilidade definidos e aprovados pela Standard & Poor's.

Em dezembro de 2001, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou a

Instrução 356, que criou a estrutura legal e administrativa dos *Fundos de Investimento em Direitos Creditórios* (FIDC), cuja estrutura financeira e administrativa é a de um fundo de investimentos do tipo aberto ou fechado.

Entretanto, um FIDC é uma entidade protegida contra a falência do emissor, possuindo características exclusivas às operações estruturadas (*Structured Finance*) e aos fundos de investimento. Como ativos subjacentes do fundo, os administradores de FIDC podem incorporar carteiras de crédito combinadas – que, no mínimo, devem corresponder a 50% dos ativos totais do fundo –, bem como títulos de dívida.

Comparados aos títulos de renda fixa, os fundos de investimento não prometem pagamentos específicos de juros ou de principal aos investidores (cotistas do FIDC). Portanto, cada cotista espera receber apenas um retorno previsto sobre o investimento e, com base no desempenho e nas características do fundo, pode decidir alienar suas cotas a qualquer momento. Apesar desse fato, a Standard & Poor's considerou várias premissas de estresse ao testar o fluxo de caixa dos ativos subjacentes do FIDC Sabemi Financeiro.

O rating de qualidade de crédito atribuído a um fundo avalia o nível de proteção contra perdas decorrentes de inadimplência dos títulos em sua carteira. Os ratings de qualidade de crédito, que variam de 'brAAAF' (nível mais elevado de proteção) a 'brCCCC' (nível mais baixo de proteção), baseiam-se na análise de fatores como a qualidade geral de crédito da carteira; os riscos relacionados às taxas de juros, à qualidade de crédito, à liquidez e à concentração, bem como ao risco cambial apresentados pelo fundo.

O rating 'brAAAF' atribuído ao FIDC Sabemi Financeiro na Escala Nacional Brasil de classificação de fundos, expressa a qualidade geral de crédito do Fundo e baseia-se na abordagem de matriz de crédito derivada do histórico de inadimplência e de transição de ratings da Standard & Poor's. O rating 'brAAAF' atribuído ao Fundo indica que os títulos em sua carteira fornecem proteção muito forte contra perdas advindas de inadimplência.

O rating também reflete a qualidade dos recebíveis subjacentes; a proteção de crédito proporcionada pela subordinação de cotas (nível mínimo de 25%); o *spread* excedente (equivalente a 2,5% a.a.) e a adequação dos mecanismos de reforço de qualidade de crédito (*credit enhancement*), baseado em diferentes cenários de estresse.

A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's é aplicada a emissores, seguradoras, contrapartes, intermediários e investidores que operam nos mercados financeiros brasileiros. Seus ratings de crédito e de emissão podem ser atribuídos a um emissor ou a um instrumento de crédito específico, respectivamente. Os ratings de crédito da Escala Nacional Brasil utilizam os símbolos globais de rating da Standard & Poor's que, no entanto, são precedidos pelo prefixo 'br', indicando 'Brasil'. A Escala Nacional Brasil da Standard & Poor's apresenta uma estrutura exclusiva, desenvolvida para atender as necessidades dos mercados financeiros brasileiros e, portanto, não pode ser diretamente comparada com a escala global da Standard & Poor's ou com qualquer outra de suas escalas nacionais ou àquelas de suas coligadas. Além disso, a Standard & Poor's atribui ratings de qualidade de crédito e de volatilidade a fundos de renda fixa e a outros tipos de carteiras de ativos de renda fixa.

Principais Pontos Fortes, Fragilidades e Fatores Atenuantes

Pontos Fortes

Os principais pontos fortes observados na análise de crédito da estrutura são:

- A forte qualidade de crédito da carteira do originador;
- A robusta proteção de crédito fornecida pela subordinação de cotas (25%) e *spread* excedente (fixo em 2,5% a.a.);
- A sólida experiência do Banco Itaú S.A., como o custodiante;

A estrutura legal da transação, que possui dispositivos adequados para resguardar os direitos dos cotistas.

Fragilidades e Fatores Atenuantes

A principal fragilidade observada na análise de crédito da estrutura é que, durante a vida do Fundo, poderá haver variações na qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes, em razão da natureza rotativa da estrutura. Esse risco é atenuado por critérios de elegibilidade dos empréstimos bem definidos, os quais reduzem o risco de deterioração de qualidade de crédito do conjunto de ativos subjacentes.

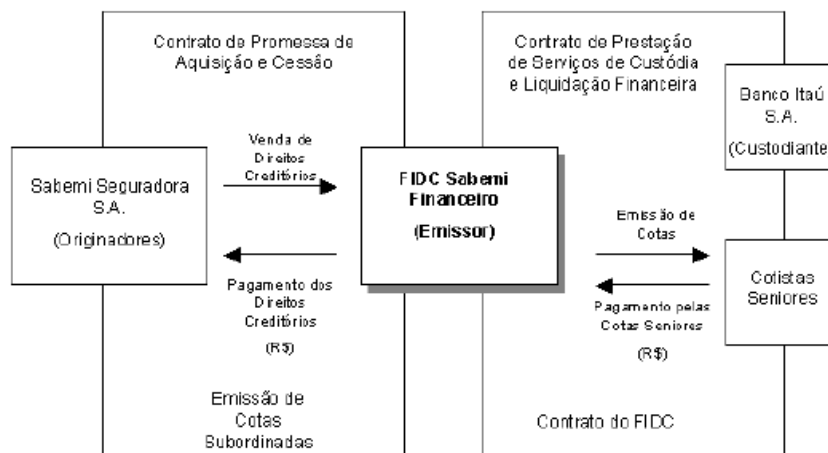
Descrição do FIDC Sabemi Financeiro

Características Gerais

O FIDC Sabemi Financeiro será um condomínio fechado, com vencimento final de quatro anos. A emissão pode ser vendida no Brasil para investidores qualificados, incluindo algumas empresas e clientes de *private banking*, fundos de pensão, seguradoras e outros fundos de investimento.

O Fundo, durante sua vida, fará compras rotativas de direitos creditórios originados pela Sabemi Seguradora S.A. por meio de contratos de concessão de assistência financeira a servidores públicos, os quais possuem as mesmas características dos empréstimos consignados com desconto em folha de pagamento, e que são devidamente formalizados nos termos da Circular SUSEP 320, de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação vigente –, bem como por caixa e outros investimentos específicos.

Segue abaixo uma descrição da estrutura do Fundo em sua data de emissão.



Mecanismo de Pagamento das Cotas

O Fundo emitirá cotas seniores e subordinadas, denominadas em reais. Essas cotas terão o direito de receber, se houver, rendimentos decorrentes do pagamento de empréstimos pessoais com consignação em folha denominados na mesma moeda, e/ou outros instrumentos de renda fixa, investimentos financeiros de curto prazo e dinheiro integrantes da carteira do Fundo. O rendimento e o valor de face das cotas seniores serão pagos com o fluxo de caixa gerado por financiamentos e outros investimentos. O originador deterá as cotas subordinadas, que não são classificadas pela Standard & Poor's.

Componente do Rendimento

Ao contrário do que acontece com instrumentos de dívida, um fundo não promete aos seus investidores (cotistas) o pagamento de principal ou juros em nenhuma data específica. Assim, cada cotista espera somente receber uma remuneração alvo, que é apenas um objetivo e não uma promessa. O Fundo buscará oferecer uma remuneração alvo para os cotistas seniores equivalente a 110% da Taxa DI Over. As cotas subordinadas não terão uma remuneração alvo específica, porém se beneficiarão de todo o fluxo disponível no Fundo, após este ter alcançado a remuneração alvo das cotas seniores.

Componente do Valor de Face

As cotas seniores serão amortizadas em 36 (trinta e seis) parcelas mensais após um período de carência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de emissão.

Com a função de garantir que o Fundo tenha ativos com a liquidez necessária para cumprir as amortizações e/ou resgate das cotas seniores nas datas previstas no regulamento, o administrador do Fundo deverá manter em caixa, com 60 dias de antecedência, ativos elegíveis no montante equivalente a 50% da próxima amortização prevista, a 75% da próxima amortização prevista com 45 dias de antecedência e a 100% da próxima amortização prevista com 30 dias de antecedência.

As cotas subordinadas apenas serão amortizadas após as cotas seniores e desde que a relação entre seu valor total e o patrimônio líquido do Fundo –

após sua amortização – permaneça em 25%. A partir do 45º mês, as cotas subordinadas não poderão ser amortizadas até que a totalidade das cotas seniores seja resgatada.

Fluxo de Recursos do FIDC Sabemi Financeiro

As entidades efetuam o pagamento aos seus funcionários e retêm o montante devido por meio dos contratos de assistência financeira com consignação em folha de pagamento. As quantias são, então, transferidas para a Sabemi Seguradora S.A. ou à Sabemi Previdência Privada. A Sabemi Seguradora ou a Sabemi Previdência Privada, por sua vez, tem até três dias para repassar os recursos ao Fundo. Os montantes são reconciliados e os pagamentos são feitos por meio de transferências para a conta do Fundo no Banco Itaú S.A. (custodiante). Assim que os recursos são transferidos para a conta do Fundo, o custodiante calcula as provisões de perdas diárias, confere os níveis de subordinação e os informa ao administrador do Fundo (Concórdia S/A Corretora de Valores, Câmbio e Commodities) que, em nome do Fundo, realiza a formação das reservas, efetua as amortizações, se necessário, e compra novos direitos creditórios da Sabemi Seguradora S.A. (originador).

Condições de Cessão e Critérios de Elegibilidade do FIDC Sabemi Financeiro

As principais condições de cessão e critérios de elegibilidade que os recebíveis precisam satisfazer são:

i) Devem ser provenientes de contratos de assistência financeira a servidores públicos federais originados pelo Sabemi Seguradora a taxas prefixadas;

ii) O pagamento deve ser efetuado por meio de consignação em folha de pagamento devidamente autorizada;

- Não poderão ser adquiridas parcelas de contratos cujos vencimentos sejam posteriores ao prazo de duração das séries em andamento do Fundo;
- Um mesmo contrato de assistência financeira não deve ter uma exposição maior que R\$ 100.000,00 em direitos creditórios cedidos ao Fundo;
- No momento da aquisição, o devedor não deve apresentar direitos creditórios vencidos e não pagos à Sabemi Seguradora S.A.;
- Devem respeitar os seguintes limites de concentração em relação ao patrimônio líquido: Exército brasileiro: 35%, Marinha do Brasil: 35%, Aeronáutica: 35%, demais entes públicos conveniados: 35%.

Riscos Relevantes de Estruturas de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento

Os ratings de operações estruturadas baseiam-se, principalmente, na qualidade de crédito de ativos isolados ou de carteiras de ativos, sem levar em consideração a qualidade de crédito do originador ou do tomador de recursos. As operações estruturadas procuram isolar as operações das entidades, tais como vendedores de recebíveis, que possuem ratings baixos ou que não possuem rating. O pior cenário assume a falência de cada participante da operação que não seja uma entidade garantida em caso de falência da controladora, cujo rating seja mais baixo que o da operação.

Esta seção descreve a metodologia para a análise dos riscos creditícios de uma operação com empréstimos pessoais com consignação em folha de

pagamento, que constitui a carteira subjacente de direitos creditórios do FIDC Sabemi Financeiro. O principal risco associado à maior parte dos ativos é o risco de inadimplência e *default* do devedor. A fungibilidade de caixa é outra preocupação em todos os financiamentos garantidos por ativos. Além disso, neste caso, uma vez que cada pagamento de empréstimo é descontado automaticamente dos salários dos funcionários ou do benefício dos aposentados e pensionistas, o risco de inadimplência é razoavelmente diminuído. Custos de manutenção e aspectos relacionados à prestação do serviço também são motivos de preocupação e serão analisados nesta seção.

Principais Riscos de Operações de Empréstimos Pessoais com Consignação em Folha de Pagamento			
Tipo de Risco	Explicação Resumida	Aplica-se à Operação	Forma de Atenuação para as Cotas Seniores
(1) Default do devedor	Desempenho histórico de inadimplência e provisões para falta de pagamento.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(2) Diluição	Redução não-caixa do saldo do valor de um recebível.	Não	N/A
(3) Custos de manutenção da carteira	Custos previstos que serão incorridos durante o período de amortização.	Sim	Subordinação de cotas e <i>spread</i> excedente.
(4) Fungibilidade	Os recebimentos poderiam ser fungíveis aos de outros recebíveis/empréstimos do originador.	Não	Prazo para repasse dos recebimentos e Reserva de Fungibilidade.
(5) Aspectos relacionados com a administração	O originador dos direitos creditórios poderia ser o administrador da carteira de ativos.	Não	O principal administrador dos ativos será uma entidade independente (Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities) não vinculada juridicamente ao originador dos ativos.
N/A – Não se aplica.			

Os itens abaixo referem-se às respectivas seções contidas na tabela.

(1) Risco de Default do Devedor (Cliente)

Normalmente, o histórico de inadimplência e o comportamento de baixas são os melhores indicadores da qualidade de crédito da carteira. A maioria das instituições financeiras e dos bancos brasileiros mantém empréstimos ou recebíveis inadimplentes por prazos muito maiores do que o fazem entidades similares em países de mercados não emergentes, antes de baixá-los. Isso pode ser considerado positivo, uma vez que as contas são trabalhadas até que sejam exauridas todas as oportunidades de recebimento. Entretanto, se as políticas de baixa são discricionárias e estão sujeitas à manipulação, torna-se difícil determinar o valor dos empréstimos vencidos. Por esse motivo, os critérios para empréstimos pessoais garantidos concentram-se na análise das inadimplências em estado adiantado, como indicadores da qualidade de crédito.

(2) Risco de Diluição

A expressão diluição é usada de modo geral para se referir a qualquer redução não-caixa no valor de um recebível, que não seja decorrente de inadimplemento ou de baixa. Devoluções de produtos, descontos em dinheiro, dotações para publicidade, descontos por quantidade, programas de fidelidade e disputas de preço constituem exemplos de diluição. Além disso, a diluição engloba itens que talvez não sejam considerados como um ajuste no curso normal dos negócios, mas que, mesmo assim, constituem uma possibilidade de compensação futura. Para continuar competitivas, as empresas devem conceder créditos diluentes. O nível de diluição é

determinado por fatores, tais como a prática do setor e a complexidade do produto. No caso do FIDC Sabemi Financeiro, o risco de diluição não constitui uma preocupação, em função da natureza de seus ativos.

(3) Custos de Manutenção da Carteira

Em uma operação típica com empréstimo pessoal garantido, é necessário que se crie uma reserva para cobrir juros e custos, tais como os de serviço e fiduciários, que serão incorridos durante o prazo de amortização. Em consequência do fato de os empréstimos pessoais serem ativos que rendem juros, a Standard & Poor's deverá se sentir confortável com o nível de rendimento do *spread* observado entre ativos subjacentes e as cotas seniores.

(4) Fungibilidade

O risco de fungibilidade refere-se à possibilidade de os recebimentos serem fungíveis aos de outros recebíveis da Sabemi Seguradora S.A. Nesse caso, o risco de fungibilidade é limitado, pois a Sabemi precisa transferir os recursos pertencentes ao FIDC Sabemi Financeiro no prazo máximo de três dias após seu recebimento. Adicionalmente, será instituída, no momento inicial da transação, uma reserva de fungibilidade equivalente a 1,5% da carteira de direitos creditórios para atenuar esse risco.

(5) Aspectos Relacionados à Administração

No caso do FIDC Sabemi Financeiro, o administrador não será o originador, mas uma entidade independente, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, que tem um bom histórico no mercado brasileiro.

Análise de Crédito dos Ativos Subjacentes

Análise de Sensibilidade

Com relação às operações estruturadas, a Standard & Poor's realiza, durante o período de duração da transação, uma análise profunda do grau de suficiência do fluxo de recursos para pagar os cotistas no prazo estipulado. Para determinar o rating 'brAAf', a Standard & Poor's submeteu os fluxos de caixa a vários cenários de estresse, considerando como caso base o nível de inadimplência máximo do *pool* selecionado e estabelecendo-o como um *proxy* de inadimplência de crédito. Após analisar o comportamento do *pool* selecionado, o nível de inadimplência máximo foi multiplicado por um fator de estresse de crédito, o qual foi determinado pelo cenário construído para o rating almejado. Para determinar a força e a resistência dos fluxos e estruturas de caixa, essa porcentagem foi então submetida a outros testes de estresse, utilizando-se variáveis diferentes, com o objetivo de avaliar a viabilidade do pagamento das cotas.

Severidade da Perda

Após a informação do *pool* selecionado ter sido analisada, estabeleceu-se um *proxy* de severidade para as perdas de crédito. Esse índice foi então testado, aplicando-se o fator de perda de crédito para refletir o cenário do rating 'brAAf'. Consequentemente, o fluxo de caixa resultante foi também testado, utilizando-se um índice de severidade de perda de crédito igual a 18%, de acordo com diversos cenários. Abaixo listamos dois dos principais cenários:

	Cenário 1	Cenário 2
Perdas de crédito	18%	18%
Período das perdas de crédito	Mês 1 até 24: 100%	Mês 6 até 17: 50%, mês 37 até 48: 50%
Rentabilidade das cotas seniores	110% da Taxa DI Over	110% da Taxa DI Over

Inadimplência

O pior cenário de inadimplência histórica foi assumido depois de analisados os *pool*s estático e dinâmico do originador dos ativos subjacentes. O histórico de recebimentos do *pool* estático foi também analisado, o que possibilitou a avaliação do efeito real da inadimplência como um *proxy* para as perdas de crédito no *pool* selecionado.

Reforço da Qualidade de Crédito

Um reforço da qualidade de crédito para o FIDC no nível da categoria de rating 'brAAf' deverá ser estruturado de forma que se possa cobrir os riscos relacionados às carteiras de empréstimos pessoais com consignação em folha de pagamento, relativos especificamente ao ambiente de fundos de investimentos em direitos creditórios no Brasil. O reforço de crédito permitirá o suporte de crédito das cotas seniores do FIDC e será realizado na forma de subordinação estrutural mínima de 25% e de *spread* excedente (equivalente a 2,5% a.a.). Além destes mecanismos, a estrutura também contará com uma reserva de liquidez e uma reserva de fungibilidade, cada uma equivalente a 1,5% da carteira de direitos creditórios, o que totaliza 3% em reservas.

Risco Cambial

Não há risco cambial para os cotistas, uma vez que as cotas são emitidas em reais e garantidas por recebíveis de crédito denominados em reais.

Eventos de Avaliação do FIDC Sabemi Financeiro

Quaisquer dos seguintes eventos serão considerados um evento de avaliação, que, por sua vez, obrigará o Fundo a realizar uma Assembleia Geral de Cotistas para deliberar sobre os procedimentos a serem tomados.

Os Eventos de Avaliação mais relevantes são:

- A inobservância de seus deveres e obrigações por parte do Administrador, do Custodiante, ou da Sabemi Seguradora S.A.;
- Renúncia da administradora à administração do Fundo;
- Aquisição de direitos creditórios em desacordo com os critérios de elegibilidade;
- Rebaixamento da classificação de risco das cotas seniores em circulação em um degrau abaixo da classificação de risco originalmente atribuída;
- Não subscrição de cotas subordinadas necessárias para se reestabelecer a razão de garantia;
- Não pagamento do valor integral da amortização de qualquer série de cotas seniores;
- Ou, caso os seguintes gatilhos de desempenho sejam acionados:
 - se o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 30 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês seja superior a 13%;
 - se o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 90 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês seja superior a 10%;
 - se o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês seja superior a 6%.

Eventos de Liquidação do FIDC Sabemi Financeiro

Quaisquer dos seguintes eventos será considerado um evento de liquidação,

que, por sua vez, obrigará o Fundo: (1) a informar os cotistas; (2) a interromper a compra de direitos creditórios; (3) a iniciar os procedimentos de liquidação do Fundo e (4) a convocar uma Assembleia Geral de Cotistas para que eles possam decidir se os procedimentos para a liquidação antecipada devem ou não continuar.

Os Eventos de Liquidação mais relevantes são:

- Resilição do Contrato de Cessão;
- Amortização de cotas subordinadas em desacordo com o regulamento do Fundo;
- Os cotistas determinam a liquidação do Fundo em Assembleia Geral convocada para este fim;
- Impossibilidade do Fundo adquirir direitos creditórios elegíveis;
- Falência, decretação de Regime Especial de Fiscalização ou cassação da autorização para funcionamento da Sabemi Seguradora S.A.
- Ou, caso os seguintes gatilhos de desempenho sejam acionados:
 - se o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 30 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês seja superior a 15%;
 - se o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 90 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês seja superior a 12%;
 - se o total de Direitos Creditórios vencidos e não pagos acima de 180 dias após o respectivo vencimento em relação ao total de Direitos Creditórios vencidos no mês seja superior a 8,5%.

Visão Geral da Sabemi Seguradora S.A.

A Sabemi Seguradora S.A. opera principalmente no segmento de seguros à pessoas, atuando especialmente no ramo de seguros de acidentes pessoais e de seguros prestamistas. No entanto, a assistência financeira a segurados vem assumindo um papel cada vez mais relevante para a empresa e contribuído para complementar o leque de negócios da Sabemi. As características de assistência financeira são as mesmas do segmento de empréstimos consignados, sendo que, em termos regionais, os estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro são as mais relevantes.

Anexo – Análise do Perfil das Assistências Financeiras Concedidas pela Sabemi Seguradora S.A.

Os gráficos e tabelas abaixo demonstram o perfil das assistências financeiras concedidas pela Sabemi Seguradora S.A.

Gráfico 1
Produção Mensal

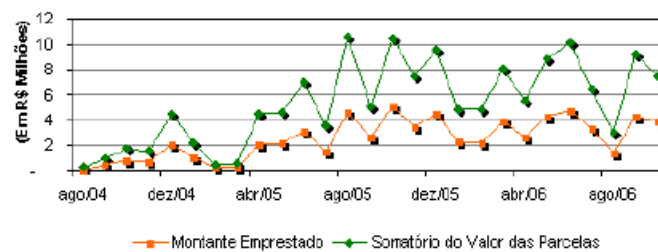


Gráfico 4
Média Ponderada da Taxa de Juros Praticada

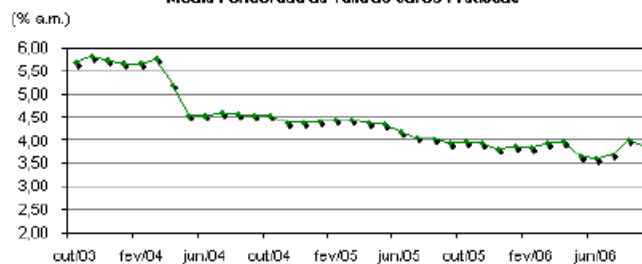


Gráfico 5
Distribuição da Produção por Quantidade de Parcelas

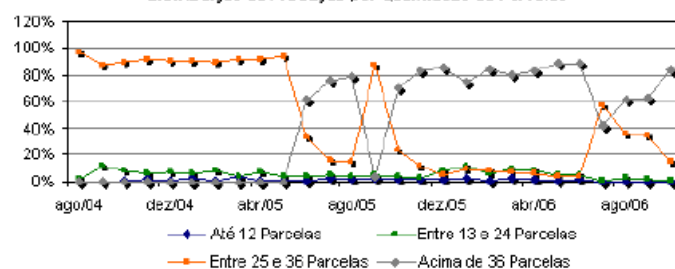


Gráfico 6
Distribuição Geográfica da Produção

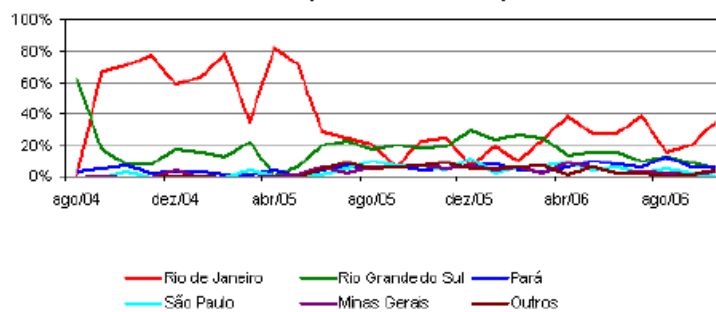


Gráfico 7
Concentração por Ente Consignante

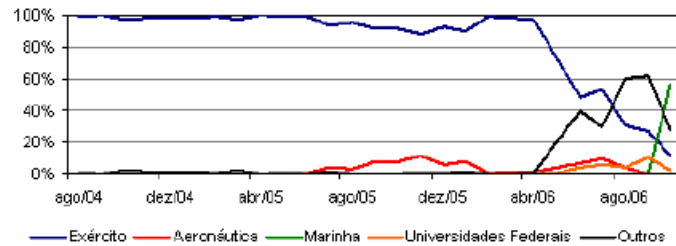


Tabela 1 - Performance por Safra

		Parcelas Liquidadas					Parcelas Não Liquidadas até Setembro de 2006 (b)					
Mês	Safra com Vencimento até Setembro de 2006	Pagamentos Pontuais*	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Total (b)	Acima de 30 dias	Acima de 90 dias	Acima de 180 dias (c)	(a) + (b)	(a) + (c)
ago/04	238.140,56	96,00%	0,46%	2,13%	0,00%	0,00%	1,42%	1,42%	1,15%	0,76%	1,42%	0,76%
set/04	720.707,22	98,74%	0,37%	0,42%	0,04%	0,07%	0,36%	0,36%	0,18%	0,01%	0,43%	0,08%
out/04	1.192.229,05	95,50%	1,44%	1,09%	0,77%	0,15%	1,05%	1,05%	0,75%	0,48%	1,20%	0,63%
nov/04	1.042.272,28	95,02%	0,56%	0,49%	0,00%	0,00%	3,94%	3,94%	3,33%	2,46%	3,94%	2,46%
dez/04	2.678.891,99	90,52%	1,99%	3,81%	0,07%	0,01%	3,60%	3,60%	2,92%	2,07%	3,61%	2,08%
jan/05	1.287.052,40	90,80%	1,13%	1,33%	2,52%	0,70%	3,51%	3,51%	2,72%	1,91%	4,20%	2,61%
fev/05	316.955,22	95,40%	0,37%	0,17%	0,64%	0,51%	2,91%	2,91%	2,14%	1,45%	3,42%	1,96%
mar/05	357.066,15	87,11%	1,45%	0,03%	0,61%	0,13%	10,67%	10,67%	8,39%	5,04%	10,80%	5,17%
abr/05	2.094.778,38	89,90%	0,93%	3,59%	0,43%	0,07%	5,08%	5,08%	3,95%	2,69%	5,15%	2,76%
mai/05	2.122.957,32	79,37%	0,63%	4,96%	3,59%	1,80%	9,64%	9,64%	6,80%	3,82%	11,44%	5,62%
jun/05	2.413.404,25	86,82%	0,71%	3,09%	1,26%	0,03%	8,08%	8,08%	6,16%	3,88%	8,11%	3,91%
jul/05	1.165.832,96	79,00%	2,41%	6,98%	0,48%	1,11%	10,02%	10,02%	7,25%	4,38%	11,13%	5,49%
ago/05	3.128.680,89	89,44%	0,97%	2,53%	1,22%	0,15%	5,69%	5,69%	4,02%	2,16%	5,84%	2,31%
set/05	1.696.891,54	91,65%	0,63%	1,37%	0,61%	0,36%	5,38%	5,38%	3,50%	1,44%	5,74%	1,80%
out/05	2.614.512,80	92,65%	0,80%	2,68%	0,27%	0,02%	3,58%	3,58%	2,18%	0,88%	3,61%	0,91%
nov/05	1.614.612,80	93,39%	0,43%	1,06%	0,41%	0,31%	4,40%	4,40%	2,72%	1,00%	4,71%	1,31%
dez/05	1.883.054,23	80,30%	1,54%	5,56%	2,89%	0,12%	9,59%	9,59%	4,76%	1,08%	9,71%	1,20%
jan/06	948.207,65	91,94%	1,37%	2,42%	0,51%	0,00%	3,77%	3,77%	1,78%	0,39%	3,77%	0,39%
fev/06	689.075,24	86,59%	1,09%	3,01%	0,70%	0,00%	8,61%	8,61%	4,25%	0,94%	8,61%	0,94%
mar/06	1.086.537,24	95,96%	0,53%	1,10%	0,07%	ND	2,34%	2,34%	0,89%	ND	2,34%	ND
abr/06	560.967,14	97,44%	0,12%	0,61%	0,05%	ND	1,78%	1,78%	0,25%	ND	1,78%	ND
mai/06	626.225,32	91,48%	1,26%	1,54%	ND	ND	5,72%	5,72%	0,68%	ND	5,72%	ND
jun/06	445.369,90	85,19%	0,71%	0,64%	ND	ND	13,41%	13,41%	1,58%	ND	13,41%	ND
jul/06	177.999,42	90,78%	0,35%	0,50%	ND	ND	8,37%	8,37%	ND	ND	8,37%	ND
ago/06	16.686,70	75,27%	3,46%	ND	ND	ND	21,27%	21,27%	ND	ND	21,27%	ND
Total	31.118.908,65	89,46%	1,02%	2,73%	0,95%	0,28%	5,56%	5,56%	3,54%	1,87%	5,84%	2,14%

Média		89,85%	1,03%	2,13%	0,82%	0,29%	6,17%	6,17%	3,15%	1,04%	6,39%	2,23%
Desvio Padrão		6,17%	0,76%	1,82%	1,00%	0,47%	4,64%	4,64%	2,30%	1,46%	4,71%	1,71%
Mínimo		75,27%	0,12%	0,03%	0,00%	0,00%	0,36%	0,36%	0,18%	0,01%	0,43%	0,08%
Máximo		98,74%	3,46%	6,96%	3,59%	1,80%	21,27%	21,27%	8,39%	5,04%	21,27%	5,62%

ND: Não disponível. Ainda não foi transcorrido o período necessário para o cálculo do índice; *
Pagamentos Pontuais: Pagamentos com até cinco dias de atraso.

Tabela 2 - Performance por Fluxo de Vencimentos

Mês	Fluxo Mensal de Vencimentos	Pagamentos Pontuais	Atraso entre 6 e 30 dias	Atraso entre 31 e 90 dias	Atraso entre 91 e 180 dias	Atraso Acima de 180 dias (a)	Parcelas Não Liquidadas até Setembro de 2006 (b)	(a) + (b)
out/04	5.896,22	95,46%	0,00%	4,54%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
nov/04	36.484,07	98,59%	0,00%	1,41%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
dez/04	86.742,27	96,30%	2,38%	1,21%	0,00%	0,00%	0,11%	0,11%
jan/05	138.096,83	96,15%	2,44%	0,98%	0,00%	0,36%	0,07%	0,43%
fev/05	271.682,93	92,30%	7,22%	0,20%	0,00%	0,18%	0,11%	0,29%
mar/05	358.325,73	92,35%	2,67%	4,11%	0,35%	0,44%	0,08%	0,52%
abr/05	374.544,04	94,01%	2,16%	1,83%	0,96%	0,07%	0,97%	1,04%
mai/05	396.353,45	90,86%	3,00%	3,83%	1,06%	0,20%	1,04%	1,24%
jun/05	529.271,89	93,08%	4,30%	0,62%	0,73%	0,23%	1,04%	1,26%
jul/05	672.155,87	94,26%	0,01%	3,37%	0,69%	0,25%	1,42%	1,67%
ago/05	842.586,53	91,69%	0,00%	3,97%	1,82%	0,51%	2,02%	2,53%
set/05	937.688,02	89,94%	0,20%	4,86%	1,74%	0,72%	2,53%	3,26%
out/05	1.203.250,44	89,41%	0,10%	4,85%	1,63%	0,76%	3,25%	4,01%
nov/05	1.370.479,17	86,74%	3,41%	4,14%	1,49%	0,80%	3,42%	4,22%
dez/05	1.625.937,78	89,87%	0,68%	3,69%	1,42%	0,84%	3,52%	4,35%
jan/06	1.816.422,39	90,95%	0,44%	3,22%	1,05%	0,74%	3,60%	4,34%
fev/06	2.038.625,33	89,73%	2,12%	2,01%	1,38%	0,70%	4,06%	4,76%
mar/06	2.151.504,25	89,03%	0,34%	4,01%	1,65%	0,33%	4,63%	4,96%
abr/06	2.243.360,35	88,23%	0,27%	4,00%	1,92%	ND	5,58%	5,58%
mai/06	2.445.102,70	88,81%	0,41%	3,56%	1,41%	ND	5,81%	5,81%
jun/06	2.602.479,85	89,06%	2,21%	1,25%	0,91%	ND	6,58%	6,58%
jul/06	2.798.323,79	89,41%	0,23%	2,90%	ND	ND	7,45%	7,45%
ago/06	3.006.706,39	89,14%	0,26%	1,75%	ND	ND	8,86%	8,86%
set/06	3.166.888,36	87,55%	1,01%	ND	ND	ND	11,43%	11,43%
Total	31.118.908,65	89,46%	1,02%	2,73%	0,95%	0,28%	5,56%	5,84%
Média		91,37%	1,49%	2,88%	0,96%	0,40%	3,23%	3,53%
Desvio Padrão		3,09%	1,78%	1,45%	0,66%	0,30%	3,12%	3,07%
Mínimo		86,74%	0,00%	0,20%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Máximo		98,59%	7,22%	4,86%	1,92%	0,84%	11,43%	11,43%

ND: Não disponível. Ainda não foi transcorrido o período necessário para o cálculo do índice; *
Pagamentos Pontuais: Pagamentos com até cinco dias de atraso.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc. A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies

ANEXO VIII – TERMO RESUMO DA ESTRUTURA DO FUNDO

Fundo:	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS SABEMI FINANCEIRO
Originador dos Recebíveis:	SABEMI SEGURADORA S/A.
Direitos Creditórios:	Assistência Financeira concedida pela SABEMI a Segurados, com consignação em folha de pagamento a servidores públicos federais.
Tipo de Condomínio:	Fechado
Prazo:	Indeterminado - 1ª Série: 48 meses, 12 meses de carência. <u>Amortização:</u> 36 pagamentos consecutivos e mensais.
Montante 1ª série:	R\$100 milhões (7.500 cotas seniores)
Benchmark (cota Sênior):	110% do CDI
Razão de Garantia:	<i>Cotas Seniores</i> : 75% do P.L. <i>Cotas Subordinadas:</i> 25% do P.L.
Prazo Médio da Carteira:	43 meses
Reserva de Liquidez:	1,5% da Carteira de Direitos Creditórios Elegíveis do Fundo.
Reserva de Fungibilidade:	1,5% da Carteira de Direitos Creditórios Elegíveis do Fundo.
Reserva de Amortização:	60 dias: 50% do vlr. estimado da amortização; 45 dias: 75% do vlr. estimado da amortização; 30 dias: 100% do vlr. estimado da amortização.
Limite Máximo de Concentração:	Ente Público Federal Conveniado (%) /P.L. Exército Brasileiro 50% Marinha do Brasil 50% Aeronáutica 50% Demais Entes 50% (Limite individual de 5% por Ente Público).
Rating Inicial (cota Sênior):	‘ br AAF ’
Agência de Classificação de Risco:	Standard & Poor’s
Administrador:	Concórdia S.A. CVMCC
Custodiante:	Banco Itaú S.A.
Auditor:	KPMG Auditores Independentes
Assessoria Legal:	Freitas e Leite Advogados
Distribuidor Líder:	Banco Schahin S.A.
Co-Distribuidor:	Banco KDB do Brasil S.A.
Estruturador:	Banco Schahin S.A.
Co-Estruturador:	Gainvest do Brasil Asset Management Ltda.
Co-Estruturador:	Banco KDB do Brasil S.A.

